

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA**

**A DIMENSÃO AMBIENTAL E OS CURRÍCULOS DOS
CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSOR NAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM MANAUS**

VALDENICE HENRIQUE DA CUNHA

**MANAUS
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA**

VALDENICE HENRIQUE DA CUNHA

**A DIMENSÃO AMBIENTAL E OS CURRÍCULOS DOS
CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSOR NAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa 03: Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder.

Orientadora: Dr^a. Simone Eneida Baçal de Oliveira

**Manaus
2012**

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

C972d Cunha, Valdenice Henrique da

A dimensão ambiental e os currículos dos cursos de formação de professor nas Instituições de Ensino Superior em Manaus/Valdenice Henrique da Cunha. – Manaus, AM : UFAM, 2012.

112f.: il.

Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, 2012.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Simone Eneida Baçal de Oliveira

1. Educação - Ensino Superior 2. Práticas Pedagógicas 3. Ensino Superior - Currículos I. Oliveira, Simone Eneida Baçal de (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU (1997) 371.13(811.3)(043.3)

VALDENICE HENRIQUE DA CUNHA

**A DIMENSÃO AMBIENTAL E OS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE
FORMAÇÃO DE PROFESSOR NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR EM MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia. Linha de Pesquisa 03: Processos Sociais, Ambientais e Relações de Poder.

Aprovada em: 27/ 03/2012

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Simone Eneida Baçal de Oliveira
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Presidente

Prof^a Dr^a Yoshiko Sasaki
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Prof^a. Dr^a. Edilza Laray de Jesus
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

AGRADECIMENTOS!

Minha gratidão a Deus, pela permissão, discernimento, bondade e sabedoria ao longo da construção desse trabalho; ao meu esposo, filhos e neto que compreenderam o significado da minha ausência, manifestando amor, confiança e admiração;

À Prof^a. Dr^a. Simone Eneida Baçal de Oliveira, minha sincera e eterna gratidão pelas orientações recebidas, seja na disciplina ministrada, Qualificação do projeto e na orientação final da dissertação.

Meu reconhecimento à Prof^a. Dr^a Marcia Eliane Mello que iniciou o processo de orientação até a Qualificação e a prof^a Dr^a. Edilza Laray, que fez parte da Banca Examinadora. Obrigada pelas imprescindíveis contribuições no momento da Qualificação.

A seriedade da coordenação e secretaria do PPGSCA e a todos os Professores a minha admiração e gratidão na trajetória da construção do conhecimento.

A parceria da Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas – **FAPEAM**, dando-me suporte financeiro por meio da bolsa durante a realização do curso.

Aos meus amigos de trabalho: Prof. MSc. Maria José Costa, MSc. Ucinéide Moreira, MSc. Sergio Becker, Dr. Mário Bueno, Zuila Carvalho e MSc. Silvana Queiroz, entre outros, pela contribuição, generosidade, compreensão, paciência e torcida ao longo dessa caminhada;

Às Instituições de Ensino Superior onde a pesquisa foi realizada: Diretores, coordenadores de Cursos e Docentes, minha admiração e profunda gratidão pela imprescindível contribuição, sabedoria, simplicidade e humildade com que me receberam.

O GRITO DA NATUREZA!

Como é bonito olhar a natureza;
Perceber todos os seus detalhes e toda a sua riqueza;
Admira-la, senti-la, conservá-la e amá-la;
Como se tivesse sido criada por nós.

Como é bom conseguir vê-la;
Contemplar toda a sua grandeza;
Suas diversas formas
Que encanta e traz equilíbrio ao ambiente.

Os céus com todo o seu exército;
Planetas, astros e satélites;
A terra com sua biodiversidade;
Os mares com uma imensidão de diferentes espécimes e vidas!

Quem teria criado tanta riqueza?!
Sustentando toda a sua grandeza?!
Conservando a mais pura e perfeita beleza?!
Estabelecendo todos os seus limites!
Para que houvesse harmonia?!

O que fizeram com os pássaros que cantavam?!
Com os belos igarapés que cortavam a cidade?!
O que foi feito com as matas
E animais que conviviam em seu habitat.

A natureza está gemendo;
Grita! Pedindo socorro!
Clama por sobrevivência!
Como que dizendo: não percebem?
Estão acabando com toda a riqueza e beleza
Que um dia “Alguém” caprichou ao fazê-la!

Autora: Val Cunha

RESUMO

O Ensino Superior tem sido desafiado a exercer de fato seu papel de conscientização crítica da sociedade. Principalmente na atualidade, em virtude das transformações radicais a qual o mundo está submetido. Neste sentido, os dilemas, debates e reflexão têm permeado tal modalidade de ensino. Entre as reflexões está uma a realidade dos assuntos relacionados ao Meio Ambiente. Diante da problemática ambiental presente no mundo, o maior desafio está na inserção da mesma no Ensino Superior. Isto se torna um desafio em virtude da Dimensão que a mesma assume, bem como as suas complexidades. Para este procedimento, há a necessidade de revisão dos conteúdos e ações pedagógicas no âmbito acadêmico e a transformação dos valores éticos, social, político, econômico e cultural da sociedade como um todo. Nesta perspectiva, a pesquisa em torno deste assunto partiu do pressuposto de que, em se tratando da região amazônica, as IES teriam incluso em seu currículo a Educação Ambiental, principalmente nos cursos de Formação de Professor, e neste caso, o recorte está em cima do curso de Licenciatura em Pedagogia. Para tanto, o objetivo deste trabalho esteve voltado na análise de como a dimensão ambiental está inserida na formação do professor pedagogo em três instituições de Ensino Superior de Manaus – Am. E os objetivos específicos em averiguar as propostas contidas nos Projetos de Cursos de Licenciatura em Pedagogia; verificar o currículo de formação do professor no respectivo curso e conhecer as práticas pedagógicas dos docentes no trato das questões ambientais. Após a conclusão da investigação, constatou-se que, das três IES investigadas, o corpo docente que trabalha com as disciplinas que contemplam a dimensão ambiental, são formados na área ambiental e as coordenações dos cursos dão apoio na realização das atividades pedagógicas. Este é o diferencial que marcou essas instituições, uma vez que os mesmos vão além das propostas curriculares. Outra constatação está no fato de que, apesar de algumas instituições terem em suas propostas pedagógicas a inserção da Dimensão Ambiental nos seus currículos e empregar ações práticas nas atividades acadêmicas, essas ações educativas efetivamente têm pequena capacidade de mobilização e curto raio de ação, ficando apenas no âmbito local, não expandindo para a esfera global. Portanto, este resultado mostra que ainda tem muito que ser realizado pelas instituições de ensino, para que a Educação Ambiental receba de fato o tratamento necessário capaz de transformar o cidadão em verdadeiros agente propagadores e transformadores.

Palavras-Chave: Ensino Superior – currículo - Dimensão Ambiental e Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

Higher Education has been challenged to exercise its role in criticizing and bringing awareness to society. Now more than ever because of the radical transformations which the world is submitted. Dilemmas, conflicts and reflections have been rounded this type of education. Among the reflections there is a subject's reality related to Environment. Seeing the environmental issue present in this world, the challenge is the insertion of it in the Higher Education. This becomes a challenge because of the Dimension that this issue takes, as is as its complexities. For this procedure, there is the need to review pedagogical contents and actions in the academic sphere and to transform the ethical, social, political, economical and cultural values of the society as a whole. In this perspective, the research addressing this subject is backed by the following presupposition that when it comes to the Amazon Region, the IES's curriculum should have the Environmental Education included, prior to the Teacher's Formation Course, so the clipping is based in the Degree in Pedagogy Course. Therefore, the objective of this research was to analyze how the Environmental Dimension is inserted in the teacher's pedagogical formation in three Institutions of Higher Education of Manaus – AM. And specifically, to ascertain the project's Pedagogy Course proposals, to check the teacher's formation curriculum and to know the pedagogic practice of the teachers in dealing with the Environmental questions. After the conclusion of the research, it was found that in the three investigated IES, the teacher's group that deal with the environmental disciplines are graduated in the environmental area, and the course's coordinators support the realization of the pedagogic activity. It's these institutions' differential that they go beyond the curricular proposals. It also was found in the fact that, although some Institutions have in their pedagogical proposals the Environmental Dimension in their curriculum and to perform practical actions in the academic activities, these effective educational actions have small capacity of mobilization and small action radius, staying only locally, without reach of the global sphere. So, the results show that there is a lot to be accomplished by the Institutes of education, for the Environmental Education to receive the needed treatment, capable to transform the citizen in a real propagation and transformation agent.

Keywords: Higher Education – curriculum – Environmental Dimension and Pedagogy Practices.

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – A Dimensão Ambiental nos cursos de graduação na Pan-Amazônia.....	25
QUADRO 02 – Matriz Curricular da IES ”.....	77
QUADRO 03 – Matriz Curricular da IES	82
QUADRO 04 – Matriz Curricular da IES.....	85
QUADRO 05 – Corpo Docente da IES.....	94
QUADRO 06 – Corpo Docente da IES.....	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR	16
MITO OU REALIDADE?	16
1.1 Um breve resgate da história da educação brasileira.....	17
1.2 Ensino Superior: Desafios e Perspectivas	20
1.2.1 Marcos Referenciais e Legislação Ambiental	27
1.3 A Questão Socioambiental no Ensino Superior	31
1.3.1 Amazônia e Educação Ambiental.....	38
CAPÍTULO II – CURRÍCULO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL, INTERDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO NO AMAZONAS: PROPOSTAS E MUDANÇAS.....	42
2.1 Currículo no Ensino Superior	42
2.2 Formação profissional: Educadores Ambientais	50
2.3 A Interdisciplinaridade na Formação e nos Currículos	59
2.4 Educação no Amazonas: propostas e mudanças.....	64
CAPÍTULO III – REALIDADE DO AMAZONAS: DA ESTRUTURA DAS INSTITUIÇÕES ÀS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS	72
3.1 Perfil das Instituições Investigadas	72
3.1.1 Perfil da Instituição “A”	73
O curso de Licenciatura em Pedagogia da IES “A”	74
3.1.2 Perfil da Instituição “B”	79
O Curso de Pedagogia da IES “B”	80
3.1.3 Perfil da Instituição “C”	83
O curso de Licenciatura em Pedagogia da IES “C”	83
3.2 A Dimensão Socioambiental nas IES em estudo	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS	104
Referências Legislativa (Leis, Decretos, Portarias, Projetos)	104
Referenciais Bibliográficos	104
ANEXOS	110

INTRODUÇÃO

Na atualidade a revolução tecnológica torna-se uma aliada dos grandes grupos econômicos mundiais. Por meio desta revolução, os países, estabelecem ligações diretas com altos setores da economia, bem como realizam trâmites e negociações, sem sair do seu território. A partir dessa observação, Friedman¹ afirmou que: “o mundo é plano”².

Paralelo a isso, temos o movimento de “desenvolvimento mundial” chamado de globalização. Este movimento tem como principal característica a abertura das economias dos países não-industrializados ao capital e as exportações dos países desenvolvidos e a divisão internacional da produção e do trabalho. Neste sentido temos o fato de que a globalização, tem se estabelecido como um grande império pós-moderno, onde os soberanos atingiram o apogeu do controle mundial e os súditos o mais profundo empobrecimento. Com o discurso neoliberal, ela apareceu como a grande solução para as mazelas de alguns Países. De acordo com este autor, a mesma se apresenta em três fases distintas: Primeira, a globalização das fábulas ou ideológica; segunda, a globalização perversa ou a real; e a terceira, globalização como possibilidades, onde a democracia aparece como aliada e considera o homem e suas necessidades prioritariamente.³

Para o autor ora citado, no início da globalização, os seus mentores ganharam muitos países por meio de uma ideologia fabulosa, se apresentando como a solução dos problemas enfrentados pelos países subdesenvolvidos, podendo a partir de então, ter seus problemas minimizados, visto a hegemonia promovida pela unificação dos países no que se refere à economia. Entretanto, o que se vê, é uma perversidade vestida de bondade, que submete os países menos favorecidos ao empobrecimento não somente de suas finanças, mais, sobretudo, dos problemas de saúde pública e condições subumanas. Existe a possibilidade de se ter um processo de globalização onde sejam democratizados os interesses da sociedade, o homem e as suas necessidades retomem o seu lugar no centro das discussões. Pois para ele, a solidariedade tão esquecida com a perversidade da globalização precisa ganhar espaço e voz.

¹ FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano: o mundo globalizado no século XXI**. trad. Serra, Cristiana *et all*. 3. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

² Na concepção de Friedman, o mundo não deixou de ser redondo no que se refere a sua estrutura física, porém, o advento da globalização, associado aos avanços tecnológicos tem achatado o mundo, permitindo que muito mais pessoas tenham acesso as tecnologias e comunicação, onde um maior número de pessoas pode ligar e usar, competir, conectar e colaborar a partir de um poder mais igualitário do que antes. FRIEDMAN, Thomas. 2009, p. introdutória.

³ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000

Em relação à globalização e a Amazônia, compreendemos que se aplica a ela, o mesmo ponto de vista perverso, haja vista o caráter desprovido de humanidade para com os indígenas e os povos tradicionais da região. A exploração predatória e destrutiva iniciada com o advento da colonização assume, hoje um formato tecnológico, por meio das multinacionais que se apropriam dos bens e recursos naturais, mineral e hidrológico, expropriando os nativos, favorecendo o empobrecimento.

Infelizmente, a imagem reproduzida hoje pela mídia, (que trabalha para assegurar o poder dos grupos dominantes), acerca da região amazônica, ainda é caracterizada por construções fantasiosas tais como as encontradas nos cronistas da época da colonização. Como exemplo disto, temos a festa de Parintins, com seus adornos e misticismos, patrocinada por uma grande empresa multinacional que vende o seu produto com o *slogan* “emoções pra valer”. Entretanto, entre os resultados maléficos dessas “emoções pra valer” estão o acréscimo das doenças sexualmente transmissíveis e o quantitativo excedente de “mulheres” grávidas neste período, devido a prostituição, que não deixa de ser outro interesse por parte dos turistas, principalmente os estrangeiros, entre outras.

Compreendemos a partir desta realidade, para que os moradores da região não continuem vivendo nesta política fabulosa, que seja primordial que se iniciem movimentos em defesa das riquezas, que inclui os habitantes tradicionais e toda a sua cultura. Compreendemos a partir desta realidade, que seja primordial o início de movimentos em defesa das riquezas e de toda a cultura dos habitantes tradicionais, para que os moradores da região não continuem vivendo nesta política fabulosa.

Portanto, é fundamental o trabalho das instituições de ensino e pesquisas, bem como o desenvolvimento das universidades da região, conforme propôs anos atrás Djalma Batista. É por meio do ensino e da pesquisa que as grandes transformações acontecem, proporcionando mudanças na maneira de conceber a realidade em que estão inseridos, provocando um posicionamento crítico que dá origem as discussões no reduto familiar, comunidades eclesiais e escolares.⁴

Esse posicionamento crítico frente à realidade amazônica não se dá de um momento para outro. É mister que a educação ganhe um caráter desmistificador das entrelinhas do processo globalizante, eliminando gradativamente a miopia que impede um olhar holístico

⁴ BATISTA, Djalma. **O complexo Amazônico: análise do processo de desenvolvimento**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

frente a essa problemática, impulsionando mudanças dessa realidade. E no que tange as questões socioambientais, desenvolver ações educativas e transformadoras que integrem a formação individual e coletiva de cada cidadão. É por estas e outras razões que implicam nas questões éticas, sociais, políticas e econômicas que esta dissertação se destina a discutir os assuntos relacionados às políticas que envolvem a dimensão socioambiental.

Dentro deste contexto, segue a realidade da Educação Superior como alvo de inúmeros debates e reflexões de teóricos no Brasil, e no mundo. Essas discussões estão relacionadas à visão mecanicista e reducionista presente no mundo moderno que tem dado origem a diversas formas de crise, seja nas questões éticas, sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais. No âmbito da Educação Ambiental, as discussões estão diretamente ligadas entre as opiniões acerca do conteúdo programático e a formação dos profissionais que irão trabalhar com o assunto.

Neste sentido, crescem os debates acerca das questões Ambientais e de como elas se apresentam, visto ser considerada um tema relevante e, portanto, urgente para a sociedade por ter implicação direta com o futuro da humanidade. Por esta e outras razões, abordar de maneira clara, objetiva, consciente e responsável a dimensão ambiental nos cursos de formação de professor, torna-se uma tarefa desafiadora, e, sobretudo, nobre.

Em contrapartida, o modelo educacional não corresponde às expectativas da realidade do mundo atual. O currículo escolar permanece estanque e fragmentado, sem promover avanços tanto em qualidade quanto em quantidade que possibilite a visão do todo. A comunicação e o diálogo entre os saberes não são favorecidos, como exige a esfera globalizada. No campo da Educação Ambiental, não é diferente, pois não há integração e a complementação e o diálogo necessário entre as disciplinas das diversas áreas do conhecimento que favoreça o ensino e a aprendizagem.

Nesse aspecto, a Educação Ambiental permanece limitada e fragmentada em função do seu enfoque. Muitas vezes a vertente ecológico preservacionista que supervaloriza ambiente físico, enfatizam o aquecimento global⁵ e o “efeito estufa”⁶ bem como as suas conseqüências para o planeta e seus habitantes. Isso provoca um clima de histeria, ao mesmo tempo em que é veiculado e fomentado pelos meios de comunicação, o consumismo.

⁵ Fenômeno climático de larga extensão - um aumento da temperatura média da superfície da Terra que vem acontecendo nos últimos 150 anos.

⁶ A quantidade de CO₂ que se acumula na atmosfera, bloqueando a saída da radiação quente para o espaço e mandando de volta esta radiação aquecida.

Nesse sentido, ao tratar o tema especificamente dentro do currículo de formação do professor, deve-se considerar a vertente socioambiental que considera as questões sociais, políticas, econômicas e cultural como base de convergência da crise ambiental. Dessa maneira, o mesmo possibilitará a construção de uma base sólida para a formação de cidadãos conscientes, habilitados para gerenciar e atuarem na sociedade local e global.

Para a construção deste trabalho, considerou-se em primeiro lugar o grau de interesse que o tema traduz, num contexto mais amplo. Como é de conhecimento de muitos, a região amazônica tem valor significativo para o mundo, por apresentar diversos recursos naturais, que atendem as crescentes necessidades humanas bem como a sua diversidade cultural. Por conseguinte, o tema por estar diretamente ligado as especificidades do Estado do Amazonas ganha relevo, suscita questionamento a favor de como as IES locais vêm esse diferencial para a formação do professor e desenvolvem o seu trabalho nesta área de formação.

Por outro lado, o interesse por este tema também se traduziu num contexto mais restrito, considerando a formação da própria pesquisadora na área de pedagogia, portanto, conhecedora da importância do profissional da educação das séries iniciais na formação do pequeno educando em todas as áreas do conhecimento. E no que tange este estudo, em especial, as questões socioambientais.

É de suma importância ressaltar, que o assunto pesquisado não se propôs a uma parcialidade ambientalista que supervaloriza o ambiente físico em detrimento dos valores éticos, sociais, culturais, políticos e econômicos que norteiam a sociedade moderna. Nesta vertente, não se enfatiza a educação ambiental e todos os temas que emergem da mesma e não endossa as questões éticas, princípios e valores que tal assunto requer.

Propôs-se, todavia, um desdobramento socioambiental, que considera a impossibilidade de tratar da dimensão ambiental, sem trabalhar os temas que emergem tal dimensão. As questões éticas, culturais, sociais, políticas e econômicas estão intrínsecas vinculadas às questões ambientais e para tanto, as mesmas devem ser caracterizadas como essenciais no processo ensino/aprendizagem.

Neste contexto, as instituições educacionais, sejam elas de ensino fundamental, médio ou superior, rede pública ou privada apresentam dificuldades em realizar tais abordagens, seja no programa curricular ou na transversalidade.

Por outro lado, duas das instituições investigadas mereceram destaques por suas práticas e ações pedagógicas na dimensão socioambiental, agregando as demais questões que

a envolvem, seja nos cursos de formação de professores ou em outras profissões na Capital do Estado do Amazonas - Manaus.

Esta investigação teve como principal objetivo analisar como a dimensão ambiental está inserida na formação do professor pedagogo em três instituições de Ensino Superior de Manaus – Am, e especificamente, averiguar as propostas contidas nos Projetos de Cursos; verificar o currículo de formação do professor e conhecer a prática pedagógica dos docentes no trato das questões ambientais.

Em relação aos critérios de escolhas destas instituições estão as seguintes premissas: Em primeiro lugar, considerou-se as instituições que oferecem o curso de licenciatura em Pedagogia. Esse critério foi estabelecido em função de o referido curso preparar profissionais que atuarão diretamente com o processo educacional, orientando e supervisionando o trabalho docente, podendo este interferir no trabalho pedagógico, sugerindo mudanças e adaptações.

Para tanto, escolheu-se três instituições como objetos de investigação, sendo duas do ensino privado – denominadas de IES “A” e “B” e uma terceira de ensino público, denominada de IES “C”. A escolha da instituição “A” está no fato da mesma representar as faculdades isoladas (que oferecem um número pequeno de cursos) e ao mesmo tempo, estar inseridas entre as mais jovens da região a oferecer o curso de Pedagogia, objeto deste estudo; A Instituição “B” por representar os Centros Universitários, e conseqüentemente, gozar de certa “autonomia” educacional, e neste caso, por ser veterana na formação de pedagogos e professores de Manaus; E a instituição “C”, representando as Universidades Públicas, com abrangência em quase todos os municípios da Amazonas.

Para a realização da pesquisa, foi empregado o aporte metodológico com enfoque no materialismo histórico-dialético, que permite uma apreensão radical que vai à raiz da realidade, da visão de mundo e práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade história.⁷ Para Marx, o mundo determina e influencia o ser humano, desta forma, a escola pode libertar o indivíduo ou reproduzir a ideologia política da sociedade dominante, dependendo da atuação do educador no desenvolvimento do currículo em sala de aula.

O procedimento da pesquisa é o comparativo empregado por Tylor na utilização tanto para comparações de grupos no passado e no presente, quanto entre sociedades de iguais ou

⁷ FAZENDA, Ivani. Metodologia da Pesquisa Educacional. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

diferentes estágios de desenvolvimento para uma melhor compreensão do comportamento humano.⁸

Quanto à abordagem, utilizou-se a de natureza qualitativa, que considera que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo e focos principais da abordagem.

A técnica utilizada na pesquisa é de cunho bibliográfico e qualitativo⁹. Elaborada principalmente a partir de livros; com consultas em revistas, artigos, baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Para fundamento prático da pesquisa, outras técnicas foram utilizadas, como a análise do Projeto Político Pedagógico de cada IES, ressaltando as propostas pedagógicas, inclusive de maneira especial a matriz curricular; a observação foi fundamental para perceber o cotidiano das instituições no que se refere às ações voltadas para tal dimensão. Em seguida, utilizou-se também a entrevista aberta, aplicada aos coordenadores do curso de Licenciatura em Pedagogia e aos docentes que trabalham com as disciplinas relacionadas à Educação Ambiental.

Diante do levantamento dessas informações, esta dissertação foi desenvolvida em três capítulos, constituídos da seguinte maneira: capítulo I disserta acerca da questão socioambiental no Ensino Superior: mito ou realidade? Para tanto, evidenciou-se um breve resgate acerca da trajetória da Educação no Brasil; o Ensino Superior e os seus desafios e perspectivas; a questão socioambiental no Ensino Superior e no Estado do Amazonas.

Prosseguindo, no segundo capítulo a abordagem é acerca do currículo, formação profissional, interdisciplinaridade e a educação no Amazonas. Para tanto, foi realizado um estudo sobre o Currículo no Ensino Superior; a Formação Profissional do educador ambiental, a importância da interdisciplinaridade para a educação ambiental e a Educação no Amazonas.

No capítulo III, apresenta-se a realidade do Amazonas: “da estrutura das instituições às práticas socioambientais.” Para tanto, foi realizado um estudo acerca do perfil das 3 instituições (A-B e C), enfatizando suas propostas pedagógicas e por fim, a constatação do levantamento da dimensão socioambiental nas IES em estudo.

⁸ LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Maria de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. – 2. Reimpr. – S. Paulo: Atlas, 2010.

⁹ PRESTES, Maria Luci. **A Pesquisa e a Construção do Conhecimento Científico – do planejamento aos textos, da escola à academia**. 3ª ed. 1ª. Reimpressão. São Paulo: Rêspel, 2007.

CAPÍTULO I

A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR

MITO OU REALIDADE?

O objetivo deste capítulo está em responder um questionamento tão pertinente quanto o assunto que será abordado nele, que é acerca da questão socioambiental no Ensino Superior. Assunto este fundamental na atualidade, devido aos avanços tecnológicos e da comunicação, do consumismo desenfreado e na maioria das vezes, irracional que retira o poder de criticidade do cidadão, no que se refere a sustentabilidade.

Para que haja uma compreensão mais apurada do assunto, se fará um breve resgate histórico acerca do desenvolvimento educacional Brasileiro, com o intuito de averiguar a aplicabilidade de ações pedagógicas que apontassem para a relação homem\natureza e o seu entorno.

Logicamente, a ênfase dos primeiros períodos da história do Brasil estava no emprego de ações que fortalecesse a construção da estrutura da “nova terra”, onde o homem e a natureza local foram ignorados e violentamente expropriados dos seus bens e direitos. O desdobramento da história da educação Brasileira dar-se-ia num contexto de imposição de crença, costumes e ideais contrários aos dos habitantes local.

Temos, nesta conjuntura, como resultado da conquistas dos territórios das Américas, a depredação do meio ambiente. O colonialismo é tido como o precursor desta depredação, que só se agravou ao longo da história, por questões econômicas, mas, sobretudo, por razões culturais, desconhecimento ambiental, e falta de responsabilidade daqueles que, em nome do poder e da busca por riquezas, ignoraram a presença nativa, seja ela humana ou natural.

Os enfrentamentos da problemática educacional nos dias atuais não estão isolados da sua gênese. Compreende-la de maneira ampla, depende do conhecimento original da sua causa. Iniciar este capítulo mostrando um pouco da história de educação Brasileira torna-se de fundamental escolha para se chegar ao fim desejado: criticidade dos docentes e discentes sobre os assuntos global, regional e local, que influenciam positivo e negativamente a sociedade.

1.1 Um breve resgate da história da educação brasileira

Ao analisarmos a questão das políticas educacionais para o ensino superior, se fará um breve relato a respeito da educação brasileira. Discorrendo sobre as primeiras propostas da educação, indo a Colônia aos dias atuais a indicando presença das primeiras propostas educacionais do período.

Observa-se que o sistema educacional imposto pelos europeus no período colonial foi uma forma de dominar e conquistar as terras brasileiras. Era de interesse político\econômico dos que detinham o poder fazer uso da educação como meio de controle, principalmente da língua indígena, usada para comunicação entre os colonos. Por esse motivo, afirma Maria Ribeiro que:

Num contexto social com tais características, a instrução, a educação escolarizada, só podia ser conveniente e interessar a esta camada dirigente (pequena nobreza e seus descendentes), que, segundo o modelo de colonização adotado, deveria servir de articulação entre interesses metropolitanos e as atividades coloniais¹⁰.

O sistema educacional colonial foi monopolizado pelos jesuítas até 1759, quando foi implantado um modelo diferente de educação, centrado nos interesses do Estado. As reformas pombalinas tentaram reerguer Portugal da decadência que se encontrava diante das potências européias da época, foi quando se implantou as aulas régias do Latim Grego e Retórica, e foi a criado a Diretoria de Estudo¹¹.

Já no período Imperial, a história da educação passa a ser pautada na visão do homem como ser divino, ou seja, uma educação baseada no teocentrismo. A política eclesiástica utilizou-se dos mecanismos educacionais para fins religiosos. Neste caso, a pedagogia servia como instrumento de salvação da alma do homem e a aquisição da vida eterna. A cultura clássica foi substituída pelas escolas cristãs.

Entretanto, há de se ressaltar que apesar da influencia da Igreja no sistema educacional, a cultura grega e romana permaneceu à frente da educação. Com isso,

¹⁰ RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

¹¹ ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação**. 2 ed. Ver. e atual. – São Paulo, Moderna, 1996. P.

estabelece-se a cultura helênica que traça os princípios educacionais, surgindo a partir de então a figura do pedagogo. Mesmo assim, educação ainda é privilégio da aristocracia.

Com a queda do Império Romano, o Renascimento surge e conseqüentemente, ao poder da Igreja Católica influencia a pedagogia e os modelos educacionais são pautados na doutrina religiosa. A crise de instabilidade gerada por esta queda eleva o cristianismo e aparece então o feudalismo que leva a educação a ficar em nível secundária, devido ao processo de acultramento gerado pelos feudos.

Prosseguindo, o processo histórico no período moderno, é delineada pelo pensamento pedagógico Iluminista, o que se denominou de “Século das Luzes” com o ideal liberal de educação, da práxis educativa. Um período em que as reflexões pedagógicas alcançaram o seu apogeu. Essas reflexões fomentaram o surgimento de pelo menos três tendências educacionais: os enciclopedistas, ou como se pode dizer, a educação elitizada; o naturalismo de Rousseau, que vê o homem como um ser integral, educado para si mesmo e a pedagogia idealista de Kant, que trabalha a consciência moral e Educação para a liberdade.¹²

A partir de 1930, ocorreram na sociedade brasileira mudanças econômico-sociais que se caracterizaram como um processo global de desenvolvimento urbano-industrial. Essas mudanças atingiram todos os níveis de vida social, dando origem a um novo estilo de vida, decorrente da aceleração do processo de divisão social do trabalho que traz em seu bojo a industrialização e a urbanização.

Esta foi uma época bastante conturbada, marcada por grande agitação política e preocupação com questões sanitárias, uma vez que o Rio de Janeiro começa a sofrer as conseqüências da falta de saneamento básico, provocando o surgimento de inúmeras doenças... No que se refere à agitação política, isso deve-se aos diversos levantes sociais da época, pois nessa época surgem também os primeiros partidos e jornais operários, que expressavam novas formas de organização social.¹³

Dentro desse contexto, adota-se o modelo político americano baseado no sistema presidencialista¹⁴ e a escola começa a receber influência da filosofia positivista dos norte

¹² ARANHA, Maria Lúcia Arruda. 1996. P. 120 a 124.

¹³ BARBIERI, Aline Fabiane. Resenha do Livro: **Política Educacional do Brasil**: introdução histórica. Brasília: Liber Livro, 2007, de VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Silva. Resenha publicada na revista eletrônica Atos de Pesquisa em Educação – PPGE\ME FURB – ISSN 1809-0354, v. 5, nº 2, p. 294-305, maio\ago. 2010. Endereço eletrônico: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/search/results>, acesso em: Agosto/1011.

¹⁴ Forma de governo em que o Poder Executivo é independente do Parlamento. A chefia do governo está nas mãos de um presidente eleito pelo voto popular para um mandato fixo. O presidente governa diretamente e por intermédio de um ministério por ele designado, que pode ou não estar sujeito à aprovação parlamentar.

americanos e algumas reformas começam acontecer. A exemplo disto, a de 1932, com um grupo de educadores que lançam à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo. Vale ressaltar nessa época, a introdução da Escola Nova por Anísio Teixeira, opondo-se contra o modelo Tradicional de educação num momento em que o país sofria importantes mudanças.

Todavia, com o Regime Militar em 1964, houve, segundo a visão de alguns críticos, um abortamento das iniciativas de revolucionar a educação. E apesar de todas as intempéries ocorridas no panorama político e social, houve grande expansão das universidades no Brasil. Nessa época criou-se também o MOBRAL, com o intuito de erradicar o analfabetismo. Foi instituída também neste mesmo período, a Lei 5.692, LDBEN/71¹⁵, tendo como característica marcante, a formação educacional de cunho profissionalizante.

A partir deste período, ocorre a reformulação do sistema de Ensino Superior no Brasil, pois até aquele momento, a universidade encontrava-se defasada, uma vez que toda modificação causada pelo desenvolvimento urbano-industrial não se refletia no ensino superior que deveria lhe dar respaldo em nível da formação de pessoal técnico para inserção no mercado de trabalho.

Conclui-se que a trajetória educacional brasileira é resultado de um processo longo de avanços e retrocessos e que apesar do progresso científico e tecnológico, a mesma ainda está engessada e continua a serviço da classe dominadora, que oprime a população. A educação libertadora, que emancipa o homem, considerando-o como um ser integral e, portanto, todas as questões pertinentes a ele continuam a ser um obstáculo a ser superado, ao menos na sua prática diária.

É no contexto apresentado acima que o Brasil tem traçado sua história educacional, cujos princípios estão norteados por ideologias políticas externas onde as propostas de financiamento da educação pelo Banco Mundial não compreende a contemplação da inclusão a dimensão ambiental e muito menos a socioambiental. O fato do meio ambiente não apresentar uma problemática naquele momento, seria justificado a ausência de tais questões nas propostas educacionais. A sociedade da época não tinha a concepção de que o meio ambiente se tornaria um elemento *sine quo non* a ser preservado e, portanto estudado.

Isso também é uma realidade tanto no período que compreende o Estado Militar, muito embora, nesta época já ter iniciado os movimentos ambientais no mundo. O Brasil, no

¹⁵ BRASIL, Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira de 1971.

entanto, encontrava-se despercebido à proporção que a problemática ambiental estava tomando. Caso esta constatação fosse enxergada nesta época e fomentada pelo sistema de ensino, a Educação Ambiental teria que, sabe, sido colocada em lugar de destaque.

1.2 Ensino Superior: Desafios e Perspectivas

A Educação Superior tem sido alvo de inúmeros debates e reflexões no Brasil e no mundo. Geralmente as discussões estão relacionadas à visão mecanicista e reducionista presente no mundo moderno que tem dado origem a crise nas diversas esferas sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais. Neste contexto, a proposta deste item se propõe a abordar este nível de ensino e os desafios por ele enfrentados.

O ano de 1968 é considerado um marco para a Educação Superior no Brasil, com a promulgação da Lei nº. 5.540, onde o Estado impõe ao ensino superior a Reforma Universitária, tentando atender as reivindicações das décadas anteriores. Contudo, essa reforma não se consolidou totalmente. Tal fato se depreende da maneira de como a Educação Superior Brasileira segue o rumo da Educação Francesa, que pensa numa educação para o exercício da profissão. Prova disso é que os cursos superiores ainda estão amarrados as mais diversas profissões regulamentadas no Brasil.

Essa época – década de 1970 – impulsionou o desenvolvimento de cursos de pós-graduação no Brasil e a possibilidade de realização de cursos de pós-graduação no exterior, com vistas à capacitação avançada do corpo docente brasileiro. A partir dos anos 1990, inicia uma quarta fase com a Constituição de 1988 e com a homologação de leis que passaram a regular a educação superior. Havia a necessidade de flexibilização do sistema, redução do papel exercido pelo governo, ampliação do sistema e melhoria nos processos de avaliação com vistas à elevação da qualidade¹⁶.

Em virtude da velocidade em que ocorre o processo histórico, as políticas educacionais implementadas nos anos 1990, demarcaram as ações e os interesses sociopolíticos articulados às mudanças no cenário contemporâneo, que se traduziram na apreensão das determinantes históricas que marcaram o processo de reforma do Estado Brasileiro. Especialmente na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) ocorrem as implementações, que promoveu alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal,

¹⁶ LAUS, Sonia; MOROSINI, Marília Costa, *Internacionalización de la educación superior em Brasil*, Colômbia: Banco Mundial em coedição com Mayol Ediciones., 2005.

redirecionando mecanismos e formas de gestão e, conseqüentemente, as políticas públicas e, particularmente, as políticas educacionais em sintonia com os organismos multilaterais.

Tais ações na arena educacional expressam-se no processo que resultou na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), negligenciando parte das bandeiras encaminhadas pela sociedade civil, especialmente o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. A tramitação da LDB é, nesse contexto, expressão dos embates. De acordo com Almeida de Carvalho:

Nos anos 90, todo o espectro de políticas sociais e econômicas esteve sob a influência da chamada Agenda neoliberal¹⁷. O conjunto de propostas assumiu um caráter abrangente, com implicações para além das fronteiras nacionais, o que confere especificidade aos anos 90. Daí a relevância de uma investigação que procure apreender a singularidade deste momento histórico, no que concerne à política pública para o ensino superior.¹⁸

Um dado relevante a ser trazido para discussão é o forte crescimento do setor privado no Brasil, principalmente nos últimos anos. Os registros do Censo da Educação Superior apontam para um grande incremento de instituições juridicamente classificadas como particulares. Tomando-se como referência o período entre 1999 e 2001, enquanto houve uma redução de 20% no total de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, as instituições particulares cresceram em 72%.¹⁹

O fenômeno da expansão do sistema privado de educação superior deve ser analisado com cautela, uma vez que a universidade brasileira passou pelo processo de privatização em decorrência da ausência de recursos públicos que pudessem financiá-la, o que causou a deteriorização de salários, de equipamentos e de instalações.

Como conseqüência, ocorreu o aumento da oferta de vagas em universidades particulares. Reconhecida e incentivada pelo Ministério da Educação, a expansão do sistema de Ensino Superior precisa do setor privado da educação, o que corresponde a 70% das matrículas e absorve um contingente muito expressivo de alunos de graduação. O movimento

¹⁷ A agenda governamental é entendida como uma lista de problemas, assuntos e temas que chamam à atenção do governo e dos participantes visíveis (Presidente, altos burocratas, congressistas e outros) que atuam junto ao governo. KINGDON. John W.

¹⁸ CARVALHO, Cristina Helena Almeida de, **A Reforma da educação superior no Brasil: Análises sobre transnacionalização privatização**. Revista Diálogo Educacional, vol. 7, núm. 21, maio-agosto, 2007, pp. 103-123. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil.

¹⁹ STALLIVIERI. Luciane. O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectivas. Artigo Disponível em <http://www.inep.gov.br> – acessado em setembro de 2011.

de expansão tem sido suportado principalmente pelas instituições privadas, onde o número de alunos cresceu em 115,5%, no período 1994/2001, bem acima do observado nas instituições públicas federais (38,4%), estaduais (53,9%) ou municipais (-16,6%)²⁰.

Mesmo com a expansão do ensino superior brasileiro, entretanto, não se pode deixar de fazer referência a um dos problemas mais graves do ensino superior, apontado numa síntese de documento²¹, no que tange à insuficiência de oportunidades educacionais em vários países. No Brasil, o nível de atendimento a jovens na faixa etária de 18 a 24 anos fica em torno dos 11%, um dos mais baixos da América Latina.

O Brasil é hoje a sexta maior economia do mundo possuindo dimensões de proporções continentais, ou seja, sua extensão territorial equivale a 8,5 milhões de quilômetros quadrados, e sua população ultrapassa o número de 183 milhões de habitantes, que cresce numa taxa anual de 1,31%.²² Segundo dados oficiais do Ministério da Educação de 2010, existem quase 2.000.000 de alunos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil. As universidades – federais, estaduais e municipais – abrigam menos de 50% dessas matrículas.

Ocorrem mudanças na sociedade, como as transformações nas formas de comunicação, obtenção de mais informações, novas formas de produção, comercialização, e, por conseqüência, muda a oferta no mercado de trabalho. Nesse contexto, o jovem que deseja qualificar-se profissionalmente tem dificuldades, pois a estrutura da formação em nível superior do país é rígida. Este jovem necessita de uma instituição que ofereça formação compatível com a nova configuração do mercado de trabalho.

De acordo com a Constituição Federal, publicada em 5 de outubro de 1988 e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 2006, as instituições de ensino superior gozam de autonomia didático-científica. Os princípios norteadores previstas nesta Constituição para a educação formal, na escola pública ou na escola privada estão baseados na liberdade de ensinar, de pesquisar, de divulgar o pensamento, a arte e o saber, no pluralismo de idéias e no pluralismo de concepções pedagógicas²³

²⁰ STALLIVIERI, 2011.

²¹ Seminário Internacional. *Universidade XXI Novos Caminhos para a Educação*. Documento síntese. Brasília, 2003.

²² STALLIVIERI, 2011.

²³ Artigos: 206-II e 206 III da Constituição Federal de 1988.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394-96) refere-se a autonomia didático-científica das universidades, definindo seus contornos nos incisos do Art. 53, que trata acerca do exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, entre outras, as seguintes atribuições:

I – Criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; II – Fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; III – Estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão...²⁴

É importante ressaltar quando LDB e a Constituição Federal apregoam a autonomia universitária, a mesma está estabelecendo os limites de ação das instituições superiores. Ao explicitar que esta autonomia didático-científico, administrativa e de gestão financeira e patrimonial deverão observar o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, enfatizando, contudo que, os cursos, os programas de educação, a fixação dos currículos e os planos de ensino deverão observar as diretrizes gerais da União.

Dentro do mesmo pensamento, está a concepção de que as instituições de ensino no Brasil sejam elas públicas ou particulares, de nível Fundamental, Médio ou Superior continuam vinculadas aos ideais do Estado, que mantém a hegemonia do poder dominante. Com isso, o avanço da área educacional continua comprometido e as demandas atuais, sem ter uma resposta adequada a sua realidade.

No presente século estamos colhendo os frutos bons e ruins resultantes da globalização. As novas tecnologias, o multiculturalismo, os fenômenos catastróficos causados pela degradação ambiental demarcam as novas tendências educacionais do momento. Neste sentido é que queremos introduzir o tema acerca do papel das instituições de ensino superior e a educação socioambiental. Assunto pertinente e complexo, que, todavia precisa alcançar um lugar de destaque nos projetos pedagógicos, nos programas e planos de ensino e no currículo escolar.

No que diz respeito a Amazônia, algumas instituições de ensino superior e pesquisa se organizaram e criaram um mecanismo para se estudar a região, fato ocorrido devido as alterações ambientais que a região vem sofrendo. Para se conseguir maior número de informações acerca de realizações voltadas para as questões ambientais, fizeram um

²⁴ NEIVA, Claudio Cordeiro. COLLAÇO. Flávio Roberto. **Temas atuais de educação superior**: proposições para estimular a investigação e a inovação. Brasília: ABMS, 2006. P. 18 e 19.

intercâmbio com os países vizinhos e buscou-se conhecer as experiências voltadas para a temática regional e as possíveis soluções.

Em 1987 foi criada a Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ, que posteriormente teve o envolvimento mais de 60, entre as quais, Universidades, Institutos de Pesquisa, Academias de Ciências e Centros de Ação Popular dos oito países amazônicos. O objetivo da UNAMAZ está em abordar os problemas regionais comuns e por meio da cooperação, preservar os laços de solidariedade interinstitucional.²⁵

Para fazer um dar início ao trabalho, a UNAMAZ realizou um diagnóstico para obter reunir as informações necessárias que possibilitasse a inserção da dimensão ambiental nos currículos dos cursos de graduação das Universidades Amazônicas. Para tal diagnóstico, documentos foram encaminhados aos reitores das universidades membro da UNAMAZ. Neste momento seria importante saber como estavam os currículos dos cursos destas instituições em relação a temática ambiental.

Neste sentido, foi possível elaborar o relatório que descreve as ações das instituições de ensino que desenvolvem projetos de pesquisa e extensão, além dos cursos de graduação que contemplam a dimensão ambiental de acordo com o quadro a seguir:

²⁵ BELTRÃO, Jimena Filipe. BELTRÃO, Jane Felipe. **Educação Ambiental na Pan-Amazônia**. Organizadores. Belem: UNAMAZ, UFPA, 1992, p. 18

**QUADRO I – A DIMENSÃO AMBIENTAL
NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA PAN-AMAZÔNIA**

ÁREA DO CONHECIMENTO	GRADUAÇÃO	PESQUISA	EXTENSÃO	UNIVERSIDADE
Ciências Exatas e da Terra; Ciências Sociais; Ciências da Vida	Agronomia, Engenharias e Arquitetura; Letras e as Artes; Medicina, Odontologia, Enfermagem	Manejo Demonstrativo de Bosque Natural Inventário de Flora e Fauna	Cursos de Museologia em vertebrados; Pesquisa sobre prática tradicional dos Índios Chimane, entre outros.	Bolívia Universidad Autónoma “Gabriel René Moreno – Universidad Tecnica Del Beni
Ciências Exatas e da Terra; Ciências Sociais; Ciências da Vida	Geociências; Tecnológicos e Ciências exatas e Naturais Filosofia e Humanas; Ciências Jurídicas; Educação; Economia; Letras e Artes. Ciências Biológicas; Ciências da Saúde	Pesquisa em Malária; Etologia e Comportamento; química dos Alimentos; Física Nuclear Experimental, entre outros.	Pesquisa e monitoramento ambiental; Programa de Etnoeducação; Biologia e Doenças tropicais; Centro Agro-Ambiental de Tocantins; Piracema e Educação Ambiental a Distância.	Brasil Universidade Federal do Pará; Fundação Universidade Federal do Maranhão; Fundação Universidade Federal do Mato Grosso -
Ciências Exatas e da Terra; Ciências Sociais;	Agropecuária (zootecnia) Contabilidade; Economia e Educação	Investigação sobre a colonização da Amazônia e Colômbia; Elaboração da História do General Del Caquetá; Cartilhas Monolíngüe para grupos Witotos. Sistema de Comercialização para a região de Caguán, entre outros.		Colômbia Universidad de La Amazonia Universidad Nacional
Ciências Exatas e da Terra; Ciências Sociais e Ciências da Vida.	Agronomia; Engenharia; Arquitetura; Economia; Filosofia; Educação; Ciências Políticas e Sociais; Artes; Medicina e Química e Tecnologias			Equador Universidad de Cuenca Universidad Nacional de Loja
Ciências Exatas e da Terra; Ciências Sociais e Ciências da Vida.	Ciências Naturais; Tecnologia Agricultura; Ciências Sociais; Artes; Educação Continuada			Guyana University of Guyana

	Ciências da Saúde			
Ciências Exatas e da Terra; Ciências Sociais e Ciências da Vida.	Agronomia; Engenharia Florestal; Engenharia em Industria Alimentares; Engenharia Química; Medicina; Administração Educação e Humanidades	Evolução de espécies de frutas nativas; Crescimento demográfico do Departamento de Loreto; Estudo epidemiológico de Leishmaniasis; Classificação dos solos de Zungaro, outros.		Peru Universidad Nacional de La Amazônia Peruana
Ciências Exatas e da Terra; Ciências Sociais e Ciências da Vida.	Engenharia; Agronomia; Biologia; Administração e Contabilidade; Trabalho Social; Sociologia; Economia; Antropologia; Psicologia Nutrição; Farmácia; Odontologia; Medicina; outros.	Os projetos de pesquisa são desenvolvidos em todas as áreas de conhecimentos e cursos com enfoque interdisciplinar.		Venezuela Universidad Central da Venezuela

Fonte: UNAMAZ: Associação de Universidades Amazônicas

As descrições acima demonstra que existe um trabalho sendo realizado nos países que compõem a Amazônia que merecem destaque por englobar três grandes áreas de conhecimento, permitindo assim, os mais diversos olhares e discussões acerca da Dimensão ambiental. A inserção da dimensão ambiental não está acontecendo de maneira imposta. As instituições estão adequando as estruturas existentes, reformulando seus programas dos cursos e atualizando programas curriculares.²⁶

Partindo do pressuposto de que a educação socioambiental é uma ferramenta importantíssima nas mãos das instituições de ensino superior, suscita-se a reflexão acerca de da mesma ainda ser vista como um elemento mitológico nesse nível de ensino ou se a mesma tornou-se uma realidade nos projetos dos cursos e nos programas curriculares. Apesar das informações do quadro acima mostrar que há trabalhos que vem sendo desenvolvidos na área ambiental, veremos o que está sendo realizado na dimensão socioambiental.

²⁶ BELTRÃO, Jimena Filipe. BELTRÃO, Jane Felipe. 1992. P. 95

1.2.1 Marcos Referenciais e Legislação Ambiental

A Educação Ambiental no Brasil é recente se comparada com o desenvolvimento da mesma nos países centrais ou os não periféricos. O Brasil faz parte do grupo dos países periféricos e, portanto, apresenta algumas dificuldades em vários setores como educacional, econômico, social, tecnológico, entre outros. As inovações desfrutadas pelos países centrais chegam com atraso no Brasil.

Em relação às questões ambientais, o Brasil está avançando de acordo com a demanda e a emergência dos problemas ambientais que se apresentam cada vez mais e em maior proporção. A comunidade acadêmica busca meios para alavancar tal modalidade de ensino, produzindo cada vez mais trabalhos científicos que contribuem para tal realidade.

Para um melhor entendimento da Educação Ambiental, vamos a uma retrospectiva histórica, partindo dos países centrais e depois para o Brasil. Para tanto, utilizar-se-á como base analítica as informações e o caminho trilhados pelo professor Mauro Guimarães²⁷ e pela professora Elizabeth da Conceição Santos²⁸

Historicamente, as tentativas globais de conscientização acerca do contexto atual do ambiente mundial tornaram-se o motivo e o cerne de discussões internacionais, ainda na década de 60, do século XX.

Em 1968 a Organização das Nações Unidas – ONU convocou cientistas dos países desenvolvidos para discutir o consumo e as reservas de recursos naturais não renováveis e o crescimento da população mundial. Esse evento ficou conhecido como o Clube de Roma. O que foi crucial para novas e mais abrangentes discussões.

Em 1972, em Estocolmo, foi realizada a Conferência das Nações Unidas, que teve como pauta principal, a questão da educação para o meio ambiente. Nessa conferência, recomendou-se a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. A criação do mesmo aconteceu no ano seguinte. Nessa conferência, a educação para o meio ambiente ganha uma abordagem multidisciplinar, com abrangência de todos os níveis de ensino, incluindo o não formal, com o objetivo de sensibilizar a população para os cuidados ambientais²⁹.

²⁷ GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2009.

²⁸ SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental**. PROFORMAR. **Educação ambiental**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas - UEA Edições, 2007.

²⁹ LIMA, Maria José Araújo. **Ecologia Humana: realidade e pesquisa**, Petrópolis-RJ, Vozes, 1984,

A conferência de Estocolmo teve vários desdobramentos. Como exemplo disto, ressaltamos o Seminário Internacional sobre a educação Ambiental, que aconteceu em Belgrado em 1975. Ou ainda as reuniões ocorridas em Chosica, Bogotá e Colômbia, todas voltadas para as questões que envolvem a educação ambiental.

Em 1977 a ONU organizou a I Conferencia Intergovernamental em Tsibili (Geórgia) com objetivo de consolidar a educação para o ambiente. Essa conferencia foi um marco histórico para a disseminação da educação ambiental visto ter sido traçado sistematicamente diretrizes, conceituações e procedimentos para a mesma.

Em 1992, acontece a Conferencia das Nações Unidas, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CNUMAD ou Rio-92, que incluíam duas convenções, uma sobre Mudança do Clima e outra sobre Biodiversidade e uma Declaração sobre as Florestas. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, a Rio-92 foi uma resposta tardia às gestões dos países do Sul feitas desde a reunião de Estocolmo, por introduzir o objetivo global de paz e de desenvolvimento social duradouro.

Prosseguindo, no ano de 2002 acontece em Joanesburg, África do Sul a Rio +10, ou seja, a cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável. Esse nome está relacionado ao fato da mesma ter ocorrido após 10 anos da Cúpula da Terra, a Rio 92, no Rio de Janeiro. A ONU propôs discutir assuntos relacionados a água, ao saneamento, à energia, à produtividade agrícola, à biodiversidade e é claro, o desenvolvimento sustentável.

No contexto brasileiro, no período de 1970, quando estava ocorrendo nos países centrais toda movimentação em volta da questão ambiental, aqui a mesma se encontrava em fase embrionária, conforme afirma Mauro Guimarães (2009). Isso, pelos motivos expostos anteriormente, acerca das dificuldades encontradas num país periférico, quando as inovações demoram mais pra chegar e também ao fato do país estar vivendo num regime político ditatorial. No entanto, mesmo nessa fase, alguns movimentos isolados já ocorriam, ganhando força, a partir de 1980, com a elaboração de trabalhos acadêmicos voltados para a área ambiental.³⁰

Em 1981 foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, por meio da Lei nº. 6.938/81, estabelecendo no inciso X, do segundo artigo a necessidade de se promover a

³⁰ Livro “Ecologia humana” de Maria José Araujo Lima que foi publicado em 1984, e a dissertação de mestrado de Dalva R.P. Gonçalves, intitulada “Para o Arroyo Viver”.

Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação para a comunidade, com o objetivo de capacitá-la a participação ativa na defesa do meio ambiente. Pode-se dizer que a política ambiental, na sua origem, é mais que instrumento formal de educação. É de forma mais abrangente, uma responsabilidade social.

Em 1988, com a promulgação a Constituição Federal do Brasil, foi estabelecida também uma proposta ambiental mais avançada. No art. 225, do Capítulo VI fica explicitado que a educação ambiental acontecerá em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

O Ministério de Educação e Cultura por meio da portaria 678 estabelece no ano de 1991 que a Educação Ambiental deve permear os currículos dos diferentes níveis e modalidades de ensino. A portaria 2.421 cria o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para participar da Rio-92.

Com o advento do Eco 92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro é que há um alavancar significativo da educação ambiental no Brasil. Paralelo a esse evento, ocorre o Fórum Global que reuniu Organizações não-governamentais – Ongs de todo o mundo. Nesse fórum foram estabelecidos princípios, planos de ação e diretrizes que confirmavam as tendências da educação ambiental.

Em 27 de abril de 1999, no mandato do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, foi sancionado a Lei nº. 9.795 que diz respeito à Política de Educação Ambiental – PNEA, que dispõe sobre a Educação Ambiental e cria a Coordenação Geral de Educação Ambiental no MEC e a Diretoria de Educação Ambiental no Ministério do Meio Ambiente – MMA.

No art. 1º está declarado que a educação ambiental são processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

O artigo oitavo da mesma Lei prescreve as linhas de atuação que devem ser desenvolvidas na educação em geral e na escolar, por meio da educação ambiental, de maneira integrada, objetivando a capacitação dos recursos humanos; o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão e da produção e divulgação dos recursos pedagógicos e o acompanhamento e a avaliação, considerando o princípio da interdisciplinaridade.

Neste sentido, o Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA , de maneira detalhada, apresenta o espaço que deve ser ocupado pelas Instituições de Ensino Superior no que se refere a Educação Ambiental, estabelecendo que as mesmas devem incluir em seus currículos, a dimensão ambiental, articulando-se com outras instituições sociais, para que seja garantido a transversalidade e a interdisciplinaridade na execução de uma política pública de tamanha importância.³¹

Ao assumir o governo no ano de 2003, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva definiu metas para a efetivação da política ambiental do país, bem como a implementação do desenvolvimento sustentável. No seu Programa de Governo, estava a reforma agrária, a educação ambiental, a água, cidades sustentáveis, a biodiversidade, a mata atlântica, o saneamento ambiental, emprego e meio ambiente e a conferência ambiental.

No Estado do Amazonas foi elaborada a Lei 3.222/08 – DOU: 02.01.2008, apesar de ainda não estar regulamentada, estabelecendo critérios para a inclusão da Educação Ambiental nas escolas e instituições de Ensino Superior no Amazonas e, sobretudo, em Manaus. O artigo 3º trata da Educação formal, estabelecendo que a EA não deva ser implantada como disciplina específica no currículo da Educação Básica.

Contudo, o artigo 12, parágrafo 2º estabelece que nos cursos de graduação e pós-graduação e nas áreas voltadas aos aspectos epistemológicos e metodológicos da EA, é facultada a criação de disciplina específica;

Nesta perspectiva os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, do Meio Ambiente, preconiza que a questão ambiental vem sendo considerada como cada vez mais urgente e importante para a sociedade, uma vez que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida entre a natureza e o uso pelo homem dos recursos naturais disponíveis.

Apesar dos PCNs sobre o meio ambiente apresentar como objetivo a contribuição para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na sociedade como um todo, o mesmo se restringe à preservação dos ambientes naturais intocados, ao combate da poluição, saneamento, saúde, cultura, políticas de energia, transportes, educação ou de desenvolvimento.

Compreende-se, no entanto, que as instituições educacionais terão que primar por uma proposta que vise trabalhar atitudes, valores morais e éticos por meio do processo ensino/aprendizagem, pois a Educação Ambiental está diretamente relacionada aos padrões

³¹ BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA, 2004

éticos, culturais, políticos e econômicos inseridos na sociedade. A problemática ambiental planetária é resultado de ações ambiciosas, irracionais, individuais e coletivas do ser humano. Neste sentido, as leis e os parâmetros estabelecidos pela e para a sociedade são importantes, pois asseguram as ações humanas. Todavia, muito mais que as leis, são as ações práticas que promovem as transformações. Para tanto, a reflexão crítica e as práticas criativas, ou seja, a práxis, é que tem o poder de promover ações pedagógicas que favoreça a conexão com a comunidade em seu entorno e com outros espaços em prol de um objetivo comum: a construção de um ambiente educativo e uma nova sociedade.

1.3 A Questão Socioambiental no Ensino Superior

A Educação Ambiental é um campo vasto, profundo e substancialmente complexo. Tais elementos suscitam caminhos que podem levar os mais preocupados com o assunto a encontrar soluções para minimizar a problemática criada em seu entorno ou, em muitos casos, a maiores dificuldades, pelo não enfrentamento da realidade.

Nesta perspectiva, faz-se necessário por em evidencia ao menos, duas vertentes mais utilizadas na abordagem da Educação Ambiental: a Ecológico-preservacionista e a Socioambientalista. Na primeira, enfatiza-se o ambiente físico, como a preservação e a conservação da natureza, sem, todavia trazer à tona as questões econômicas e sociais que permeiam a problemática ambiental. Entretanto, a socioambientalista, além de enfatizar o ambiente físico, mostra a indissociabilidade entre homem e natureza, e a integração entre as questões sociais e ambientais como soluções para a problemática ambiental.³²

Partindo da premissa de que é impossível tratar das questões relacionadas ao meio ambiente, sem, contudo, estabelecer relação entre homem/natureza, bem como as responsabilidades que a humanidade tem para consigo mesmo e o meio em que vive, é que este item levanta a discussão acerca da Educação Ambiental numa esfera socioambientalista.

Leva-se em consideração que nas últimas décadas, ficou evidente que homem e natureza estão distanciados, e conseqüentemente em desarmonia. Isso está diretamente relacionado ao nível em que chegou a individualidade e irracionalidade humana. Esse individualismo e irracionalismo limitam a visão do ser humano, minimizando a percepção

³² VEIGA, José Eli da. **A emergência Socioambiental**. Ed. Senac, São Paulo, 2007. Pg. de apresentação.

acerca do todo, dificultando assim, as relações de equilíbrio entre si e a natureza e a necessidade de promoção da sustentabilidade natural.

O processo histórico delinea a complexidade ambiental, por meio da Revolução Industrial, enquanto que a sociedade capitalista interferiu nos processos sociais, gerando a complexidade da cidade e a problemática socioambiental na qual estamos mergulhados.

Nas sociedades do século XX, o superpovoamento das cidades tem desencadeado uma série de problemas sociais, culturais, econômicos, políticos e, sobretudo, ambientais. Este fenômeno está atrelado ao modelo de sociedade ou civilização que está em vigor - sociedade do consumismo, do capital e de bens.

A revolução industrial é tida como a vilã dos problemas sociais, por alavancar o êxodo rural, e conseqüentemente, a superpopulação urbana; os desmatamentos irregulares; a extração de minerais e vegetais para subsidiar as indústrias foram conseqüências desta fase da história econômica e política do país. Tornou-se comum a convivência com a poluição, a falta de infraestrutura, o excesso de lixo e a escassez de áreas verdes.

A beleza natural foi substituída pelos atrativos artificiais, pela quantidade de resíduos sólidos e pelo lixo industrial e urbano, que poluem o ar, os rios e lagos e até os mares e oceanos. O assoreamento dos rios e igarapés, que são tomados pela areia, barro e todo tipo de lixo e resíduos sólidos, por falta das matas ciliares que impedem tal problema retrata bem o caos urbano.

Por conseguinte, as manifestações dos ambientalistas em defesa da natureza e as polêmicas acerca de tal assunto também estão presentes. Uma maioria significativa de nós tem consciência da problemática ambiental relacionada ao desequilíbrio ecológico planetário, mas não tem consciência histórica do grau de responsabilidade no qual ficamos submetidos, sendo nós co-participantes da mesma natureza.

O crescimento econômico se alimenta da natureza, esgotando, com isso, os recursos naturais, sendo a poluição das águas um exemplo claro da falta de criticidade e racionalidade ambiental³³. Esta problemática tem como fatores discutíveis:

O crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta; o efeito da acumulação de capital e de maximização da taxa de lucro a curto prazo, induzindo padrões tecnológicos de uso e ritmos de exploração da natureza, bem como formas de consumo, que vêm esgotando a fertilidade dos solos e afetando as condições de regeneração dos ecossistemas naturais. Fatores que resultou em mudanças globais

³³ LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Venezuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 4ª edição, São Paulo: Cortez, 2007.

em sistemas socioambientais complexos; sustentabilidade do planeta e a internalização das bases ecológicas e dos princípios jurídicos e sociais para a gestão democrática dos recursos naturais³⁴

A crise ambiental problematiza os paradigmas estabelecidos pelo conhecimento e demanda novas tecnologias e condições de ensino capazes de orientar um processo do saber que permita realizar uma análise integrada dessa realidade. Concernente a isto, a velocidade com que acontecem as transformações tecnológicas no contexto atual, é caracterizada pela complexidade na qual a sociedade está submergida.

Por conseguinte, levam-se em consideração os avanços tecnológicos resultante dos ideais capitalistas, que pressupõe facilitar a vida da sociedade através do *fast food* e *self service*, também pelos serviços básicos como comprar, vender, negociar sem a necessidade de sair de casa. Estes elementos tornam-se necessários para viver na sociedade moderna.

Conseqüentemente, a vida segue de acordo com as diretrizes oriundas de um processo social, econômico e político da globalização que atenua o crescimento econômico, com a possibilidade de desterritorializar o espaço geográfico a diminuição de fronteiras geográficas, econômico, cultural e social.

Logicamente, essa realidade tem tomado proporções gigantescas, como os grandes e constantes acidentes ambientais ocorridos em todo planeta. Exemplo disso é o caso do vazamento de petróleo no Golfo do México, em 2010, por uma empresa norte-americana, cuja parte do óleo se separou e formou uma mancha de mais de 965 km de circunferência no oceano, ameaçando uma reserva natural no litoral.

Outros acidentes ambientais têm acontecido em grandes proporções também no Brasil, como ainda em 2010, o caso dos alagamentos e desmoronamentos em Santa Catarina, Rio de Janeiro, Amazonas entre outros, ou os casos que ocorreram em várias cidades do interior do Rio de Janeiro em 2011, onde famílias inteiras ficaram submersas pelas terras das ribanceiras, levando centenas a óbito.

Em janeiro de 2012 os fenômenos naturais continuam atingindo muitas regiões Brasileiras, produzindo grandes tragédias no Rio de Janeiro, município de Sapucaia, entre outros, com vítimas fatais e no Estado de Minas Gerais, quando cidades inteiras estão debaixo d'água. Se nessas regiões as catástrofes são em função das muitas chuvas que deslocam as ribanceiras, no Sul do Brasil (Rio Grande do Sul – Porto Alegre; Santa Catarina) a situação é a grande seca, que mata os animais. Já não chove há dois meses (novembro de 2011 a janeiro

³⁴ LEFF, 2007. p.62.

de 2012). Vidas estão sendo dizimadas em função dos grandes temporais ou da falta das chuvas.³⁵

Entretanto, este cenário de destruição não está de todo marcado somente pela ação da natureza. Muitas delas poderiam ser minimizadas e/ou até eliminadas, se houvesse políticas públicas e educacionais com aplicabilidade em todas as esferas (econômica – social – cultural e política). A mobilização política, econômica e social nesses períodos de tragédias não é suficiente e muito menos eficaz no combate da problemática. Porém, a aplicabilidade de uma política educacional por meio das instituições de ensino, que envolve de forma dimensional o ambiente físico e humano, poderá ser uma ferramenta de eficácia na educação para a cidadania.

A problemática ambiental tem levantado constante debate no país e no mundo. Prova disso está na realização de eventos como o Fórum Global 92, na década de 1990, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro e promovido pelas entidades da sociedade civil, onde participaram mais de 10 mil representantes de organizações não-governamentais (ONGs) das mais variadas áreas de atuação de todo o mundo. Neste Fórum foi promulgada *A Declaração do Rio*, também chamada de *Carta da Terra*, que traz em seu preâmbulo o seguinte:

Nós somos da Terra, os povos, as plantas e animais, gotas e oceanos, a respiração da floresta e o fluxo do mar. Nós estimamos a Terra, como lar de todos os seres vivos. Nós estimamos a Terra, pela sua beleza e diversidade de vida. Nós louvamos a Terra, pela sua capacidade de regeneração, sendo à base de toda a vida. Nós reconhecemos a especial posição dos povos indígenas da Terra, seus territórios e seus costumes, e sua singular afinidade com a Terra. Nós reconhecemos que o sofrimento humano, pobreza e degradação da Terra são causadas pela desigualdade de poder. Nós aderimos a uma responsabilidade compartilhada de proteger e restaurar a Terra para permitir o uso sábio e equitativo dos recursos naturais, assim como realizar o equilíbrio ecológico e novos valores sociais, econômicos e espirituais. Em nossa inteira diversidade somos unidade. Nosso lar comum está crescentemente ameaçado³⁶

O texto traz o reconhecimento do ser humano enquanto parte e responsável pela Terra, assumindo a unidade da diversidade. Obviamente que quando se trata de responsabilidade compartilhada está se incluindo todos os campos formativos do ser humano, o trabalho, as organizações sociais e a escola, porque são inúmeros os espaços educativos e a função primeira da educação é a formação humana.

³⁵ Informações obtidas pelos jornais televisivos dos canais abertos. (Jornal Hoje, Nacional e Bom dia Brasil: Rede Globo; Jornal da Record).

³⁶ GADOTTI, Moacir . **A pedagogia da Terra**. Ed. Petrópolis, 4ª ed. 2000, p.106.

Ainda no Fórum Mundial de 92, também conhecido como Eco-92, à Educação foi creditado papel central na formação de valores e na ação social, especialmente no Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentáveis - TEASS. Consta no texto que a Educação Ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um “processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida.”³⁷

Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário.

O TEASS chama atenção para a compreensão da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta cujo modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria é insustentável. É imprescindível o planejamento e a organização das comunidades em prol de alternativas às políticas vigentes.³⁸

Nos princípios da Educação Ambiental está o direito universal a essa forma de conhecer e viver (princípio 1) e sua base deve ser o pensamento crítico e inovador *em qualquer tempo e lugar, em seus modos formal e não-formal e informal...* (grifo nosso). O Tratado é destinado muitos sujeitos sociais que tomam parte de movimentos sociais de caráter popular, ONGs, profissionais da educação, cientistas e instituições sociais, para citar apenas alguns.

Infelizmente, nem sempre tal assunto foi observado e devidamente respeitado e segundo consta, quando da construção da rodovia transamazônica³⁹, que liga o Acre ao Ceará, muitos danos irreparáveis foram ocasionados, tanto na fauna, flora quanto na agressão cultural e social a que foram submetidos os moradores da região.

³⁷ CUNHA, Valdenice Henrique. JESUS, Edilza Laray. **A dimensão ambiental e os currículos de formação de professores.** Artigo publicado no livro eletrônico do II Congresso Nacional de Meio Ambiente e IV encontro Nordeste de Geografia. P. 1453-1458. www.cnea.com.br.

³⁸ TEASS, 1992. Endereço eletrônico: portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf, acessado em 12 de julho de 2011.

³⁹ No governo do General Emílio Garrastazu Médici, ano de 1970 – A Transamazônica foi planejada para atravessar o Brasil de leste a oeste: começaria com dois ramais, um a partir de João Pessoa (PB), outro do Recife (PE), que iriam se unir em Picos (PI), terminando em Boqueirão da Esperança (AC), na fronteira com o Peru, visando garantir uma saída para o Pacífico (AM aos produtos brasileiros a região Norte e o resto do Brasil e a BR 319, para ligar Manaus)-Porto-Velho (RO).

A construção da estrada foi extremamente difícil com todas as condições contrárias aos trabalhos. Os primeiros colonos enfrentaram a dura tarefa de desmatamento da selva, onde a malária, a leishmaniose e até a lepra, liquidaram contingentes consideráveis. No contato com os índios, tribos inteiras foram dizimadas por doenças trazidas pelo homem branco e, em pouco tempo, a selva parecia vencer o trabalho humano, inviabilizando lavouras e a própria construção. A Transamazônica torna-se uma enorme pista de lama, transitável apenas seis meses por ano, no período de seca; o projeto de colonização também não aconteceu, mesmo porque colonização não é sinônimo de construção de estradas.⁴⁰

Baseado na informação acima é possível reconhecer que há múltiplas faces para o desenvolvimento e o crescimento econômico, entre os quais estão os benefícios e os malefícios. Contudo, entende-se que desenvolvimento e crescimento econômico são reais e necessários e sempre farão parte dos planos de todos aqueles que pleiteiam um cargo majoritário. O que não se pode deixar de mencionar é que nem sempre, esses planos contemplam diretrizes que minimizem os problemas ambientais.

Neste sentido, a solução para amenizar a degradação do ambiente é denominada, segundo o autor, de ecologização⁴¹ da economia, que dá a idéia de redistribuição de riquezas, uma mudança de pensamento crítico e racional acerca das questões ambientais⁴².

Nos últimos anos, a chamada problemática ambiental assumiu expressiva proeminência nos discursos públicos, assim como passou a fazer parte de programas de ação de setores e instituições públicas e privadas. Uma problemática cada vez mais enunciada e influente na política, na ciência e nos modos de vida moderna, a qual, no entanto, não se oferece sem controvérsias e conflitos acerca das causas e efeitos das relações humano-ambientais e da natureza das mudanças exigidas.

Pode-se mesmo dizer que esse acontecimento se insere e é validado no desenvolvimento de uma ciência em transição⁴³, pela qual são colocadas em dúvida as divisões binárias que estabeleceram fronteiras entre as ciências naturais e as ciências humanas e sociais, derivando daí muitas outras oposições.

⁴⁰ FURNIEL, Ana Cristina da Matta. **Amazônia - A ocupação de um espaço: Internacionalização x Soberania Nacional (1960-1990)**. In: Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 1993.

⁴¹ Ecologizar é aplicar os conhecimentos das ciências ecológicas e a sabedoria da consciência ecológica às ações humanas.

⁴² LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**. Conferência proferida no I Congresso Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, maio - 2010.

⁴³ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 1ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

Contudo, se nossas idéias mudaram a propósito da natureza que descrevemos e se essa “metamorfose” renova a concepção da ciência como prática cultural, é preciso também dizer que tal abertura não se mantém a margem de certa ambigüidade. Ao mesmo tempo em que a complexidade da problemática socioambiental provoca interrogações aos postulados de uma forma de ciência que desenvolveu uma trajetória predominantemente disciplinar e especializada, intensificam-se os investimentos econômicos e simbólicos na produção de uma cultura científica e tecnológica sempre mais invasiva do ambiente e do humano.

As problematizações e desafios que o acontecimento ambiental impõe ao conhecimento de modo geral e à educação em particular se estendem muito além de questões operacionais ou de uma insuspeita insuficiência dos arcabouços cognitivos e morais da modernidade. Trazem à tona não somente questões epistemológicas e metodológicas, mas também éticas e políticas que interpelam importantes instituições modernas.

No território da educação superior, em especial, a problemática socioambiental abrange tanto a administração da vida no campus e de sua gestão físico-espacial, como também suas políticas acadêmicas, formas de organização e produção do conhecimento e as relações estabelecidas dentro e fora dos limites acadêmicos⁴⁴.

De modo geral, pode-se considerar que tal problemática começa mesmo a afetar o “currículo”, termo que nos serve para designar o conjunto de oportunidades proporcionadas pela experiência da formação universitária, no sentido discutido por Cherryholmes⁴⁵. Segundo essa autora “aquilo que os estudantes têm oportunidade de aprender envolve a seleção de um objeto de estudo, tal como ele é apresentado, assim como a exclusão de outros objetos”. Isto quer dizer que se aprende tanto a partir dos conteúdos, das regras e dos procedimentos explicitamente proporcionados, quanto das oportunidades excluídas e das ausências.

Evidentemente, aprendem-se coisas diferentes segundo a presença ou a ausência de um determinado objeto e, por isso, uma tarefa que se impõe ao estudo do currículo é, justamente, a de entender porque e como certas oportunidades são produzidas e outras deixadas de lado.

Entender o currículo dessa maneira tem a vantagem de ampliar sua abrangência para permitir que nele se reconheça um campo aberto que inclui um diversificado conjunto de

⁴⁴ Portanto, seus discursos referentes ao ensino, pesquisa e extensão.

⁴⁵ CHERRYHOLMES, Cleo. H. **Um projeto social para o currículo**: perspectivas pósestruturais, in Tomaz Tadeu da Silva (org.), *Teoria educacional crítica em tempos pósmodernos*. Porto Alegre: Arte Médica, 1994, 143-172.

oportunidades de aprendizagens. Ademais, considera-se que aquilo que em uma determinada época é dado como “necessário aprender” nada mais é, de fato, do que conteúdos socialmente produzidos e historicamente situados.

Os discursos e os textos políticos definidores de um currículo não são autônomos, são produtos culturais e históricos e, assim, não é de surpreender que reflitam ideologias políticas e sociais dominantes. Exploramos o argumento de que a educação superior não escapa aos discursos ambientais, os quais compõem de diferentes modos e sentidos dos textos e os discursos curriculares recentes.

No entanto, essa relação não se resume na simples incorporação de “uma dimensão socioambiental” nos currículos de formação profissional, visto que, enquanto emergência histórica, o acontecimento ambiental coloca em xeque tanto os princípios de produção, estruturação e organização dos nossos sistemas de conhecimento, quanto às lógicas refletidas nos atuais currículos e práticas escolares.

Segundo nossa perspectiva, é nessa condição que também se inscreve a atual revisão das políticas curriculares e paradigmas de ensino da educação superior no Brasil, o que nos impõe a tarefa de questionar o quanto é possível reorientar, nessa instância, a formação dos profissionais da educação no sentido da superação dos problemas e desafios que se formulam a partir do acontecimento ambiental.

1.3.1 Amazônia e Educação Ambiental

Como é de conhecimento de muitos, a região amazônica abriga uma megabiodiversidade que desperta interesse científico, econômico e cultural para a ciência e países industrializados. Ela foi retratada sob os mais variados olhares (viajantes, expedicionários, naturalistas, missionários e pesquisadores) que reproduziram imagens e representações que favoreceram a forma como ela foi construída historicamente, em suas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais, mas principalmente em suas estruturas mentais.

Este retrato traz em seu bojo, o diferente, o olhar do outro sobre a paisagem, a etnografia, a ocupação da Amazônia e outras considerações relevantes que tornou à região Amazônica alvo principal de olhares. Uns curiosos, outros ambiciosos, despretensiosos e apaixonados. A Amazônia tornou-se então alvo de cobiça dos demais povos desde a época de colonização do Continente Americano.

A herança da colonização e dominação perversa, aqui instalada, deixou legado de insustentabilidade. Como explicar pessoas convivendo em situação de extrema pobreza numa região farta e bela? Há na região amazônica a necessidade de tratar da sustentabilidade regional mais enfaticamente no âmbito educacional, tendo em vista que o desenvolvimento sustentável visto de forma crítica tem um componente educativo formidável.⁴⁶

O movimento migratório, os grandes projetos empreendidos na região, geraram uma ocupação desordenada do, atraíram elementos alheios à cultura regional, disseminando o conhecido progresso à custa de muita destruição. A experiência brasileira é, infelizmente, um espelho da destruição da Amazônia.⁴⁷

Não é preciso um olhar apurado para perceber que no contexto atual, a vida segue de acordo com as diretrizes oriundas de um processo social, econômico e político da globalização que atenua o crescimento econômico, com a possibilidade de desterritorializar o espaço geográfico, diminuir as fronteiras geográficas, econômicas, culturais e sociais.

Tal conjuntura tem reflexos diretos no meio ambiente, estabelecendo a problemática ambiental planetária, tão discutida na atualidade. Para alguns teóricos⁴⁸ o crescimento econômico é responsável pela crise ambiental instalada no mundo moderno. De acordo com ele, este crescimento se alimenta da natureza, esgotando, com isso, os recursos naturais. Neste sentido, a poluição das águas evidencia a falta de criticidade e racionalidade ambiental, para tomar apenas um exemplo.

Os principais impactos do desmatamento amazônico, a nível mundial, são a perda da biodiversidade e a contribuição para o efeito estufa. Para o Brasil, importa também a perda de fertilidade dos solos, a desertificação e a dificuldade de se reter um grande contingente populacional. [...] O Brasil tem 30% de floresta tropical do total mundial. Seu atual ritmo de desmatamento evidentemente acelera a perda de biodiversidade.⁴⁹

No contexto amazônico, leva-se em consideração a cidade de Manaus, que é cercada de grandes rios como o Solimões e o Negro, além dos igarapés que cercam a mesma. Em torno desses igarapés há milhares de pessoas morando em palafitas, ocupando em muitos locais, áreas de Preservação Permanente – APPs. Nessas condições são favorecidas as alagações e

⁴⁶ CUNHA, Valdenice Henrique. JESUS, Edilza Laray. 2011. p. 1453-1458.

⁴⁷ BELTRÃO, Jimena Filipe. BELTRÃO, Jane Felipe, 1992. P. 15

⁴⁸ LEFF, 2007.

⁴⁹ BELTRÃO, Jimena Filipe. BELTRÃO, Jane Felipe. 1992. P. 16

variadas situações de risco em época de chuvas, visto a contaminação, poluição e a quantidade de lixo que se encontram dentro dos igarapés. Segundo a lei 4.471/65 do código florestal,

É proibido habitar em Área de Preservação Permanente (Igarapés, Rios, Lagos e áreas inclinadas); e de acordo com a Constituição Federal de 1988, toda a cidade que tem 20 mil habitantes, necessita ter um plano diretor que estabeleça critérios de parcelamento do solo urbano.⁵⁰

Segundo estatísticas⁵¹, existiam em meados de 2009, cerca de 300 a 400 mil famílias residindo em Áreas de Preservação Permanente em Manaus. Isso resulta da falta de formação e esclarecimento socioambiental da população que acabam contribuindo com efluentes domésticos ou resíduos, e a destruição das matas ciliares que agem como filtros que evitam o carriamento dos sedimentos ou resíduos que estejam em cima do solo.

Concernente a isto, é necessário um trabalho exímio do poder municipal e estadual por meio de políticas públicas que contemplem as necessidades básicas do ser humano, como moradia (adequada), saúde, educação, lazer, entre outras. Vale ressaltar, que mais que as políticas, são a viabilidade de sua condução e o emprego dos mecanismos de implementação.

Diante das condições sociais, culturais, políticas e econômicas da região amazônica, é que as instituições de ensino de todos os níveis, de caráter público ou privado, necessitam incluir em seus currículos, disciplinas voltadas para tais questões. Portanto, visto deste ângulo, a inserção das questões socioambientais nas séries iniciais e na Educação Superior como disciplina específica, proporcionará mecanismo mais sólido para o educando, pois muito mais cedo se aprenderá o significado e os benefícios oriundos das questões relacionadas ao ambiente.

A efetivação da dimensão socioambiental nas instituições de ensino superior e nas políticas públicas e educacionais Brasileira, poderá promover o avanço das ações didático-científico, pesquisas e projetos de extensão que contemplam as esferas relacionadas a

⁵⁰ BRASIL. **Lei nº. 4.471**, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal Brasileiro. Publicado no Diário Oficial da União em 16.09.65. Brasília, DF.

⁵¹ AMAZONAS. **Estatística de resultado do IBGE de 2009 dos moradores na cidade de Manaus**, AM, de acordo com a Lei Orgânica do município do MP/AM. Ministério Público do Estado do Amazonas. Manaus, AM: MP/AM, 2009.

dimensão socioambiental e tal assunto uma vez efetivado como objeto de fundamental de estudo, sairá da mitologia e passará a ser realidade global, nacional, regional e local

CAPÍTULO II

CURRÍCULO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL, INTERDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO NO AMAZONAS: PROPOSTAS E MUDANÇAS.

2.1 Currículo no Ensino Superior

A História da Educação no Brasil está marcada pela imposição da classe dominante desde a vinda da Família Real para cá. Esta realidade está evidenciada em toda literatura escolar que trata acerca da educação no país. Neste sentido, pode-se tomar como base, a opinião de Paulo Freire que trabalho o fato de haver várias educações: uma que ele chama de bancária e outra denominada libertadora.⁵²

Em relação à educação bancária, pode ser dito que a mesma contribui para manter o cidadão alienado, dominado e oprimido pelo poder estatal e a educação libertadora, pressupõe que as pessoas deixem de ser o que são e tornem-se conscientes do seus direitos e deveres, livres e mais humanas.⁵³

A educação é considerada por Freire como um processo intrínseco ao homem e quando esse homem se reconhece como um ser inacabado ele entra num processo educacional permanente. Segundo este educador, “*não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade*”.⁵⁴

Há ainda de salientar que a educação é também um processo dialógico em função da relação que existe entre docente, discente, o mundo e a sua cultura. É nesse sentido que Freire afirma que “*já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo. Os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo*”.⁵⁵

⁵² FREIRE *apud* ROMÃO, José Eustáquio. **Educação**. Artigo que compõe o Dicionário Paulo Freire. Orgs. ESTRECK. Danilo R.; REDIM, Euclides e ZITKOSKI, Jaime José. Belo Horizonte; editora Autêntica, 2008. P. 151

⁵³ Idem, 2008. P. 151

⁵⁴ Idem, 2008. P. 151

⁵⁵ Idem, 2008, p. 151.

Falando ainda de educação, a mesma pode ser vista ainda como luta de classes, onde de um lado os dominantes buscam seus ideais e do outro, os dominados procuram emancipar-se. Neste sentido, ao falar da elaboração de currículo de ensino, o mesmo assume uma característica de subordinação aos ideais dominantes que almejam a continuidade do controle social. Apesar dos vários momentos vividos pela educação brasileira, como as reformas de Decretos e Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, o currículo não conseguiu legitimar a sua emancipação e logicamente, as dos cidadãos do país.

Dentro do ponto de vista de Cuchiaro⁵⁶, a construção do currículo de ensino, seja em que modalidade ou nível, deve ter a pretensão de atender as aspirações da comunidade local e os interesses do corpo docente e discente, pois a cultura não pode ser transmitida de forma acabada, mas sim como um espaço que está em permanente construção.

Prosseguindo com a interpretação de Cuchiaro acerca da função primordial da educação que seria a de reunir em determinado lugar pessoas imaturas e especialistas em educação para repassar e cobrar os conhecimentos adquiridos por esses primeiros por meio de um currículo preexistente.

Entretanto, o modelo econômico adotado pelo Brasil impede que o procedimento tal função seja ignorada, estimulada ou exercida, pois a proposta do capitalismo estabeleceu outra função e a concepção da escola passou a ser então a de classificar e reclassificar pessoas das diferentes classes sociais de acordo com suas capacidades inatas⁵⁷.

Como foi dito anteriormente, as reformas educacionais não conseguiu até o presente momento, assumir um caráter emancipatório. Isto fica claro quando deparamos com a realidade atual dos currículos, que trazem em sua matriz disciplinas que em muitos casos não contemplam a necessidade nacional e regional. Vale ressaltar que o currículo não deve ser pensado apenas como um conjunto de disciplinas que formam uma grade curricular, mas como construção de um conhecimento a ser discutido, que permeia as relações e conflitos sociais.⁵⁸

⁵⁶ CUCHIARO, André Luiz; CARIZIO, Walkiria Graick. (Artigo eletrônico). Endereço: www.unifafipe.com.br/revistasonline/..9\11155059.pdf, acesso em 20 de outubro de 2011.

⁵⁷ CUNHA, Luiz Antônio APUD CUCHIARO, André Luiz. Artigo: Ensino Superior, Currículo e Formação Profissional. Parte introdutória.

⁵⁸ Posteriormente, no item 2.1.2, será feita a relação entre currículo e formação profissional, apontando as deficiências na formação profissional do cidadão, provindas de currículos construídos e/ou aplicados de forma alienada.

Para a elaboração do currículo escolar deve-se considerar o que a educação significa para a sociedade como um todo, bem como a responsabilidade social e política das Instituições de Ensino Superior são,

Indícios de que a compreensão de currículo nos cursos de formação de professores, parte da concepção de que currículo é elemento da organização do processo educacional. O currículo deve ser um dos elementos mediadores entre a política educacional das universidades e as aspirações sociais da maioria da população. De forma análoga, o professor deverá ser o elemento que, na organização institucional, fará a mediação entre os conhecimentos construídos na prática social e transmitidos na prática da instituição.⁵⁹

Neste contexto, torna-se imprescindível que as Instituições de Ensino Superior trabalhem dentro de uma proposta criativa e inovadora para a práxis educacional e curricular. No contexto atual, as transformações sociais, estão sob o impacto dos novos movimentos sociais e culturais, das incertezas causadas pela problemática epistemológica.

Ao se tratar de currículo neste capítulo, pretende-se colocar em evidência as tendências curriculares dos cursos de formação de professores das IES investigadas, na tentativa de buscar a compreensão das questões e ações sócio-ambientais no cotidiano de tais Instituições de Ensino Superior em Manaus.

Para compreendermos a concepção de currículo das IES pesquisadas, é necessário fazermos uma revisão sobre as teorias que, historicamente, definiram e definem o currículo, quer enquanto teoria quer enquanto prática pedagógica, para, posteriormente, analisarmos as perspectivas teóricas acerca do currículo.

A visão que emerge acerca do currículo como instrumento de ensino substancial é o primeiro passo a ser dado dentro do estudo das teorias que, posteriormente, poderão se consolidar dentro dessa temática. A consolidação de tal assunto deve estar baseada na formação de profissionais, no elenco das disciplinas de ensino, na criação de espaços universitários sobre currículo, elaboração de material didático especializado impresso e\ou eletrônico, além da sua institucionalização na estrutura educacional do Estado⁶⁰.

O currículo deve, assim, fundamentar-se no reconhecimento das diferenças que privilegiam e marginalizam os alunos, nos posicionamentos sociais, na cultura dos educandos

⁵⁹ OLIVEIRA, Maria Regina Celi de. (UNIPAR). NOGUEIRA. Maria do Carmo de Oliveira. (UNIPAR). **Anais da XI semana de Pedagogia e I Pedagogia e I Encontro de Pedagogos da Região Sul Brasileira da UNIPAR**. Akrópolis, 10 (4), out\dez...2002.

⁶⁰ SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

e nas relações de poder que constituem parte desse processo de seleção e organização do conhecimento, contribuindo, desta forma, para a resistência e emancipação desses sujeitos.

Neste sentido, podemos dizer que o currículo é uma construção social mediada por interesse políticos, econômicos, ideológicos constituindo-se em resposta, em termos de organização do conhecimento, a determinados objetivos em contextos históricos específicos⁶¹.

Para pensar um projeto de educação do campo é necessário situar a realidade concreta de inserção social desses sujeitos e dos espaços nos quais vivem, suas histórias, seus saberes, memórias, etc. Para tanto, o currículo precisa ter como centro o conhecimento escolar, entendido nas suas relações econômicas, políticas e culturais de existência. A prática curricular deve ser um espaço privilegiado de viabilização de projetos emancipatórios de educação, no interior de uma perspectiva de discussão dos valores e identidades sociais que a escola objetiva construir. Nesta perspectiva, qualquer projeto educativo só se materializa em atividades vivenciadas por sujeitos específicos, localizados no tempo e no espaço.

Nos princípios da Educação Ambiental está o direito universal a essa forma de conhecer e viver (princípio 1) e sua base deve ser o pensamento crítico e inovador *em qualquer tempo e lugar, em seus modos formal e não-formal e informal...* (grifo nosso). O Tratado é destinado muitos sujeitos sociais que tomam parte de movimentos sociais de caráter popular, ONGs, profissionais da educação, cientistas e instituições sociais, para citar apenas alguns.⁶²

Em se tratando de educação formal “estamos frente a duas lógicas que de modo algum devemos confundir: a lógica escolar e a lógica educativa”.⁶³ A educação para um desenvolvimento sustentável não pode ser confundida como uma educação escolar. A escola pode contribuir muito, e está contribuindo – hoje as crianças escolarizadas que levam para os adultos em casa a preocupação com o meio ambiente - mas a ecopedagogia pretende ir além da escola: ela pretende impregnar toda a sociedade.⁶⁴

A concepção de Educação Ambiental aqui discutida toma como pressuposto o que preconiza a Conferência Intragovernamental de Tbilisi (1977), quando definiu que tal modalidade de

⁶¹ PACHECO, José. **Teoria curricular crítica: os dilemas** (e contradições) dos educadores críticos. In: **Revista Portuguesa de Educação**, 2001, 14(1), (49-71).

⁶² CUNHA, Valdenice Henrique. JESUS, Edilza Laray. p. 1453-1458.

⁶³ GUTIÉRREZ, Francisco. **Ciudadania planetaria** (Heredia) mimeo, 1996, p. 26

⁶⁴ GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. 4. ed. Ed. Petrópolis, 2000.

educação deve ser reconhecida como um processo segundo o qual os conceitos de valores sejam claros e que o objetivo da mesma para desenvolver as habilidades, transforme as atitudes do homem no que se refere ao meio ambiente. Desta maneira, suscita-se o entendimento e a apreciação da interação entre o homem, seus valores culturais e os seus meios físicos.⁶⁵

Todavia, na incapacidade de apreensão do ambiente apenas por um professor ou uma disciplina, a Educação Ambiental toma caráter inter e transdisciplinar e deve ser trabalhada por todas as disciplinas do currículo escolar com os seguintes objetivos: sensibilização ambiental, compreensão ambiental, responsabilidade ambiental, competência ambiental e cidadania ambiental.⁶⁶

É praticamente consenso no meio acadêmico dos cursos de licenciatura que o currículo escolar deve incluir a temática ambiental em atividades como as atividades artísticas, as experiências Práticas, atividades fora da sala de aula, produção de materiais locais, etc. Sobre o currículo, trataremos mais adiante.

Buscando respaldo nas políticas ambientais, a Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a Educação Ambiental, e institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. No art. 1º entende por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Já o art. 2º apresenta a Educação Ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Existe no Estado do Amazonas a Lei 3.222/08 – DOU: 02.01.2008 (apesar de ainda não estar regulamentada) critérios para a inclusão da Educação Ambiental nas escolas e instituições de Ensino Superior no Amazonas e, sobretudo, em Manaus. O artigo 3º trata da Educação formal, estabelecendo que a Educação Ambiental não deva ser implantada como disciplina específica no currículo da Educação Básica. Contudo, o artigo 12, parágrafo 2º estabelece que nos cursos de graduação e pós-graduação e nas áreas voltadas aos aspectos

⁶⁵ SATO, Michèle. **Educação Ambiental**. São Paulo: RiMa, 2002. P. 23-24.

⁶⁶ Idem., 2002, p. 24.

epistemológicos e metodológicos da Educação Ambiental, é facultada a criação de disciplina específica.

Entretanto, um fato não pode ser negado: em se tratando da educação surgem questões que transcendem a capacidade de pensar de algumas pessoas, incluindo boa parcela dos próprios educandos. Mister se faz a concepção de Educação Superior que temos no país e o valor que tem se atribuído a ela, bem como os fins para qual se tem tal modalidade de ensino.

Para Santos⁶⁷, a Educação Ambiental requer tratamento especial e deve ser obrigatória nos currículos de formação de professor, contemplando carga horária de estágio supervisionado e permitindo a prática de transversalidade na formação do professor. O gestor escolar desempenha papel fundamental no planejamento, na implementação e na avaliação da transversalidade⁶⁸.

Tais idéias são corroboradas em Leff⁶⁹ para quem a dimensão ambiental assume nos dias atuais um caráter emergente e, portanto, devem ser inserida em todos os níveis de ensino e debatida nas universidades no patamar da interdisciplinaridade, num desdobramento transdisciplinar resultante da multidisciplinaridade. Nestes casos, a comunicação é realizada e favorecida por meio do ensino compartilhado. Seguindo o entendimento do mesmo autor, o diálogo dos saberes proporcionará a fertilidade e a fecundidade do assunto proveniente da diversidade de experiências.⁷⁰

Dentro desta perspectiva, a Universidade teria que mudar a maneira de trabalhar com as questões ambientais, reelaborando as suas ações, tendo como propósito promover a inquietação da comunidade acadêmica acerca de tais questões e contribuir com ferramentas teórico-práticas para minimizá-las.

Concorda-se então, que a educação socioambiental deveria ter alcançado o devido valor no meio acadêmico, e emerge uma atenção especial em todos os níveis de ensino e, sobretudo naqueles que tem como objetivo específico, a formação de agentes de transformação social, diretamente ligados ao processo educacional.

⁶⁷ SANTOS, Elizabeth Conceição dos. **Educação Ambiental e ensino das ciências**: a transversalidade e a mudança de paradigma. In VII encontro nacional de pesquisa em educação em ciências- Enpec, Florianópolis, 2009.

⁶⁸ Idem., 2009.

⁶⁹ LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**. Conferência proferida no I Congresso Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, maio - 2010.

⁷⁰ Idem, 2010.

No que respeita ao ensino superior, voltamos para a Recomendação da 13ª Conferência de Tbilisi (1994) quando cita:

as universidades devem romper com os modelos tradicionais de Educação e encorajar a aceitação da interdisciplinaridade para a solução dos problemas ambientais em todas as áreas de desenvolvimento, sejam elas das Ciências da Educação, Sociais ou Naturais; desenvolver materiais pedagógicos locais, abandonando o conteúdo tecnicista da educação tradicional; estabelecer cooperações locais, nacionais e internacionais, no sentido de promover capacitação humana e troca de experiências, visto que muitos dos problemas ambientais atingem escala global.

A UNESCO & UNEP⁷¹ também apresentam recomendações para a implantação da Educação Ambiental nas universidades: é preciso definir os conceitos de Educação Ambiental, focalizar atenções para os trabalhos de campo, definir os conteúdos de Educação Ambiental, promover a interdisciplinaridade e estabelecer programas de pós-graduação compatíveis com os de graduação. Ampliando esta compreensão a autora acrescenta:

As universidades, consideradas centros de pesquisas, ensino e qualificação humana para as nações, devem estabelecer Programas de Educação Ambiental, em seus aspectos formais e não formais. A Educação Ambiental é importante em todas as áreas de ensino, não somente nas ciências ecológicas, mas em todas as áreas sociais, naturais e de educação, porque as relações entre natureza, tecnologia e sociedade marcam e determinam o desenvolvimento de qualquer sociedade⁷²

Portanto, o ensino superior deve formar profissionais para compreender e ajudar a reduzir os problemas ambientais do mundo contemporâneo, a começar pelo seu local de ação mais imediato: sua casa, sua rua, seu bairro, a escola... até a sociedade global . Por isso ela deve estar em todos os conteúdos de disciplinas diferentes, a fim de que os estudantes conheçam os problemas ambientais em sua complexidade e atue positivamente sobre eles no conjunto da sociedade.

Como centralidade deste trabalho, enfatizamos a questão do currículo, lembrando que como orientador de propostas e ações, o currículo escolar é produzido no contexto de um país marcado por profundas diferenças sociais como o Brasil. Indubitavelmente sua produção está subordinada ao sistema econômico e aos seus interesses, por um lado, e de potencialidade de mudança e resistência, de outro. Havemos de compreender que a produção do currículo antecede ao ato educativo do professor em sala de aula, porque como produto social elaborado por uma equipe de técnicos e educadores, pode ou não legitimar o crescimento econômico

⁷¹ UNESCO & UNEP apud SATO, Michelé. 2002, p 37

⁷² Idem., p. 39-40

ideologicamente alcunhado de desenvolvimento, delinear referenciais de sucesso e prosperidade econômica do sistema capitalista, legitimar, inclusive, as práticas insustentáveis de exploração da natureza, de superprodução industrial e consumismo.

O currículo é um instrumento político que se vincula à ideologia, à estrutura social, à cultura e ao poder.⁷³ A cultura é o conteúdo da educação, sua essência e sua defesa, e currículo é a opção realizada dentro dessa cultura. As teorias críticas nos informam que a escola tem sido um lugar de subordinação e reprodução da cultura da classe dominante, das elites, da burguesia. Há, segundo o autor, várias formas de composição curricular, mas os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam que os modelos dominantes na escola brasileira, multidisciplinar e pluridisciplinar, marcados por uma forte fragmentação, devem ser substituídos, na medida do possível, por uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar.

Quando se trata da educação formal, de acordo com os dados de pesquisa sobre a Amazônia, realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é fácil inferir que o modelo educacional tem conseguido a passos lentos alavancar o nível da educação nesta localidade.

O currículo escolar permanece estanque e fragmentado, sem promover avanços, tanto em qualidade quanto em quantidade. A comunicação e o diálogo entre os saberes não são favorecidos, como exige a esfera globalizada. No campo da Educação Ambiental, não é diferente, pois não há integração e a complementação e o diálogo necessário entre as disciplinas das diversas áreas do conhecimento que favoreça o ensino e a aprendizagem.

Nesse aspecto, a Educação Ambiental permanece limitada e fragmentada em função do seu enfoque, dando ênfase à vertente ecológico-preservacionista que supervaloriza o ambiente físico, enfatiza o aquecimento global e o efeito estufa, bem como as suas conseqüências, desconsiderando o ambiente humano e a situação de pobreza e miséria que persistem.

Isso provoca um clima de histeria, ao mesmo tempo em que é veiculado e fomentado pelos meios de comunicação, o consumismo, enquanto que a crise ambiental avança sem que a sociedade interfira positivamente sobre ela. A degradação ambiental está relacionada visceralmente à crise de valores:

⁷³ SILVA, Tomás Tadeu. **Documentos de identidade: uma instrução as teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

A atual crise ambiental, com seus respectivos problemas, marcada pela degradação socioambiental e fruto da fragilidade dos valores e dos paradigmas que orientam a relação ser humano e natureza, intensifica-se ao longo do tempo e de forma cada vez mais acentuada a partir da Revolução Industrial, resultando na miséria, no consumismo e na exclusão social e econômica, o que evidencia, notoriamente, a deterioração permanente.⁷⁴

Neste contexto, as instituições educacionais, seja ela de ensino fundamental, médio ou superior, rede pública ou privada apresentam dificuldades em realizar tais abordagens, sejam no programa curricular ou na transversalidade. O Estado do Amazonas concorda primeiramente que tanto a Educação Ambiental quanto o Currículo incorporam teoria e práticas ideológicas que precisam ser analisadas e compreendidas no âmbito da formação humana.

Estariam os planejadores da educação de nosso país e do Estado do Amazonas perguntando que caminho a escola deve trilhar? Se as seleções de conteúdos apontam para a produção do sujeito ecológico, portanto ético? Será que os professores podem interferir/sugerir na seleção? Os livros didáticos, expressão dos currículos escolares reconhecem os diversos saberes, a premência de mudanças de ordem social, cultural, política e ambiental? Tais preocupações dizem respeito à formação dos professores no estado do Amazonas, que trataremos a seguir.

2.2 Formação profissional: Educadores Ambientais

Na atualidade, a formação profissional tem alcançado lugar de destaque em função do modelo político, econômico e social que se insere a humanidade. Tal assunto deve ser discutido com profundidade, visto incorporar elementos fundamentais do desenvolvimento humano. Neste item, a abordagem acerca da formação profissional será voltada formação docente.

No século passado, estudos internacionais chamaram a atenção da comunidade acadêmica para a problemática da aprendizagem. É claro que quando se fala de aprendizagem, fala-se da pessoa do professor e de sua formação, realidade ainda ignorada pelas políticas nacionais. Neste sentido,

Durante muito tempo, procuraram-se os *atributos* ou as *características* que definiam o “bom professor”. Esta abordagem conduziu, já na segunda metade do século XX, à consolidação de uma trilogia que teve grande sucesso: saber (*conhecimentos*), saber-fazer (*capacidades*), saber-ser (*atitudes*).⁷⁵

⁷⁴ MORALES, Angélica Góis. **A formação do profissional educador ambiental: reflexos, possibilidades e constatações**. Ponta Grossa: Ed. UERP, 2009. p. 23

⁷⁵ NÓVOA. António. **Professores: Imagens do futuro presente**. EDUCA. Lisboa-Portugal.2007. p. 29

Contudo, a velocidade em que o mundo se insere no século XXI com suas múltiplas faces e diversidade cultural, os desafios característicos das novas tecnologias trazem a tona à necessidade de reelaborar planos pedagógicos e metodologias que corroboram com o processo ensino\aprendizagem. A introdução de um novo conceito relacionado a educação ganha lugar de destaque na reflexão teórica e nas reformas educacionais. Competências e habilidades são as nomenclaturas do momento.

Enfatiza-se, portanto atualmente que,

Os professores reaparecem...como elementos insubstituíveis não só na promoção das *aprendizagens*, mas também na construção de processos de inclusão que respondam aos desafios da *diversidade* e no desenvolvimento de métodos apropriados de utilização das *novas tecnologias*.⁷⁶

Quando se fala em formação profissional docente, devem-se considerar todos os elementos intrínsecos a essa formação. Entre esses elementos, destaca-se a reconhecimento dos diversos saberes, a construção da autonomia, a práxis pedagógicas e, sobretudo, o compromisso social de cada profissional dentro de sua área de atuação.

O emprego das competências pode ter se tornado um discurso enfadonho, se não levar em conta a relação entre as dimensões pessoais e profissionais pertinentes a identidade docente. Neste sentido, se estabelece como parte da personalidade do professor propostas genéricas que incluem o conhecimento, a cultura profissional, o tato pedagógico, o trabalho em equipe e o compromisso social.⁷⁷

Os elementos apresentados acima são, segundo a opinião do autor, fundamentais na atualidade dentro da qualificação docente. As mesmas podem subsidiar propostas de formação do profissional educador. É claro que não se pode ignorar o domínio científico como primordial no processo formador, aliado as práticas pedagógicas, ao profissionalismo, a personalidade, à partilha das idéias e ao compromisso público.⁷⁸

Entretanto, aliado a formação do profissional docente, deve-se considerar como fundamental importância, a realidade escolar e políticas públicas que contemplem os anseios desses profissionais. Ao mesmo tempo em que se propõe a uma exigência profissional

⁷⁶ Ibid.; p. 12.

⁷⁷ Ibid.; 2007, p. 30-31.

⁷⁸ Idem.; 2007, p. 31-42

abrangente se o sistema educacional não oferecer condições favoráveis e estimuladores para a prática docente.

Neste sentido tem-se a seguinte reflexão:

Será que, hoje, muitos professores são bem menos reflexivos (por falta de tempo, por falta de condições, por excesso de material didático pré-preparado, por deslegitimação face aos universitários e aos peritos) do que muitos dos seus colegas que exerceram a docência num tempo em que ainda não se flava do “professor reflexivo”.⁷⁹

Considerando a reflexão acima, é preciso também refletir acerca da realidade educacional no contexto atual recheado de perplexidades e veredas incertas. A redundância dos discursos excessivos proporciona o fortalecimento do empobrecimento das ações pedagógicas. Parece que todos sabem exatamente o que fazer e como fazer. No entanto, as transformações necessárias não ocorrem, ocasionando frustração e um vazio empreendido.

Esta realidade proporciona a alienação do profissional em relação ao produto de seu trabalho, caracterizando o modo de produção capitalista o qual estamos inseridos. Esta alienação é proveniente do sistema educacional brasileiro com toda a gama de obscuridade em relação à dimensão pedagógica e metodológica descontextualizada.

Referindo-se ao processo de aprendizagem como uma ação-reflexão, Freire é da opinião que

O ato de conhecer envolve um movimento dialético que vai da ação à reflexão sobre ela e desta para uma nova ação. É a mesma dialética que se desenrola entre o fazer e o saber, entre a linguagem e a ação, a palavra e o trabalho, porque não pode haver pronúncia do mundo sem a consciente ação transformadora sobre este.⁸⁰

Há sempre uma distinção entre o contexto teórico e o prático. Entre o conhecer e o fazer,⁸¹ e que a práxis educativa pressupõe uma contínua prática dos homens que implica na reflexão, na intencionalidade, temporalidade e transcendência. E é isso que difere o homem dos animais e o meio a que estão inseridos. Neste sentido, a dialética é um elemento substancial na relação entre o conhecimento e o mundo, saber-fazer, palavra-ação, ação-reflexão.⁸² Ou seja, entre o sujeito e o seu entorno.

⁷⁹ Idem.; 2007. P. 21.

⁸⁰ FREIRE, *apud* KRONBAUER. Luiz Gilberto. **Ação-reflexão**. Artigo que compõe o Dicionário Paulo Freire. Orgs. ESTRECK. Danilo R.; REDIM, Euclides e ZITKOSKI, Jaime José. Belo Horizonte; editora Autêntica, 2008.p. 28

⁸¹ FREIRE 1980, *apud* KRONBAUER. 2008. p. 28.

⁸² KRONBAUER, 2008.p. 28

Contundo, quando se refere a elaboração e implementação do currículo observa-se a condição monopolizada que sua proposta chega ao docente na hora do planejamento de suas ações, favorecendo continuidade do processo alienatório do professor e do nível de reflexão e abrangência que a criatividade e a inovação podem oferecer. Observa-se a falta do emprego da reflexão-ação e da leitura de mundo.

Neste processo o docente permanece apenas como um mero transmissor e reproduzidor do sistema educacional vigente. O discente por sua vez, continua com sua formação comprometida em função da maneira em que os processos metodológicos e pedagógicos são utilizados, sem a conexão necessária entre disciplinas curriculares e o mercado de trabalho. Os componentes disciplinares e a sua aplicabilidade fogem ao contexto da dialética do comportamento humano e o seu entorno.

Este candidato ao mercado de trabalho vai a busca de oportunidades sem conseguir relacionar a teoria aprendida na educação superior e este mercado que exige deste trabalhador mais que um diploma de conclusão de curso e sim a coletividade das áreas de conhecimentos que requer a dimensão pedagógica atualizada nos seus objetivos e conteúdo programático abrangente e consolidado e a dimensão metodológica.

As universidades têm o compromisso de treinar pessoal que venha a se colocar a serviço de sociedades que experimentam essas profundas transformações. A formação profissional-acadêmica necessita desse componente no sentido de que os estudantes, futuros profissionais, compreendam a sociedade em toda a sua dimensão e complexidade.⁸³

É em função da exigência da sociedade atual que o nível de ensino superior precisa rever a dimensão pedagógica e metodológica no momento de elaborar o currículo de ensino, envolvendo nesse processo de construção a comunidade acadêmica (docente\discente\ coordenadores de cursos\ gestores).

Muitas vezes ignora-se o envolvimento de tais profissionais e valorizam-se apenas aqueles que estão tecnicamente preparados para tal tarefa. No entanto, as competências não são suficientes quando se trata de elaborar um projeto pedagógico, visto o englobamento e desdobramento que o mesmo se insere. Daí estar à importância da participação dos que estão diretamente vinculados no processo de ensino (docentes e discentes).

Muitas vezes esses especialistas não têm contato com a realidade local, elaborando currículos desconexos com as expectativas dos professores e comunidade. Tais

⁸³ BELTRÃO, Jimena Filipe. BELTRÃO, Jane Felipe. 1992. P. 21

currículos serão empregados na formação de futuros profissionais que ao completarem seu curso estarão descontextualizados das exigências do mercado local, tendo dificuldades para empregar seu conhecimento.⁸⁴

Considerando o que foi dito por pesquisadora acima e a realidade do ensino Brasileiro seguir os ditames da classe dominante que obtém o controle e conseqüentemente a alienação da sociedade, faz-se necessário salientar que as universidades no decorrer da história educacional brasileira, assumiram como compromisso a responsabilidade de proteger o sistema em vigor, por meio de um currículo estabelecido por tal sistema.

Entretanto, as instituições escolares têm evoluído para uma concepção de ensino que vai além da instrução curricular, mas uma educação que plena, que englobe o homem na sua totalidade, ou seja, o homem integral. Neste sentido, historicamente, constata-se que dentro desta evolução, a mesma assumiu uma infinidade de tarefas, iniciando primeiramente pela:

Instrução, mais foi juntando a educação, a formação, o desenvolvimento pessoal e moral, a educação para a cidadania e para os valores... Pelo cérebro, mas prolongou a sua acção ao corpo, à alma, aos sentimentos, às emoções, aos comportamentos... Pelas disciplinas, mas foi abrangendo a educação para a saúde e para a sexualidade... defesa do ambiente e do patrimônio...Começou pelo “currículo mínimo”, mas foi integrando todos os conteúdos possíveis e imaginários, e todas as competências, tecnológicas e outras, pondo no “saco curricular” cada vez mais coisas e nada dele retirando...⁸⁵

A afirmação demonstra a infinidade de responsabilidades assumidas pelas instituições escolares e que reflete na formação do profissional educador. As demandas da sociedade atual e as transformações ocorridas em todas as esferas sociais, econômicas, políticas e culturais requer profissionais habilitados a lidar com as diversidades presentes.

Dentro das novas demandas educacionais, está a dimensão socioambiental. E esta dimensão requer do profissional educador, um preparo específico e ao mesmo tempo abrangente por se tratar de uma dimensão que envolve todas as esferas, seja ela, social, política, econômica ou cultural.

Neste sentido, ao tratar da relevância da formação do professor, considerando a vertente socioambiental, deve-se pensar acerca da visão que as instituições de ensino tem em relação a dimensão socioambiental. Seria ela fundamentalmente necessária do ponto de vista educacional no que se refere à formação profissional específica?

⁸⁴ BACCAGLINI, *apud* CUCHIARO (Faculdades Integradas FAFIPE). André Luiz. CARÍZIO, Walkíria Graick (PG – RS)

⁸⁵ NÓVOA. Antonio. 2007, P. 50

No contexto em que se insere a realidade atual, é importância discutir acerca da formação de tal profissional, uma vez que a Educação Ambiental tem se disseminado no ambiente escolar. A institucionalização da Educação Ambiental vem se processando de acordo com a demanda social e pressionando as instituições escolares a se posicionar frente a tal realidade. Quando se pensa no ambiental dentro do contexto atual,

Significa pensar de forma prospectiva e complexa, introduzir novas variáveis nas formas de conceber o mundo globalizado, a natureza, a sociedade, o conhecimento e especialmente as modalidades de relação entre os seres humanos, a fim de agir de forma solidária e fraterna, na procura de um novo modelo de desenvolvimento.⁸⁶

E é neste sentido que ao abordar sobre a formação do profissional educador, abre-se questionamento a favor da formação dos profissionais para a Educação Ambiental. E um dos questionamentos está voltado para o lugar que esses profissionais têm ocupado na atualidade, se considerado a problemática ambiental. Até porque o modelo educacional deste século começa a exigir de seus profissionais o reconhecimento de todas as situações do seu entorno. Refletir, sobretudo, se as Instituições de Ensino Superior têm requisitado profissionais docentes com formação voltada para a dimensão socioambiental e se as mesmas vêem esse diferencial no momento em que estão trabalhando com futuros profissionais educadores. Realizar atividades pedagógicas nesta área de formação, como elemento imprescindível no aporte ambiental para todos os profissionais que constroem a história na condição de sujeitos.

A falta de treinamento de docentes em números suficiente com percepção multi\interdisciplinar – capacidade esta indispensável no trato da temática ambiental-, além das poucas, embora significativas experiências, compõem obstáculo a ser ultrapassado e que já vem sendo vencido.⁸⁷

Quando se propõe a discutir este tema, parte-se do princípio que a maior dificuldade para se trabalhar com assuntos voltados para o meio ambiente, é a falta de recursos humanos, ou seja, docentes preparados. Embora haja preocupação por parte dos docentes com a degradação do meio ambiente e muitos se empenharem no enfrentamento de tais questões, na maioria das vezes, esses profissionais não conseguem eficácia no seu trabalho

⁸⁶ MEDINA, Naná Mininni. SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental**: uma metodologia participativa de formação. Petrópolis, RJ, Vozes, 2 ed. 1999, P. 12

⁸⁷ BELTRÃO, Jimena Filipe. BELTRÃO, Jane Felipe. 1992. P. 21

A realidade tem mostrado que a maioria dos educadores está limitada no que diz respeito, a compreensão da dimensão que envolve a problemática ambiental, sentindo-se incapazes para contextualizar algo que possui um desdobramento histórico, geográfico, cultural, social, econômico e político.

Essa armadilha paradigmática na qual se aprisionam os professores, apresenta-se fragilizada em sua prática pedagógica. As práticas resultantes (por não saberem fazer diferente) tendem a reproduzir o fazer pedagógico da educação tradicional, inebriando a perspectiva crítica e criativa no processo pedagógico, produzindo predominantemente na realidade escolar uma educação ambiental de caráter conservador.⁸⁸

Acerca da informação acima, precisa-se estabelecer um diálogo a respeito dos procedimentos e/ou mecanismo que levaria a um rompimento com as práticas conservadoras, tão presente no cotidiano escolar formal. Tais práticas não cooperam para uma transformação significativa no contexto atual. As práticas pedagógicas devem estar subsidiadas por uma reflexão crítica, que leva o profissional a uma práxis contextualizada.

As preocupações com a educação ambiental formal estão vinculadas ao conteúdo programático e a formação dos acadêmicos, futuros profissionais da educação. Desde 1972 crescem os debates acerca das questões Ambientais e de como elas se apresentam, visto ser considerada um tema relevante e urgente para a sociedade, porque implica direta na possibilidade de futuro da humanidade.

A compreensão acerca da educação ambiental torna-se fundamental como ferramenta que converge às ações humanas e suas conseqüências para o meio ambiente, como forma de ampliar a percepção da dimensão socioambiental. Evidencia ao mesmo tempo pontos importantes para a efetivação de tal assunto quando se propõe a capacitação de professores.

Ao tratar da dimensão socioambiental na Educação Superior, pensa-se sobretudo, no curso de Licenciatura em Pedagogia, em virtude do mesmo ter como característica principal, a formação de profissionais que atuam diretamente com o processo educacional, orientando e supervisionando o trabalho docente, podendo este interferir no trabalho pedagógico, sugerindo mudanças e adaptações que acarretarão substancialmente na percepção ambiental das pessoas e no modo de vida das populações no ambiente local, nacional e global.

⁸⁸ GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, SP: Papirus, 2004, p. 123

Abordar de maneira clara, objetiva, consciente e responsável a dimensão ambiental nos cursos de formação de professor, torna-se uma tarefa desafiadora, e, sobretudo, nobre. A crescente consciência dos problemas relacionados ao meio ambiente e a constatação de que na escola podem surgir respostas que possam ajudar a solucionar os problemas ambientais, tem levado aos professores a necessidade de uma formação ambiental.

É bem verdade que a Educação Ambiental não deve ser privilégio apenas do Curso de Pedagogia, mas sim, de todos os cursos superiores. Isto pelo fato dos cursos superiores ter como objetivo principal a formação de cientistas\pesquisadores e profissionais capazes de formar opinião e contribuir, independente da sua área de conhecimento, para uma vida de qualidade.

Todavia, a introdução e efetivação dos assuntos da dimensão ambiental nos cursos de formação de professores nas instituições de ensino superior, problematiza nos meios acadêmicos a questão socioambiental. Neste sentido, está o fato de que:

Pensar na formação profissional, direcionada ao campo da educação ambiental, exige, da universidade que apresenta um contexto em que a produção de conhecimento se dá sobre as bases capitalistas, a superação do paradigma dominante e as fragilidades impostas por esse.⁸⁹

Será importante neste momento, um breve resgate dos eventos⁹⁰ que culminam para o desenvolvimento da inserção ambiental na universidade e conseqüentemente, para a formação de profissionais ambientais. Desde a Conferência de Tbilisi em 1980, que estabelece a educação ambiental nos espaços universitários, passando pelo primeiro Seminário direcionado especificamente para o ensino superior que teve como pauta a Universidade e o Meio Ambiente para a América Latina e Caribe, realizado em Bogotá (Colombia), 1985.

A Carta de Bogotá, como ficou conhecida, analisou o papel da universidade como espaço de vinculação com a temática ambiental. Esta mesma carta recomendou a criação de seminários e centros de formação e pesquisa ambiental interdisciplinares nas universidades, estabelecendo assim, vínculo com a comunidade.⁹¹

⁸⁹ MORALES, Angélica Góis. **A formação do profissional educador ambiental: reflexões, possibilidades e constatações.** Ponta Grossa: Ed. Uerp, 2009. P. 87

⁹⁰ Assunto discutido no primeiro capítulo, acerca dos Marcos Referencias e Legislação Ambiental.

⁹¹ MORALES, 2009. P. 88

Outros eventos merecem destaques por sua grandiosidade e influencia na esfera ambiental, tais como o II Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental, em 1997, cidade de Guadalajara, México, que entre as discussões estava a formação de educadores ambientais com a proposta das instituições de ensino repensarem os currículos de formação de profissionais que tenham a capacidade de trabalhar interligando os saberes, ou seja, interdisciplinarmente.

Os eventos ora citados e outros acontecimentos ambientais impulsionaram os avanços e desdobramentos das discussões no cenário Brasileiro e entre os anos de 1986 a 1992 foram realizados só no Brasil, cinco encontros nacionais sobre - Universidade e Meio Ambiente – cujo a abordagem esteve fundamentalmente voltada para a questão ambiental no ensino superior.

Vale ressaltar uma vez mais que, quando o assunto é acerca da formação de educadores ambientais, o mesmo torna-se mais complexo e abrangente, pois tal dimensão exige conhecimento epistemológico acerca dos problemas sociais, políticos, econômicos e culturais. Ou seja, uma abordagem onde permite o diálogo e a reflexão que convergem para uma reorientação da prática humana e para a consciência ambiental.

Embora os PCNs contribuam para a implantação de uma educação orientada para a cidadania ainda existem barreiras à efetivação desse projeto. Não se pode fazer das atividades de educação ambiental uma prática simplesmente informativa, que trabalhe com conteúdos dissociados de um contexto, que seja significativo para criança, pois dessa maneira a prática não consistiria em uma aprendizagem, e sim, em uma relação descompromissada com o meio ambiente.

Ressalta-se neste momento que a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação. Esta consciência é construída sob a égide de que,

A preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação. E aqui que entra em cena a Pedagogia da Terra, a ecopedagogia. Ela é uma pedagogia para a promoção da aprendizagem do "sentido das coisas a partir da vida cotidiana"⁹²

Daí se percebe a importância da dimensão ambiental nos currículos de formação de professores no estado do Amazonas para que educação cumpra seu papel na formação do

⁹² GADOTTI. 2000, p. 106.

sujeito ecológico. Este conceito demarca aspectos do sujeito que é orientado por valores ecológicos em sua vida. O ideal ecológico que orienta as decisões e estilos de vida desse sujeito torna-o também sujeito de reconstrução humana. É essencialmente um educador ambiental.⁹³

Parece-nos que o desafio da educação é de formar muitos sujeitos ecológicos que, dotados da sensibilidade ambiental, agirão em prol da vida, que é essencialmente coletiva. Cabe aos planejadores da educação, coordenadores de cursos de formação de professores, resgatarem a dimensão política do currículo para que a Educação Ambiental, enquanto educação política - porque prepara para o exercício da cidadania -, que se pretende inter e transdisciplinar nas instituições de ensino, também ultrapasse, na vida dos estudantes e professores, a dimensão profissional estejam na vida pessoal.⁹⁴

Se por um lado existe um “desconhecimento” acerca da realidade regional e as suas implicações no meio ambiente, por parte dos que administram os setores públicos e privados, por outro, as instituições de ensino superior devem tomar para si, a responsabilidade educacional, no preparo de pessoal com esclarecimento amplo acerca da dimensão socioambiental, que parte da vivência de cada cidadão.

2.3 A Interdisciplinaridade na Formação e nos Currículos

Quando se fala de interdisciplinaridade, deve-se lembrar que tudo o que é realizado pelo homem não são ações isoladas, que partem de um único conhecimento. Qualquer ação desenvolvida, é a soma de vários conhecimentos adquiridos. Portanto, pode-se dizer que o homem é um cidadão que mesmo sem se dar conta, utiliza-se da interdisciplinaridade no seu dia-a-dia. Ou seja, por natureza desenvolvemos comportamentos disciplinares e a interrelacionamos de maneira natural.

A interdisciplinaridade como ferramenta do processo ensino\aprendizagem é um elemento fundamental no processo educativo em função do poder de superação que a mesma possibilita. Portanto, é imprescindível que se reflita acerca de sua importância em todos os níveis de ensino e, sobretudo, na Educação Superior, que forma o profissional para todas as áreas.

⁹³ CARVALHO, Isabel Cristina M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. 1ª ed. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2001.

⁹⁴ CUNHA e JESUS, 2011, p. 1453-1458.

Salienta-se o fato de que a interdisciplinaridade ter entre outras atribuições, o poder de interligar os vários saberes, minimizando com isso, a fragmentação dos conteúdos de ensino e a superação da fragmentação dos conteúdos disciplinares, considerado como uma problemática pedagógico\epistemológico. Neste contexto, tem-se também que a *“interdisciplinaridade é estabelecida como um requisito para uma visão da realidade nas perspectivas da unidade e da totalidade do real”*.⁹⁵

Nesta corrente de pensamento, salienta-se que

A efetivação da interdisciplinaridade nas instituições de ensino superior requer profundas mudanças na vida acadêmica, abrindo espaços efetivos para a prática da iniciação científica, da pesquisa e da extensão. Essas mudanças passam pela revisão dos currículos e pela sua formulação integrada, modificando de forma essencial o papel do professor no contexto educativo. Não basta que o currículo seja formulado de forma integrada, é preciso vivenciar essa integração.⁹⁶

A realidade apresentada acima revela a necessidade das instituições de ensino público ou privado, no sentido de lançar mão da criatividade no planejamento escolar e da inovação do currículo de ensino, visando suprir os requisitos exigidos no contexto atual.

Quando se enfatiza a necessidade de criar e inovar os mecanismos de aplicabilidade dos conteúdos disciplinares, está levando em consideração que na conjuntura a que estamos inseridos hoje, não permitem a dialética entre as pessoas e as sociedades, propiciando assim uma interdependência das pessoas, influenciada, sobretudo pela invasão do multiculturalismo, sobressaindo-se os valores das outras culturas.

A situação pontuada acima se torna um problema persistente e, sobretudo paralisante, diretamente vinculado às instituições de ensino submetem-se aos ideais do poder dominante, contribuindo de certa maneira, na formação do cidadão, para o mercado de trabalho, sem, contudo, colocar como objetivo principal, o desenvolvimento das competências e habilidades dos profissionais egressos.

O Ensino Superior também enfrenta a problemática de um currículo fechado e a fragmentação dos conteúdos. Na verdade, os ingressantes deste nível de ensino chegam impregnados por este mal que revela o empobrecimento epistemológico. Ressalta-se aqui a

⁹⁵ FREIRE Paulo. *apud* ANDREOLA, Balduino. artigo que compõe o Dicionário Paulo Freire. Orgs. ESTRECK. Danilo R.; REDIM, Euclides e ZITKOSKI, Jaime José. Belo Horizonte; editora Autêntica, 2008, p. 236;

⁹⁶ FAVARÃO, N.R.L.; ARAÚJO. C.S.A. **Importância da Interdisciplinaridade no Ensino Superior**. EDUCERE. Umarama, v.4, n. 2, p. 103-115, jul.\dez, 2004.

presença da fragmentação dos conteúdos em todos os níveis de ensino que dificulta a entrada de uma maioria significativa de candidatos ao Ensino Superior.

É no repensar a forma de compreender, reconhecer e problematizar o mundo que o pensamento da complexidade, juntamente com a interdisciplinaridade, apresenta-se como desafio epistêmico no sentido de encontrar possíveis (des)caminhos que permitam abordar o complexo.⁹⁷

Infelizmente, muitos profissionais da educação, por sua vez, permanecem na estagnação promovida pelo sistema educacional, sem exercitar a criatividade e sem estabelecer novas metas de ensino. A maior problemática deste processo a meu ver é a falta do exercício das habilidades e competências desses profissionais que não conseguem contextualizar e conciliar a teoria e a prática.

Com base na descrição da autora, a interdisciplinaridade pode ser um meio de se alcançar a um pensamento transformado, que por sua vez, incorpora

Fundamentos teóricos mais adequados, imprescindível para a reflexão e o encaminhamento de solução às dificuldades relacionadas ao ensino e às pesquisas... não podem estar dissociados de uma prática interdisciplinar, o que possibilita que cada especialista possa ir além de suas limitações, permitindo um tratamento orgânico e integral.⁹⁸

Quando se trata de Educação Ambiental⁹⁹, a exigência é ainda maior, pois neste caso, o trabalho só dará resultado significativo, se realizado dentro da perspectiva da interdisciplinaridade. Se este entendimento for concebido pelos profissionais educadores ambientais, o aluno se tornará o principal elemento de interação com o meio ambiente, com a capacidade de planejar ações responsáveis frente aos desafios do processo de ensino e aprendizagem.

A dimensão dos problemas ambientais alcança patamares que impossibilitam tratar o assunto relacionado a essa problemática, em um caráter unidisciplinar. Para tanto, o uso de uma metodologia que possibilita a inter-relação de múltiplas disciplinas, a interação de

⁹⁷ MORALES, 2009, p. 75.

⁹⁸ Idem, 2009, p. 69

⁹⁹ “A educação ambiental, em sua busca por bases epistemológicas, sustenta-se em conhecimento aberto, dialógico e reflexivo vinculado à prática social, que, por meio de uma articulação complexa, busca ir além da disciplinaridade imposta na divisão do conhecimento por áreas fechadas” (MORALES, 2009, p. 67).

profissionais educadores e a participação de um maior número de instituições de ensino, minimizaria a complexidade que existe entre o homem e a natureza.

Pode-se estabelecer uma distinção entre a maneira de se trabalhar com a Educação Ambiental, que exigirá um comportamento dialógico, e a educação tradicional, que simplesmente transmite conhecimento. Se a educação tradicional centraliza na figura do professor, toda forma de conhecimento e o tem como o sujeito do processo ensino/aprendizagem, não sendo o aluno partícipe desta construção, e sim, um mero receptor, a Educação Ambiental prioriza a formação de atitudes,

Para problemas que afetam o meio ambiente, para melhorar as relações entre os sistemas naturais e artificiais; destaca os valores e formas de comportamentos sensíveis e essas relações; derruba as barreiras entre o aluno e as disciplinas, concebendo a ambos como integrantes de um todo ativo em que eles são parte do mesmo processo, cujo estudo desenvolvem.¹⁰⁰

Desta maneira, é explicitado que entre os objetivos da educação ambiental, pode ser visto que é desenvolvido um mecanismo onde o discente é estimulado ao sentimento de pertença ao seu entorno e ao lugar em que ocupa no ambiente. A partir desta integração e interação com o meio, constrói-se um olhar mais acurado e um maior senso de responsabilidade e compromisso são gerados como resultados dos programas de Educação Ambiental.

Diante da exposição acima, fica evidenciado que o profissional da educação tem como responsabilidade, transformar a realidade educacional, criando possibilidades para que o discente desenvolva-se para estágios de autonomia no processo ensino/aprendizagem e conduzido a caminhos de decisões e soluções próprias. E é neste sentido que a interdisciplinaridade ocupa lugar de destaque, por possibilitar condições dialógicas disciplinares.

E por falar em autonomia, a opinião é de que,

Praticamente todo o discurso pedagógico tem como objetivo de ensino, a formação de alunos autônomos, conscientes, reflexivos, participativos, cidadãos atuantes, felizes, entre outras características similares [...] não aparece nesse discurso características como, passividade, submissão ou alienação, entretanto, a prática difere muito.¹⁰¹

Prosseguindo com a observação acima, há de se considerar que para este discente ganhar autonomia no processo educativo, *“faz-se necessário trabalhar com práticas*

¹⁰⁰ BELTRÃO, Jimena Filipe. BELTRÃO, Jane Felipe. 1992. P. 161

¹⁰¹ FAVARÃO, N.R.L.; ARAÚJO. C.S.A. I, p. 103-115, jul.\dez, 2004

*pedagógicas voltadas para a sua formação, para o exercício da cidadania plena, respeitando a individualidade de cada um, utilizando-se de conteúdos interdisciplinares e contextualizados”.*¹⁰²

Para que a interdisciplinaridade seja reconhecida como elemento *sine quo non* no processo educativo, é essencial a compreensão conceitual de tal palavra. Para tanto, tomar-se-á como base a pesquisa realizada¹⁰³, que reuniu alguns teóricos que tratam do assunto.

Tais pesquisas apresentam o conceito estabelecido por *Ferreira*¹⁰⁴, acerca do assunto que diz que “*interdisciplinaridade é uma atitude, isto é, uma externalização de uma visão de mundo que, no caso, é holística. Tudo o que existe, todo ‘ente’, se ‘vela’, se ‘des-vela’ e se ‘re-vela’ ante nossos olhos*”.

Prosseguindo as autoras esclarece que o surgimento da interdisciplinaridade se deu por volta dos anos 70 quando houve a necessidade de responder aos anseios de uma abordagem relacionada ao contexto educacional da época. Apesar da visão de que a interdisciplinaridade seria mais um modismo da educação, ela passa a ser reconhecida e aceita como uma ferramenta de superação da práxis pedagógica.

Destacam-se ainda como pioneiros da interdisciplinaridade no Brasil Japiassu e Ivani Fazenda que vêem na interdisciplinaridade a possibilidade de ter encontrado um antídoto para a patologia contraída pelo sistema educacional, que abrange entre outras coisas, a fragmentação dos saberes e os maus hábitos adquiridos pela crise da razão.¹⁰⁵ Esta pesquisadora enfatiza que nos anos de 1970, a inserção da interdisciplinaridade no processo educacional, foi crucial no que se refere ao redirecionamento do processo educativo.

Entretanto, a inserção da interdisciplinaridade no processo ensino\aprendizagem, apesar de ter trazido uma luz para os horizontes educacionais, não foi capaz de transformar as ações e práticas pedagógicas de muitos docentes, que conservam a maneira peculiar de educar, pesquisar e compartilhar seus conhecimentos. O legado adquirido pelos pais da educação no Brasil é resistente e substancialmente alienador.

Nesta conjuntura monopolista está pautada a via de acesso da interdisciplinaridade. A largura e a profundidade de tal ferramenta demonstram a necessidade de uma nova definição para a

¹⁰² Idem, 2004, p .103-115.

¹⁰³ Idem, 2004, p .103-115.

¹⁰⁴ FERREIRA, M. E. M. P. Ciência e interdisciplinaridade. In: FAZENDA, I. **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 122.

¹⁰⁵ MORALES, 2009, P. 69-70.

implementação e efetivação da mesma. Para esta efetivação, o docente passa a ser visto como um forte aliado de promoção visto a capacidade de formar opinião e a interação com a realidade do discente cotidianamente, sendo, portanto, conhecedor de suas necessidades.

Sabe-se, todavia, que a inserção da prática interdisciplinar passa por uma questão que vai além dos programas e propostas curriculares, visto o seu caráter dialógico. A mesma perpassa pelo princípio da alteridade humana. Neste sentido, o profissional educador deverá abrir mão da individualidade e abrir-se a coletividade, ao trabalho em equipe, provocando desta maneira condições necessárias para o desenvolvimento das atividades pedagógicas contextualizadas e compatíveis com a realidade atual.

A educação ambiental no âmbito da interdisciplinaridade...

Implica a (re) construção de novos saberes, novos valores e conhecimentos que possam construir nova racionalidade e sua incorporação, de forma integrada, no processo de formação ambiental, de modo a oportunizar a compreensão dos processos socioambientais e a construção de ações interdisciplinares que associa a autonomia, o diálogo, a curiosidade, a capacidade de convivência, que reconhece as diferenças, o conflito nas relações de poder e saber e a coexistência permanente com a incerteza.¹⁰⁶

Diante de tal realidade, as instituições de ensino devem reconsiderar sua prática pedagógica, e partir do pressuposto que é incoerente e inconcebível a continuidade da mesmice nas elaborações dos programas e propostas pedagógicas e curriculares, bem como na maneira de abordagem dos conteúdos escolares.

É importante ressaltar que a concepção de educação na atualidade é que o discente ingressante no Ensino Superior deve ser oportunizado no aprimoramento de suas competências e no enriquecimento das suas concepções no todo, agregando valores e práticas inovadoras por meio de atividades pedagógicas que complementam sua formação.

2.4 Educação no Amazonas: propostas e mudanças

Com o intuito de delinear a Educação no Amazonas, considera-se a inter-relação da mesma no contexto sociocultural, econômico e político da região e verificar como se dá o desenvolvimento de tais dimensões. Outros fatores a ser considerados, são os geográficos, os hidrográficos e os recursos naturais que influenciaram e continuam influenciando as relações de poder da história da Amazônia.

¹⁰⁶ MORALES, 2009, p. 74.

Ainda neste contexto, há de se considerar os conflitos ocasionados pela maneira em que a região foi ocupada, explorada e a expropriação dos valores dos povos tradicionais, dos recursos naturais, bem como os processos de produção com sua moderna tecnologia. Todos esses aspectos se aliam ao processo educacional que não se dá de maneira isolada, mas sim integrada às demais dimensões que envolvem a vida humana.

Neste sentido, é relevante destacar no processo educacional no Amazonas a formação social e cultural da população que habita essa região. Segundo dados do IBGE¹⁰⁷ foi contabilizados em 2008 os seguintes números: pardos (66,9%), brancos (24,2%), negros (3,1%), indígenas (4%) e amarelos (0,3%). Há no Estado do Amazonas 65 grupos indígenas, os quais são a maior população de índios do país, que totaliza 168.680 índios.¹⁰⁸

Em muitas destas etnias foram preservados determinados costumes e o domínio da língua. Existem de igual modo, a população ribeirinha, que vivem em comunidades às margens dos rios amazonenses. Estes sobrevivem da pesca e da agricultura, de acordo com o período de estiagem. É uma população rica em costumes culturais e conhecimento os quais são passados de geração em geração através da oralidade.

A falta de políticas públicas e a não atenção para as peculiaridades regional, contribui com o êxodo rural e conseqüentemente, com o aumento da população urbana, principalmente na cidade de Manaus e, por conseguinte, o índice de pobreza, como conseqüência da falta de infraestrutura, como moradia, saneamento básico, saúde e educação. Entre outros problemas sociais, que não contribuem para o desenvolvimento humano do Amazonas, destacam-se também, a destruição do meio ambiente, provocado pelos desmatamentos, a poluição das águas e a extinção de algumas espécies da fauna e flora.

Vale ressaltar que ao se referir ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a Organização das Nações Unidas (ONU) utiliza alguns critérios para estabelecer tal índice e os relaciona à qualidade de vida de uma determinada população. Dentre os critérios utilizados para calcular o IDH estão o grau de escolaridade – média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada; Renda Nacional Bruta (RNB) per capita – baseada na paridade de poder de compra dos habitantes; Nível de

¹⁰⁷ http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf << >> acesso em outubro de 2011.

¹⁰⁸ www.funasa.gov.br/.../RELATÓRIO%20DE%20GESTÃO%20-%20RO%20-%202008.pdf << >> acesso em outubro de 2011

saúde – baseia-se na expectativa de vida da população – que reflete as condições de saúde e dos serviços de saneamento ambiental. O Amazonas encontra-se em décimo terceiro lugar, segundo dados de 2008, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Acerca do Índice de Desenvolvimento Humano, as autoridades brasileiras contestam o resultado de 2011, quando o Brasil aparece em 84º lugar numa lista de 187 países. Esse resultado foi divulgado no dia 02 de novembro de 2011 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ao ser anunciado esses dados, a ministra de Desenvolvimento Social do Brasil, Tereza Campello expressou-se da seguinte maneira:

“Preocupa-nos que o relatório trate do IPM com indicadores de 2006, porque é exatamente a partir de 2006 que o Brasil avançou num conjunto de elementos, incorporando essa multidimensionalidade da pobreza, se preocupando com a pobreza não só do ponto de vista da renda. A partir de 2007 é que se incorporou uma parcela muito grande da população no [Programa] Bolsa Família”.¹⁰⁹

Em relação ao desenvolvimento econômico do Estado do Amazonas, dados oficiais tem indicado um significativo avanço.

Parte deste sucesso se deve ao Pólo Industrial de Manaus (PIM), um modelo de desenvolvimento regional que abriga inúmeras empresas nacionais e internacionais, gerando mais de 100 mil empregos diretos e um faturamento de 35 bilhões de dólares em 2010. O PIM é o principal mecanismo irradiador do desenvolvimento no modelo Zona Franca de Manaus, que concede incentivos fiscais para a produção. Esta política de incentivos gera emprego, renda e aumento da arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais não só no Amazonas, onde está situado o PIM, mas nos demais Estados da Amazônia Ocidental (Roraima, Acre, Rondônia), além das cidades de Macapá e Santana, no Amapá (a área de atuação do modelo Zona Franca de Manaus)¹¹⁰

Além do Pólo Industrial, existem outras atividades econômicas no Amazonas que tem trazido indicadores de crescimento, tais como: agricultura, extrativismo vegetal (borracha) e mineral (gás, petróleo), pecuária e indústria de eletrônicos.

Apesar dos indicadores de crescimento econômico, a melhoria das condições de vida da maioria da população do Amazonas, e, sobretudo, dos que residem nas regiões onde é precário o sistema de ensino e de saúde, em particular nas regiões onde vivem as populações ribeirinhas e indígenas os índices são abaixo da pobreza. Problemas como destinação final do

¹⁰⁹ Matéria retirada da Agência Brasil – Empresa Brasil de Comunicação em 03 de novembro de 2011.

¹¹⁰ Fonte IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Retirado do site oficial do Estado do Amazonas, acessado em 29.10.2011.

lixo, saneamento básico inadequado, distribuição de água para o consumo demonstram que a desigualdade social faz parte da realidade do cotidiano da maioria da população.

O Amazonas, como todos os demais Estados da Federação Brasileira tem trabalhado em suas pautas Políticas Públicas. Nesta dimensão pública do Estado do Amazonas, as políticas contemplam,

A melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. Como exemplo, investimentos em Programas como a Zona Franca Verde e Bolsa Floresta; o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim); o gasoduto Coari-Manaus, que veio para mudar a matriz energética de oito municípios, incluindo a capital, e a construção da Ponte do Rio Negro, que vai interligar a região metropolitana de Manaus à cidade de Iranduba e áreas adjacentes.¹¹¹

Neste contexto, a ponte que interliga Manaus ao município de Iranduba já é uma realidade, com sua inauguração no dia 24 de outubro de 2011, as obras do gasoduto Coari-Manaus continuam sendo realizadas e muitas outras obras foram ou estão para ser concluídas.

Contudo, a qualidade de vida da população, não depende somente das benfeitorias e progresso de infraestrutura física e a modernidade das tecnologias. A qualidade de vida resulta das políticas originadas por meio do diálogo entre os seguimentos da sociedade civil organizada, como os gestores de instituições públicas e privadas, os comunicadores, os sindicatos entre outros, onde as expectativas, os conhecimentos e experiências e as necessidades sejam reveladas e as decisões contemplem a realidade de todos.

De acordo com o Presidente do Conselho de Educação do Estado do Amazonas, o Plano de Educação do Estado do Amazonas – PEE\AM foi elaborado em 2008, da seguinte maneira:

A construção coletiva do Plano Estadual de Educação – PEE/AM representa um marco na História da Educação no Estado do Amazonas, mais e, principalmente, por ter tido a participação efetiva da sociedade civil organizada, dos sindicatos, de órgãos que lidam com o processo formal e informal de educação, de representação dos povos indígenas, de pais e alunos, em todas as dependências administrativas, no âmbito do Estado, para discussão e definição de diretrizes, objetivos e metas, à luz de um diagnóstico da realidade educacional do Brasil e, especificamente, do Amazonas, a serem implementados na Educação Básica, nos seus diferentes níveis e modalidades de ensino e na Educação Superior, nos próximos de 10 (dez) anos.¹¹²

Continuando a apresentação do PEE\AM, o professor afirma que:

A sociedade amazonense está propondo um Plano Estadual de Educação- PEE cujo foco é o homem, o meio, sua identidade amazônica, priorizando o desenvolvimento

¹¹¹. Página de apresentação do Plano Estadual de Educação – PEE\AM, 2008.

¹¹² - AMORIM. Gedeão Timóteo. Página de apresentação do Plano Estadual de Educação – PEE\AM, 2008.

sustentável e sua educação na perspectiva do direito público subjetivo, para a conquista plena da igualdade, da fraternidade, da paz e da justiça social.¹¹³

Embora a proposta do Plano Estadual de Educação para o Amazonas seja algo que gera expectativa aos educadores, é bom que se diga que o Brasil está cheio de Planos e Programas de governo, Leis, Decretos e Portarias que normatizam e estabelecem vários critérios para a sociedade em geral. Porém, tais propostas precisam ser retiradas do papel, tais Leis precisam ser conhecidas por todos, cumpridas pelos órgãos competentes e obedecidas pelos infratores.

Outro fator que deve ser considerado no processo educacional da região Amazônica é o contexto histórico. Desde a ocupação destas terras pelos europeus o ensino foi um instrumento para colonizar e dominar. Desse modo, vieram para o Brasil, algumas ordens religiosas, responsáveis pela catequização dos índios, que consistia em ensinar a língua portuguesa, além de outro modo de vida de subsistência e novos ofícios aos colonos e seus filhos.

Neste contexto, não se deve ignorar a herança educacional que os colonizadores proporcionaram, mesmo ressaltando os pontos negativos do modelo educacional do período colonial, há de se considerar que os ensinamentos sobre determinados assuntos evoluíram, determinando de certa maneira o sistema educacional na atualidade.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas no seguimento educacional, no Amazonas, há de se considerar o progresso significativo da educação e seu sistema a cada ano, como resultado da integração do sistema político-educacional, por meio de propostas inclusivas resultantes de discussões acadêmicas. Como há muito se observa as ações voltadas para construção do conhecimento, mediação da informação e a formação da cultura nacional, variam e tem seus próprios desafios na medida em que se avança para o Norte do país.

Conforme já citado anteriormente, o contexto sociocultural da região amazônica, bem como o econômico-político, é ímpar e não dissociada do desenvolvimento de formação social e cultural da região. Nesse sentido, destaca-se a grande diferença encontrada nos traços culturais e no valor atribuído à formação escolar da sociedade ribeirinha em contraste com o centro urbano das grandes cidades amazonenses, cujos investimentos e seu valor são distintos, assim como a responsabilidade pelos seus financiamentos.

Segundo dados colhidos do Plano Estadual de Educação – PEE/AM, de abril de 2008,

¹¹³ Idem, 2008. p. introdução

A Amazônia abriga 50% da biodiversidade de nosso planeta. Grandes riquezas em termos de diversidade biológica e étnica, incluindo a maior extensão de floresta tropical do mundo, ocupando uma área de 1.577.820 Km², que corresponde a 40,7% do espaço geográfico da região Norte e 18,4% do espaço geográfico brasileiro. Todo esse cenário de beleza e biodiversidade é que faz do Estado do Amazonas, um lugar especial. O seu povo e a sua gente fazem desse chão a maior celebração ecológica da vida que a Terra conhece.¹¹⁴

Vislumbra-se, a cada ano, um desenvolvimento crescente na educação da Amazônia enquanto mediadora de informação, cujo teor pretende fomentar mudanças culturais e estruturais para seus receptores, transformando-a em oportunidade sócio ambiental, não desvinculando seus desafios.

Para tanto, alguns desafios educacionais precisam ser encarados para que se possa superar todas as situações determinantes. Pode-se apresentar como um dos desafios da educação, a mensuração dos seus resultados, no que se refere à reorientação das diversas disciplinas que facilitam a percepção do meio ambiente de forma integrada às perspectivas da educação formal.¹¹⁵

Considerando a opinião das autoras ora citadas, a articulação dessas disciplinas e experiências educativas com a mão de obra disponível para, em primeiro momento qualificar, e em seguida quantificar resultados que se possa medir de forma palpável, constitui-se o primeiro obstáculo a ser vencido. Não se pode desconsiderar esta possibilidade, tornando-a como uma perspectiva no processo educacional.

Não obstante, a falta de conhecimento específico das realidades sócio-educacionais nas comunidades ribeirinhas e indígenas da Amazônia, assim como suas particularidades geográficas, também são fatores diferenciais a serem vencidos, primeiramente pelo conhecimento particular dessas realidades e em seguida, pelos métodos a serem adotados para construção do conhecimento, o que de certa forma requer ações de pioneirismo.

Assim, não podemos deixar de contextualizar a educação amazônica com suas peculiaridades, pois sua exuberante natureza de vastas florestas, a grande bacia hidrográfica dos rios Solimões, Negro, Amazonas, Madeira, Juruá, entre outros, e a existência de enormes reservas de recursos naturais têm chamado atenção cada vez mais de vários países, por ser considerada uma das últimas reservas biológicas e fonte de exploração de recursos. Esta realidade tem norteado as relações econômicas, políticas e sociais nos últimos anos, o que acaba por

¹¹⁴ PEE – AM.2008.

¹¹⁵ WELGEL, Valéria Weigel e CAVALCANTE, Lucíola. **Educação na Amazônia: Oportunidades e Desafios**. Manaus: INPA, 2009.

estabelecer conflitos, seja no desenvolvimento da política interna e externa, nas relações de interesse por parte de quem as manipula e dela se utiliza.

Outro fator já destacado sobre o Estado do Amazonas, no entanto não pode ser dissociado da educação são seus aspectos culturais. Assim, ao examinarmos o contraste entre o quadro humano e cultural, dentro de suas diversidades, constatamos anteriormente e reiteramos que os modelos adotados para projetar a Amazônia no contexto da educação formal, não tem se pautado em princípios adequados à sua realidade, pois além do já mencionado existe a realidade da biodiversidade que constitui a vida comum das sociedades locais.

Partindo deste pressuposto, ressaltamos o pensamento do autor abaixo quando afirma que,

A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos, que se transmitem de geração em geração, se reproduzem em cada indivíduo, controlam a existência da sociedade e mantêm a complexidade psicológica e social. Não há sociedade, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, contudo não podemos esquecer que cada cultura é singular. Assim, sempre existiu a cultura nas culturas, entretanto a cultura existe apenas por meio das culturas.¹¹⁶

Este quadro apresentado sobre a diversidade cultural e humana requer investimentos específicos devido a sua especificidade. Se, ao invés, inserirmos essa gente num modelo tradicional de desenvolvimento e modernização como se faz rotineiramente em todo o país, não alcançaremos os resultados desejados, pois antes de tudo, tal investimento precisa pleitear a perfeita comunicação entre quem planeja e decide as ações, daqueles que vivem a experiência no interior da Amazônia.

Neste sentido, a experiência do saber empírico pode muito bem ser o principal alvo de modelos de programas e projetos sociais mais adequados à sua realidade, evitando o desperdício de tempo da mão de obra não qualificada para uma aproximação, promovendo programas adequados a uma utilização dos recursos naturais de forma não predatória. Mas, tudo isso tem a haver com os mecanismos adotados para tal ação, além dos paradigmas da modernização que impedem a utilização de métodos considerados inadequados frente aos modelos atualmente adotados.

Vislumbrando todo esse quadro, pode-se afirmar que tais questões sócio-culturais impõem dois desafios, tanto aos profissionais da educação, quanto a outros seguimentos, comprometidos com o aumento da qualidade de vida da sociedade amazonense, que são a promoção da extinção da educação formal promovendo a extensão da escola para cada criança

¹¹⁶ MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

e jovem e a criação de uma educação capaz de promover, difundir e trabalhar o conhecimento produzido na mata, visando à prática da conservação ambiental.¹¹⁷

Diante dos fatores analisados neste item, conclui-se que o contexto educacional precisa ser revisto a sua extensão e profundidade do investimento, visto ser ela (a educação) um dos principais fundamentos para o desenvolvimento humano. Esse investimento deve ser na totalidade da educação, ou seja, na educação escolar/universitária, na comunitária, na não-formal, na profissional e em todas as demais esferas educacional.

E se tratando de desafios e perspectivas para a educação na Amazônia, a Educação Ambiental merece lugar de destaque. O Brasil, oportunamente, tem incorporado nos programas docentes e de investigação regional, primordialmente na região Norte, conceito de urgente importância para esta região a geração de conhecimento interdisciplinar e maneiras de capacitar técnicos e profissionais a fim de promover um aproveitamento mais lógico de seus recursos naturais, com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas do povo, além de promover um processo de desenvolvimento independente, capaz de se sustentar e proliferar permanentemente.

Em 1981 foi estabelecido pelo Governo Brasileiro o conceito de Política Nacional do Meio Ambiente, onde se definiu os princípios que orientam o Estado acerca dos assuntos relacionados com a dimensão ambiental. A aplicação de tal política contempla linhas de atuação, como a proteção a ecossistemas, o controle de poluição e monitoramento das condições ambientais e a educação ambiental.

Fazendo uma abordagem sobre a dimensão ambiental e os cursos de graduação, vê-se que se coloca em questão a própria filosofia do ensino universitário, pois não há espaço no currículo para que o aluno possa receber todo o instrumental teórico e metodológico que o “homem da mata” tem elaborado ao longo de séculos e refletir criticamente sobre ele. Até porque a estrutura curricular implantadas nas universidades do Brasil objetiva preparar profissionais técnicos importantes para o processo de desenvolvimento.

Foi dentro deste contexto que tal estudo torna-se elemento crucial na busca de componentes que poderão mostrar a realidade do Estado do Amazonas, especificamente, a sua capital, Manaus. Elementos esses que poderão determinar o nível de interesse das Instituições de Ensino Superior, bem como as suas ações relacionadas à Dimensão Ambiental, já que as mesmas estão inseridas num contexto considerado por muitos países como o “pulmão do mundo”, devido as suas matas, rios e biodiversidade.

¹¹⁷ WELGEL, Valéria Weigel e CAVALCANTE, Lucíola. 2009.

CAPÍTULO III

REALIDADE DO AMAZONAS: DA ESTRUTURA DAS INSTITUIÇÕES ÀS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS

3.1 Perfil das Instituições Investigadas

Segundo dados do MEC/E-MEC, em outubro de 2011 o Estado do Amazonas tem cadastrado em seu sistema 35 Instituições de Ensino Superior, das quais, duas universidades são Públicas (Estadual e Federal), e 33 são particulares, oferecendo 238 cursos em 56 municípios, incluindo a capital, Manaus. Este número era bem menor em 2002, que era de apenas 15 (quinze) IES particulares e 2 Universidades Públicas. Realidade esta, bem diferente de alguns anos atrás.

Apesar do aumento substancial das Instituições no Estado do Amazonas significar avanço e maior abrangência de municípios sendo contemplado com tal benefício, esse aumento não determina a melhoria na qualidade do Ensino Superior ou do acesso igualitário a todos. A luta pela qualidade nem sempre se relaciona a quantidade de vagas disponibilizadas. Dentro desta realidade está a luta por um sistema educacional que inclua os povos indígenas, os jovens e adultos e os chamados “alunos especiais”.

Do universo de instituições, foram selecionadas três Instituições de Manaus para verificar se há a inclusão da Dimensão Socioambiental nos Currículos dos cursos de Formação de Professores. Este estudo partiu em primeiro lugar de uma investigação sobre o grau de interesse que o tema traduz para as instituições investigadas. Como é de conhecimento de muitos, a região amazônica tem valor significativo para o mundo, por apresentar diversos recursos naturais, que atendem as crescentes necessidades humanas, bem como a sua diversidade cultural.

Pelo fato do tema estar diretamente ligado as especificidades do Estado do Amazonas, o mesmo, ganha aspecto de relevância e suscita ao mesmo tempo questionamento de como as IES locais vêm esse diferencial para a formação do professor e como as mesmas desenvolvem o seu trabalho nesta área de formação.

Desta maneira, o interesse por este tema também se traduz num contexto mais restrito, considerando a formação da própria pesquisadora na área de pedagogia, portanto, conhecedora da importância do profissional da educação das séries iniciais na formação do

pequeno educando em todas as áreas do conhecimento. E no que tange este estudo, em especial, as questões ambientais.

Tendo exposto os motivos acima, a primeira instituição investigada denominada de IES “A”, é uma Instituição de Ensino Superior Isolada¹¹⁸, localizada na Zona Sul de Manaus. A segunda, denominada de IES “B”, é um Centro Universitário Particular, Localizada na Zona Centro-Sul e a terceira, denominada de IES “C”, é uma Universidade Pública, localizada também na região Centro-Sul de Manaus.

Em relação aos critérios de escolhas destas instituições estão as seguintes premissas: Em primeiro lugar, considerou-se as instituições que oferecem o curso de licenciatura em Pedagogia. Esse critério foi estabelecido em função de o referido curso preparar profissionais que atuarão diretamente com o processo educacional, orientando e supervisionando o trabalho docente, podendo este interferir no trabalho pedagógico, sugerindo mudanças e adaptações.

E neste sentido, tem-se a intenção da pesquisadora em traçar o perfil das instituições investigadas e apresentar, por meio dos projetos de cursos das mesmas, as propostas relacionadas à dimensão ambiental, para após, averiguar se as mesmas estão presentes na prática pedagógica destas instituições e como as mesmas são trabalhadas nos cursos de Pedagogia.

A escolha da instituição “A” está no fato da mesma representar as faculdades isoladas (que oferecem um número pequeno de cursos) e AM mesmo tempo, estar inseridas entre as mais jovens da região a oferecer o curso de Pedagogia, objeto deste estudo; A Instituição “B” por representar os Centros Universitários, e conseqüentemente, gozar de certa “autonomia” educacional, e neste caso, por ser veterana na formação de pedagogos e professores de Manaus; E a instituição “C”, representando as Universidades Públicas, com abrangência em quase todos os municípios do Amazonas.

3.1.1 Perfil da Instituição “A”

A IES “A” é uma instituição particular¹¹⁹ e o surgimento desta IES se deu a partir da formação do seu Seminário Teológico, criado há mais de 31 anos, cujo ideal era ser a primeira Instituição de Educação Superior do Amazonas a oferecer o curso de Ciências Teológicas.

¹¹⁹ Credenciada no Ministério de Educação em janeiro de 2005 e a sua história, inicia-se no ano de 2004, com a visita da comissão de avaliação *in locu*, para credenciar e autorizar o seu primeiro curso. Seu credenciamento foi publicado no Diário Oficial da União – DOU em 12 de janeiro de 2005 (Portaria 69 para credenciamento).

Atualmente, além deste curso, a faculdade oferece os cursos de Comunicação Social (Jornalismo), Administração e Pedagogia, além dos cursos de Pós-Graduação (*Lato sensu*).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, a inserção regional de localização da mesma, bem como o espaço territorial de sua atuação, propõe dimensões e intenções na formação de abrangência técnica e científica de indivíduos, colocando ao seu alcance desenvolvimento e qualificação que o mesmo aspira, considerando a vastidão biodiversificada da Amazônia.

Neste aspecto, esta IES delineou a Missão Institucional,

Proporcionar a todos, no seio dos seus Cursos, através do ensino, da pesquisa e da extensão, o legítimo direito de acesso ao saber científico, teológico, social e biotecnológico, de forma a que possam desenvolver as suas capacidades e empenharem-se, profissional e cientificamente, em prol da defesa da dignidade do ser humano, do ambiente e da justiça social, para a construção de uma sociedade livre, próspera em que o povo seja o verdadeiro destinatário das riquezas e dos conhecimentos com que Deus dotou o universo¹²⁰

Em consonância com a Missão, está a Visão Institucional, que tem como objetivo

Contribuir por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, como um centro de excelência na formação de sujeitos por meio dos quais as ações sócio-culturais, científicas e religiosas elevaram o nível científico e tecnológico, bem como o conhecimento teológico e das ciências humanas e sociais, incentivando o exercício da justiça, da solidariedade, do diálogo e da cidadania ativa e plena.¹²¹

Esta IES estabelece alcançar seus objetivos por meio dos Cursos, desenvolvendo estratégias para a educação científica, tecnológica e biotecnológica que promova a formação do homem integral, contribuindo assim à reflexão e ao amadurecimento, bem como nas atividades e ações social, cultural e político, alcançando com isso a comunidade em geral.

O curso de Licenciatura em Pedagogia da IES “A”

Segundo o Projeto do Curso – PC desta IES, a decisão de criar o Curso de Pedagogia, se constitui em um grande desafio que envolve sério compromisso com a melhoria da qualidade do ensino na região amazônica, especificamente na cidade de Manaus em consonância com a sua missão. Essa missão está de acordo com as novas diretrizes para os cursos de pedagogia

¹²⁰ Plano de Desenvolvimento Institucional – p. 8.

¹²¹ Idem., p. 8.

que trazem em seu bojo uma preocupação com a formação sólida e de qualidade dos profissionais docentes.

Nesta perspectiva, a formação do docente, quer da educação infantil ou do ensino fundamental nas series iniciais, enquanto pesquisador da prática educativa, uma vez que compreende que a formação docente realizada de maneira qualitativa é uma das alternativas rumo a melhorias da qualidade da educação para o país, para o Amazonas e para os Municípios.

Neste sentido, o Projeto de curso de Pedagogia está em harmonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que evidencia o compromisso de trabalhar de maneira responsável e ética a relação sociedade e meio ambiente. Pode-se analisar que nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPC) dos cursos de Graduação em Teologia, Pedagogia, Administração e Comunicação Social constam disciplinas específicas sobre questões relacionadas à Amazônia.

Entretanto, tanto as propostas contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, quanto nos Projetos dos Cursos, são atendidos especificamente nos cursos de Ciências Teológicas com a disciplina Meio Ambiente e Teologia, no curso de Pedagogia com Saúde e Educação (2º período), e Educação Ambiental (6º período). Em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* é trabalhada a disciplina: Ética e Educação Ambiental.

No intuito de aproximar ainda mais teoria e prática está em fase de implantação o **Projeto Educação e Transformação Socioambiental (PETS)**, que estará sob a responsabilidade de docentes e acadêmicos da IES “A” o PETS será desenvolvido por meio de oficinas pedagógicas com simulação do tratamento da água, aproveitamento e reutilização de resíduos. Tais atividades baseiam-se na importância do consumo consciente, no uso racional da água, no descarte apropriado, na reciclagem e no reaproveitamento do lixo. A conscientização ambiental formada nos acadêmicos, também é transmitida aos seus familiares e amigos para minimizar os resultados da poluição de modo a proteger o meio ambiente para as próximas gerações.

Além disso, este projeto também objetiva fazer com que os alunos repassem os conhecimentos adquiridos em aula para seus pais, familiares e amigos, ampliando assim, o nível de conscientização ambiental em sua comunidade local.

O objetivo do PETS é promover a manutenção de um ambiente saudável e ecologicamente equilibrado, a partir da minimização de resíduos na Faculdade e especificamente, favorecer o exercício da consciência social e da cidadania do público institucional, incentivando a

participação individual e coletiva dos docentes, discentes, administrativos e funcionários em geral, incentivando-os a adotar padrões de comportamento diferenciados quanto ao uso racional da água; consumo consciente de energia elétrica, a redução e reutilização dos produtos descartáveis e a destinação adequada dos resíduos sólidos. Abaixo, será apresentada a matriz curricular do curso de Pedagogia desta instituição

QUADRO 2 - Matriz Curricular da IES "A"

PERÍODO	DISCIPLINAS	CH SEMANAL	CH SEMESTRAL
1º	Introdução a Pedagogia	4	80
	Filosofia da Educação	4	80
	Sociologia da Educação	4	80
	Metodologia do Trabalho Científico	4	80
	Psicologia da Educação	4	80
	Seminário de Socialização: Expressão Cultural	1	20
Total			420
2º	Educação e Saúde	4	80
	Didática	4	80
	Psicologia da Aprendizagem	4	80
	Novas Tecnologias Aplicadas a Educação	4	80
	Historia da Educação	3	60
	Seminário de Socialização: a Educação da Antiguidade aos dias atuais	1	20
	Pesquisa em Educação na Prática Pedagógica II	1	20
Total			420
3º	Atividades Lúdicas na Infância	4	80
	Pesquisa em Educação	4	80
	Linguagens Educacionais	4	80
	Fundamentos de Educação Infantil	4	80
	Psicomotricidade e Aquisição da Leitura e Escrita	4	80
	Seminário de Socialização: Problemas Educacionais da Infância na Cidade de Manaus	1	20
TOTAL			420
4º	Currículo e Educação Básica	4	80
	Políticas Públicas E Educação	4	80
	Planejamento e Avaliação Educacional	4	80
	Arte-Educação	4	80
	Métodos de Alfabetização	4	80
	Seminário de Socialização: Estágio em Educação Infantil	1	20
	Estágio Supervisionado I		100
Total			520
5º	Dificuldades de Aprendizagem	4	80
	Metodologia de Língua Portuguesa	4	80
	Metodologia de Matemática	4	80
	Metodologia de Ciências Naturais	4	80
	Metodologia de História e Geografia	4	80
	Seminário de Socialização: Estágio nas Series Iniciais do Ensino Fundamental	1	20
	Estágio Supervisionado II		100
Total			520
6º	Políticas, Teoria e Prática da Educação Especial	4	80
	Educação Ambiental	4	80
	Pedagogia Social	4	80
	Educação de Jovens e Adultos	4	80
	Gestão Escolar	4	80
	Seminário de Socialização: a Ação Educativa em Diferentes Espaços Pedagógicos	1	20
	Estágio Supervisionado III		100
Total			520
7º	Optativa I	4	80
	Optativa II	4	80
	Organização do Trabalho Pedagógico	4	80
	Introdução a Supervisão Escolar e Orientação Educacional	4	80
	Pesquisa em Educação II – Trabalho de Conclusão de Curso	4	80
	Estágio Supervisionado III		100
Total			500
RESUMO GERAL			
Componentes Curriculares			2920
Estágio Supervisionado			300
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais			200
Total Geral			3420

É possível identificar dentro da matriz curricular desta IES disciplinas que vão abordar assuntos relacionados à dimensão ambiental e ao menos uma disciplina específica que se voltará para a dimensão ambiental como um todo. Isso mostra que a temática que discute meio ambiente ainda é pouco enfatizado, apenas duas disciplinas abordaram temas relacionados aos problemas ambientais, além disso, são disciplinas que não tem como foco, em particular, o ambiente amazônico. Neste sentido, as ementas das disciplinas que contemplam da dimensão ambiental abordam os seguintes pontos:

b) DISCIPLINA: EDUCAÇÃO E SAÚDE – 2º PERIODO

Questões relacionadas a educação, saúde e aprendizagem: hereditariedade, reprodução, desenvolvimento, coordenação nervosa e hormonal, nutrição, doenças parasitárias, saneamento básico, habitação e estratégias de educação ambiental formal e não formal.

Essas questões que esta disciplina se propõe analisar em sala de aula são abordagens muito gerais, deveria ter como ponto de partida o Estado do Amazonas, pois estes problemas sociais, como a falta de saneamento básico, são vividos todos os dias pelos moradores. Por exemplo, fazer uma discussão sobre a falta de habitação, que gera as ocupações em lugares públicos e privados de Manaus é um agravante que a população local não conhece a dimensão de tal problema. São informações que os alunos levarão para outras pessoas, as quais passarão ter consciência da seriedade de tal problema, entre outros.

c) DISCIPLINA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL – 6º PERIODO

Relação da educação da Região Amazônica com o contexto nacional; retrospectiva histórica. Problemas atuais e perspectivas. A reprodução do capital, o processo de acumulação e ocupação, luta de classes, movimentos sociais e sua relação com o processo educativo na região.

Essa disciplina faz um resgate histórico da educação na Amazônia, no entanto, não aponta como a educação ambiental se insere neste processo. Deveria discutir leis ambientais voltadas para a Amazônia; as reservas; a importância dos manejos; os movimentos existentes que defendem a flora e a fauna local; o desenvolvimento industrial que agride o meio ambiente; os empreendimentos que causa impactos socioambientais na Amazônia brasileira; discussão acerca das pesquisas que estão sendo realizadas pelas universidades amazonenses. Através do debate destes assuntos é possível entender a importância de políticas de conscientização para

a preservação da Amazônia, bem como a adequação destes assuntos no currículo desta disciplina.

3.1.2 Perfil da Instituição “B”

Esta IES é um Centro Universitário particular e a sua história inicia-se em 1986, com a implantação das Escolas de nível Fundamental e Médio que foi a base de formação para um complexo educacional. O idealizador deste projeto foi o Professor Nilton Lins que era advogado, administrador e professor da Universidade do Amazonas. O ilustre professor faleceu em junho de 2001.

Em 1989 realizou-se o primeiro vestibular para os cursos pioneiros de Administração e Ciências Contábeis. A partir de então, esta IES amplia seu patrimônio físico e as atividades acadêmicas entram em evidência com a autorização para o funcionamento dos Cursos de Direito, Turismo, Comunicação Social, Ciências Econômicas, Biologia, Educação Física, Nutrição, Pedagogia, Odontologia e Sistemas de Informação.

Esta expansão elevou as Faculdades Integradas a ser credenciada no Ministério de Educação e Cultura (MEC), como o primeiro Centro Universitário do Estado do Amazonas, para o período 2000-2002. Esse fato ocorreu em outubro de 1999.

No âmbito da responsabilidade social, a instituição tem oferecido diversos atendimentos, serviços hospitalares, fisioterápicos, odontológicos, jurídicos, entre outros. Sua moderna infraestrutura na área da saúde possibilita o direcionamento de parte dos seus recursos humanos e materiais ao atendimento nas mais diversas especialidades. Dependendo do diagnóstico, o paciente é encaminhado para consulta nas clínicas do Unicenter ou do Hospital Universitário.

Além dos serviços de saúde, a instituição oferece serviços jurídicos ofertados à comunidade amazonense por meio do Escritório Modelo do Curso de Direito com parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Amazonas, que tem como objetivo oferecer atividades de prática jurídica e judiciária aos alunos, sob a supervisão de professores.

Neste contexto, a instituição atende aproximadamente, 11.000 alunos nos mais de 40 cursos de graduação das áreas de Ciências Biológicas e Saúde, Exatas e da Terra, Humanas e Sociais, Sociais Aplicadas, bem como Graduação Tecnológica. Por meio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação oferece Especialização nas diversas áreas e o mestrado acadêmico e profissional na área de Biologia Urbana e Aquicultura (mestrado e doutorado implantado em

2010). Isso contribuiu para a obtenção de reconhecimento de seus cursos e a renovação do credenciamento como Centro Universitário em dezembro de 2003 por um prazo de 10 anos, até 2013.

No que se refere à inserção regional, esta instituição está situada numa região caracterizada pela diversidade biológica, cultural, social, econômica e humana, e leva em consideração as peculiaridades da região como o clima, bacias hidrográficas, fauna e flora, bem como da relação do Homem com a Natureza. Estas especificidades geram a necessidade de voltar-se para a preservação, sustentabilidade e valorização do meio ambiente e do Homem, conduzindo ao mesmo tempo um modelo educacional que considere o contexto, a globalidade, a multidimensionalidade e a complexidade dos mesmos.

O Curso de Pedagogia da IES “B”

Em relação ao curso de Pedagogia, as mudanças do cenário educacional no que concerne às diretrizes nacionais para a formação do pedagogo e diante da realidade que o curso enfrentou nestes oito anos de funcionamento, tornam-se importante a abordagem do relatório da seguinte histórico:

Em 1998, o curso funcionava com habilitações em Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino Básico; Tecnologia Educacional; Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos; Supervisão Escolar e Administração Escolar.

Em 1999, com visita da comissão de verificação “in loco” o curso passa a funcionar com as seguintes habilitações: Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Administração Escolar; Supervisão Escolar e Orientação Educacional, de acordo com a proposta apresentada ao MEC no momento da visita.

No ano 2000, em virtude de demanda e necessidade, o curso passa a funcionar como Licenciatura plena em Pedagogia com Habilitações em Magistério em Educação Infantil, Magistério nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Supervisão Escolar, Administração Escolar e Orientação Educacional. O curso obteve parecer de reconhecimento pelo prazo de 05 anos por meio da Portaria/MEC nº4.099 de 13/12/2004.

No de 2002, nova discussão acerca do curso é estabelecida em torno de uma definição para a formação dos profissionais da educação e os estudos para a reformulação do Curso iniciam e como resultado das discussões e estudos, foi formulado o projeto de **Bacharelado em Pedagogia com Habilitação em Gestão Educacional**, destinando-se à formação do

pedagogo com ênfase em gestão escolar, visto que a formação específica para o Magistério da Educação Básica passou a ser oferecida por uma licenciatura específica.

Tendo em vista os desdobramentos acima, o Curso de Pedagogia desta IES, tem o objetivo de formar profissionais da educação, pedagogos, com ampla e sólida competência teórica, prática e sócio-política, tendo como base à docência da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Profissionais estes comprometidos com a realidade brasileira, com a qualidade de vida do ser humano e com a capacidade de atuar crítica e criativamente nos diversos âmbitos do sistema educacional, especialmente nas escolas, nos movimentos sociais e nos diferentes espaços em que se fizer presente o fenômeno educativo.

Vejamos a seguir proposta do curso contida na matriz curricular, onde estão elencadas as disciplinas obrigatórias desde o ano de 2008.

QUADRO 3 - MATRIZ CURRICULAR DA IES “B”

PERÍODO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1º	Língua Portuguesa	80
	Lúdico: Jogos, Brinquedos e Brincadeiras	80
	Metodologia Científica	80
	Psicologia	80
	Introdução a Filosofia	80
TOTAL		400
2º	História da Educação	120
	Psicologia da Educação	60
	Didática	80
	Alfabetização e Letramento	140
TOTAL		400
3º	Currículos e Programas	80
	Diretrizes para a Educação Básica	80
	Estágio Supervisionado na Edu. Profissional	40
	Fundamentos e Metodologia do Ensino de História	80
	Psicomotricidade	80
TOTAL		440
4º	Sociologia	60
	Pesquisa Aplicada	100
	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado	100
	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Ciências	80
	Fundamentos e Metodologia de Ensino de Artes	80
	Fundamentos e Metodologia da Educação Física	80
TOTAL		500
5º	Construção da Leitura e Escrita	80
	Currículo do Ensino Básico	30
	Educação de Jovens e Adultos	80
	Filosofia da Ciência e da Educação	60
	Fundamentos e Metodologia da Educação Especial	100
	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado nos Anos iniciais do E.F.	60
	Sociologia da Educação	80
TOTAL		500
6º	Gestão Educacional	100
	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Língua	60
	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Educação de Jovem e Adultos	60
	EAD e Tecnologia da Comunicação e Informação	80
	Fundamentos e Metodologia do Ensino em Geografia	80
	Antropologia Cultural e Educação Indígena	80
TOTAL		460
7º	Comunicação e Literatura Infante-juvenil	80
	Fundamentos e Metodologia do Ensino da Matemática	80
	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	60
	Planejamento e Avaliação Educacional	100
	Trabalho de Conclusão de Curso	100
TOTAL		520
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO		3220

Como se pode ver, a matriz curricular da IES “B”, não apresenta nenhuma disciplina voltada para a dimensão ambiental. A realidade desta IES que é conhecida no Estado do Amazonas por desempenhar as ações no campo social, formando profissionais comprometidos com a

realidade brasileira, não demonstra a sua responsabilidade com o meio ambiente na esfera da educação, que deveria iniciar pela Matriz Curricular apresentada acima.

3.1.3 Perfil da Instituição “C”

A IES “B” é uma Universidade Pública de ensino, pesquisa e extensão, constituída nos termos da Lei Estadual Nº 2.637, de 12 de janeiro de 2001. Segundo o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPPC), elaborado por uma equipe de docentes desta instituição, o mesmo está fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, 9394/96, nos artigos 12º, 13º e 53º, que dispõem das prerrogativas que permitem aos estabelecimentos de ensino, formular suas propostas, desde que sejam respeitadas as normas comuns dos sistemas de ensino e as políticas de Estado.

Vale ressaltar, que as políticas de Estado, dá às IES liberdade para criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação, fixar seus respectivos currículos, de maneira participativa e executar as suas próprias propostas pedagógicas. Foi com base nestes pressupostos, que a Escola Normal Superior, extinguiu o Curso Normal Superior e instituiu o Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Os objetivos dos cursos de graduação desta instituição estão em proporcionar uma formação superior de natureza acadêmica e profissional com abrangência das modalidades de Licenciatura, Bacharelado e das Tecnologias.

Portanto, as licenciaturas se destinam à formação, em nível superior, de profissionais para o exercício do Magistério em nível do Ensino Fundamental e Médio. Os Bacharelados se destinam a formação, em nível superior, conferindo ao diplomado habilidades e competências num determinado campo do saber e as Tecnologias são cursos de graduação, estruturados para atender aos diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas e conferindo diploma de Tecnólogo. (PPP- Escola Normal Superior).

O curso de Licenciatura em Pedagogia da IES “C”

Em sua origem, o curso ofertado por esta IES, denominava-se de Curso Normal Superior, criado pelo Decreto nº 3.276 de 06 de dezembro de 1999 para exercer uma função específica, voltado para a formação de docentes no nível de Licenciatura Plena, para o atendimento das demandas de Educação Infantil e das séries iniciais (1ª a 4ª) do Ensino Fundamental.

Atualmente, em atendimento à Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, publicado no DOU, de 16 de maio de 2006, seção 1, p. 11, esta Universidade procedeu às reformas, criando o Curso de Pedagogia – Licenciatura Plena, no nível de Graduação, com formação básica para o Magistério na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental –, em substituição ao Curso Normal Superior.

Entre os princípios que orientam a formulação do currículo do Curso de Pedagogia da Escola Normal Superior desta IES, está o desenvolvimento de uma consciência crítica, política, técnica, investigativa e ecológico-ambiental sobre os processos de formação histórica da sociedade brasileira e amazônica e pesquisa que contribuam para a compreensão da práxis educativa [...] realidade sociocultural, política e ambiental. (PPP - p.70).

De acordo com o Projeto do Curso de Licenciatura em Pedagogia – PC, da Escola Normal Superior, a instituição tem como finalidade institucional centrada no trinômio: Ensino, Pesquisa e Extensão, apontando estratégias que respondem às necessidades específicas da Amazônia, a partir das observações das diversidades etno-culturais e os valores éticos, estéticos e ambientais inerentes aos processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento. (PPP - P.2)

O projeto do curso contempla disciplinas obrigatórias de domínio de conhecimentos sobre o meio ambiente, como: Ciências da Natureza na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental, visando a compreensão e aprimoramento do ensino de Ciências da Natureza e Educação Ambiental que analisa as questões e processos referentes ao ambiente, por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a preservação e conservação do meio ambiente, bem de uso comum da população, essencial à qualidade de vida e sustentabilidade.

Além da graduação, existe em nível de Pós-Graduação *latu-sensu*, disciplina de domínio de conhecimentos especializados em áreas que requerem aprofundamento, particularmente relacionados com o contexto amazônico, como é o caso da disciplina de Ética e Ecologia e Educação Ambiental que trata da realidade particular da Amazônia.

Desta maneira, apresenta-se abaixo, a matriz curricular desta instituição com as disciplinas obrigatórias do curso de pedagogia.

QUADRO 4 - MATRIZ CURRICULAR DA IES “C”

PERÍODO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1º	Leitura e Produção Textual	60
	Filosofia da Educação	60
	Sociologia da Educação	60
	Psicologia Geral e da Personalidade	60
	História Geral da Educação	60
	Informática Básica	45
TOTAL		345
2º	Filosofia da Educação Brasileira	60
	Sociologia da Educação II	60
	Psicologia do Desenvolvimento	60
	História da Educação Brasileira e Amazônica	60
	Antropologia e Educação na Amazônia	60
	Métodos e Técnicas de Estudo e Trabalho Científico	75
TOTAL		375
3º	Políticas Públicas e Legislação do Ens. Básico	75
	Psicologia da Aprendizagem	60
	Epistemologia da Pesquisa Educacional	60
	Linguística Aplicada a Educação	60
	Estatística Básica	60
	História da Criança e do Jovem no Brasil	60
TOTAL		375
4º	Educação de Jovens e Adultos	60
	Pensamentos e Linguagem da Criança	60
	Educação e Saúde	60
	Língua Portuguesa na Educação Infantil e anos iniciais do E.F.	60
	Didática Geral	60
TOTAL		300
5º	Planejamento de Ensino e Avaliação	75
	Currículo do Ensino Básico	30
	Psicomotricidade	60
	Educação Ambiental	60
	Criança Sociedade e Cultura	60
	História da Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental	60
TOTAL		365
6º	Metodologia da Alfabetização	75
	Geografia na Educação Infantil e anos iniciais do E.F.	60
	Matemática na Educação Infantil e anos iniciais do E.F.	60
	Pesquisa e Prática Pedagógica I - TCC	90
	Metodologia do Ensino/Aprendizagem na Língua Portuguesa	30
TOTAL		345
7º	Pesquisa e Prática Pedagógica II	90
	Ciências da Natureza na Educação Infantil e anos iniciais do E.F.	60
	Metodologia do Ensino/Aprendizagem da Matemática	30
	Metodologia do Ensino/Aprendizagem da História	30
	Metodologia do Ensino/Aprendizagem da Geografia	30
	Estágio I	75
TOTAL		405
8º	Educação Especial	60
	Teoria e Prática da Educação Infantil	60
	Metodologia do Ensino/Aprendizagem das Ciências da Natureza	60
	Libras	60
	Estágio II	75
TOTAL		315
9º	Arte e Educação	60
	Teoria e Prática da Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar	90
	Escola Comunidade e Cultura	60
	Sociedades Indígenas e Educação	75
	Estágio III (Núcleo de Estudos Básicos)	60
TOTAL		345

Baseado nas informações da matriz curricular será apresentado a seguir as ementas das disciplinas que contemplam a dimensão ambiental, ambas abordam os seguintes pontos:

b) DISCIPLINA: EDUCAÇÃO E SAÚDE

Saúde e Cidadania. Saúde como problema social. O homem e o processo saúde-doença. Saúde e meio ambiente. Os fatores ambientais e o homem. O saneamento básico e a sua relação com a saúde-educação. Principais doenças infecciosas e parasitárias e o meio ambiente. Conceito de saúde escolar. Educação e saúde na infância e adolescência. A inserção do tema no currículo escolar. O trabalho do professor na promoção da saúde e prevenção de doenças. Doenças transmissíveis; Saúde e Nutrição. Saúde, medicamentos e plantas medicinais. Saúde mental.

A proposta desta disciplina amplia o aprendizado sobre a relação entre o meio ambiente e a saúde, relacionando teoria e prática, no que tange a especificidade do conteúdo estudado em sala de aula. Deve-se levar em conta o processo de conscientização das pessoas e o compromisso do governo em promover mudanças sociais.

c) DISCIPLINA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A questão ambiental no contexto contemporâneo. Concepção de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável. Relações históricas entre Meio Ambiente, Sociedade e Educação. Educação Ambiental: evolução, marcos conceituais nacionais e internacionais, objetivos e princípios norteadores. Legislação e Educação Ambiental Formal: inserção da Dimensão Ambiental e suas múltiplas correlações: Educação do Campo, Educação Indígena e Educação Patrimonial. Amazônia. Problemas ambientais Amazônicos e Mundiais.

Esta proposta contribui na formação de indivíduos críticos que observam seu ambiente e interpretam os conflitos e os problemas relacionados às questões ambientais. O projeto político-pedagógico desta disciplina deve ter a intenção também de formar educadores ambientais, dando-lhes a tarefa de compreender principalmente o contexto social que está inserido.

d) DISCIPLINA: CIÊNCIAS DA NATUREZA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Conteúdos básicos para o ensino das Ciências Naturais na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O ambiente e os seres vivos. A água. O ar. O solo. O ciclo vital de animais e plantas, classificação, características, tipos de alimentação e habitat. O equilíbrio ecológico. O corpo humano. Os alimentos, tipos e origens, seleção, armazenamento, preparo e consumo. Saúde e higiene ambiental. Coleta e reciclagem do lixo. Saneamento básico. Recursos técnicos. Eletricidade: obtenção e distribuição.

3.2 A Dimensão Socioambiental nas IES em estudo

Para falar acerca da Dimensão Ambiental nas Instituições de Manaus utilizou-se a abordagem qualitativa, com método comparativo, tendo como objeto principal, o Projeto Político Pedagógico das instituições citadas anteriormente, e como sujeitos investigados, os coordenadores e os docentes das disciplinas voltadas para as questões ambientais.

A análise adotou como metodologia não identificar os participantes pelos seus nomes, preservando a identidade dos entrevistados e das Instituições. As entrevistas ocorreram com 8 participantes que responderam aos questionamentos, foram definidas 03 questões para os coordenadores dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e 4 questões para os docentes do que trabalham com as disciplinas voltadas para as questões ambientais. A divisão quanto ao gênero foi: 03 coordenadores e 3 professores.

Vale ressaltar que as entrevistas ocorreram somente com as coordenações dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e os docentes das disciplinas voltadas para a dimensão ambiental. Os primeiros, pelo poder influenciador das propostas e ações pedagógicas e o segundo, por executar as ações diretamente com os discentes que serão os futuros profissionais. A investigação deu-se no período de abril a setembro de 2011.

A pesquisa partiu inicialmente, da análise do Projeto do Curso (PC), do curso de Licenciatura em Pedagogia das três instituições. Os dados levantados foram, primeiramente, as propostas contidas nos mesmos para a Dimensão Ambiental. Esta análise foi necessária por trazer sustentação entre o que cada instituição se propõe (teoria) e o que cada uma pratica, ou seja, a sua prática pedagógica.

Neste sentido, foi possível constatar, após a análise do Projeto do Curso destas Instituições de Ensino Superior, que as três instituições têm em comum são as suas propostas de cursos, que primam pela qualidade da formação dos pedagogos\professores, que atuarão desde a

Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental. Em relação à Dimensão Socioambiental, o que o que as instituições propõem é a formação de profissionais que saibam lidar com as peculiaridades da região, como as questões culturais, sociedade e ambiente, econômica e política, bem como a sua diversidade biológica.

Diante disto, verificaremos as propostas das três instituições em relação à Dimensão Socioambiental. Desta maneira, apresenta-se a seguir, a proposta da IES “A”, que de maneira clara,

Visa a Melhoria da qualidade do ensino na região amazônica, especificamente na cidade de Manaus em consonância com a sua missão. A formação do docente quer da educação infantil ou do ensino fundamental nas series iniciais enquanto pesquisador da prática educativa. Tem como compromisso a melhoria da qualidade do ensino na região amazônica, especificamente na cidade de Manaus em consonância com a sua missão, evidenciando o compromisso de trabalhar de maneira responsável e ética a relação sociedade e meio ambiente.¹²²

De acordo com a afirmação acima acerca do compromisso da instituição trabalhar de maneira responsável e ética a relação sociedade e meio ambiente, fica um questionamento: como cumprir tal promessa, quando se está inserido numa sociedade que nega os valores mais fundamentais da vida humana, que é de viver dignamente sem seu habitat.

Seguindo as análises dos Projetos dos Cursos, a IES “B”, faz alusão a sua inserção regional enfatizando a necessidade de considerar no âmbito educacional toda a diversidade biológica, cultural, social, econômica e humana. Esta IES, leva em consideração as peculiaridades da região como o clima, bacias hidrográficas, fauna e flora, bem como da relação do Homem com a Natureza. Em sua proposta, apresenta como meta, formar profissionais da educação, ou seja, os pedagogos, com ampla e sólida competência teórica, prática e sócio-política.

Observa-se com isto, que as propostas de todas estão voltadas para as especificidades regionais e a contemplação, ainda que tímida, da Dimensão Socioambiental. As propostas apresentadas nos Projetos de Cursos das três IES foram elaboradas com o intuito de contribuir com a transformação da sociedade, por meio da formação de novos profissionais para o mercado de trabalho, proporcionando a melhoria da qualidade de vida se seus cidadãos.

Prosseguindo, a IES “C” apresenta dentro de sua proposta pedagógica, o compromisso institucional no trinômio: Ensino – Pesquisa e Extensão, apontando estratégias que respondam as necessidades específicas da Amazônia, a partir das observações das diversidades etno-

¹²² Projeto do Curso de Licenciatura em Pedagogia da IES “A”, ano 2008.

culturais e os valores éticos, estéticos e ambientais inerentes aos processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento.

Neste sentido, o projeto do curso contempla disciplinas obrigatórias de domínio de conhecimentos sobre o meio ambiente, como: Ciências da Natureza na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental, visando à compreensão e o aprimoramento do ensino de Ciências da Natureza e Educação Ambiental que analisa as questões e processos referentes ao ambiente, por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a preservação e conservação do meio ambiente, bem de uso comum da população, essencial à qualidade de vida.

Dando prosseguimento as análises, foi observado o currículo disciplinar dos cursos destas IES, elemento principal do afinamento entre teoria e prática de cada instituição. Na apresentação dos resultados, levou-se em consideração, a qualidade da Matriz Curricular, ressaltando as disciplinas que envolvam a dimensão ambiental, seus objetivos e conteúdo programático.

Com base nas informações colhidas, foi possível constatar que duas das instituições investigadas, a “A” e “C”, apresentam disciplinas específicas que podem conduzir o processo de ensino a ações práticas. Neste sentido, disciplinas como Saúde e Educação, Educação Ambiental e Ciências da Natureza são pontes para levar os acadêmicos à reflexão crítica da sociedade.

Vejam os objetivos das disciplinas Saúde e Educação destas duas instituições:

Compreender o processo de saúde-doença dentro do contexto socioeconômico e cultural para aplicação de medidas educativas e preventivas e relacionar educação-saúde à Educação Ambiental. (IES “A”). Analisar as concepções sociais de saúde e dos sistemas de atendimento das políticas públicas. (IES “C”)¹²³.

Por meio dos objetivos das disciplinas percebeu-se que há o interesse em apresentar aos acadêmicos do curso de Pedagogia, o contexto socioeconômico e cultural da região, a questão ambiental, como resultado das interações entre a sociedade com o ambiente, valores éticos, atitudes e comportamentos ecologicamente corretos, valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a preservação e conservação do meio ambiente.

¹²³ Plano de Ensino da disciplina Educação e Saúde das IES “A” e “C”, Elaborados pelas respectivas docentes para o período letivo de 2011/2.

Outro fator *sine qua non* está no conteúdo programático desta disciplina, quando os planos de ensino apresentam os seguintes desdobramentos:

Saúde e Cidadania. Saúde e meio ambiente. Os fatores ambientais e o homem. O saneamento básico e a sua relação com a saúde-educação. Principais doenças infecciosas e parasitárias e o meio ambiente. Educação e Saúde na infância e adolescência. Saúde e Nutrição. Saúde, medicamentos e plantas medicinais¹²⁴.

Neste sentido, essas instituições estão provocando discussões acerca da dimensão ambiental e socioambiental, por meio dos conteúdos aplicados. Quando um professor leva o aluno a refletir sobre os problemas ambientais no Amazonas ou fora dela, está proporcionando ao alunado a oportunidade de refletir socialmente e a estabelecer correlações com todos os demais problemas.

Vale ressaltar que tais provocações partem quase que exclusivamente da visão de cada professor, em virtude da limitação das ementas de tais disciplinas, que permanecem engessadas num contexto que não é mais tão relevante para os dias atuais. Tais ementas deveriam abordar a legislação ambiental bem como as sanções para as atividades lesivas ao meio ambiente; as reservas; a importância dos manejos; os movimentos existentes que defendem a flora e a fauna local; o desenvolvimento industrial que agride o meio ambiente; os empreendimentos que causa impactos socioambientais na Amazônia brasileira; discussão acerca das pesquisas que estão sendo realizadas pelas universidades amazonenses.

Dentro deste nível de discussão, a visão socioambiental culminaria com o entendimento da importância de políticas de conscientização para a preservação da Amazônia, bem como a adequação destes assuntos no currículo desta disciplina.

A partir dos resultados apresentados acima, observou-se, no entanto, que não se cumprem a proposta institucional do curso e os parâmetros que as disciplinas se propõem alcançar em sala de aula. Além disso, ao analisar a matriz curricular dos cursos de pedagogias das IES que estudamos, constatou-se que não há qualquer disciplina que dê realmente visibilidade a dimensão socioambiental. Ou seja, há uma proposta pedagógica que considera a inserção regional da IES, porém, sua prática pedagógica não condiz com o seu discurso.

Em conversa com uma antiga professora da IES “B” a mesma explicou que em anos anteriores, o curso de pedagogia mantinha em sua matriz curricular disciplinas voltadas para a Educação Ambiental, todavia hoje, em se tratando das licenciaturas, a ênfase dada nas questões ambientais, é no curso de Biologia.

¹²⁴ Idem

De acordo com a coordenação do curso de pedagogia da IES “B”, um novo projeto de curso que contemplaria a disciplina educação ambiental, estaria sendo elaborado. Inclusive, por solicitação da coordenação, esta pesquisa poderá contribuir no processo de implantação deste projeto.

Quando se defende a inserção da Educação Ambiental na estrutura curricular como disciplina, não se defende a idéia que a mesma seja acrescentada como apenas mais uma disciplina dentro da estrutura curricular. Pois, como afirma Travassos¹²⁵, se for tratada como uma disciplina é bastante provável que fique restrita a Biologia ou a Geografia.

É importante enfatizar que a prática da educação Ambiental precisa estar interligada com todas as disciplinas regulares de um currículo, pois a visão interdisciplinar de um trabalho só pode ser alcançada quando se obtém um conhecimento crítico da realidade, organizada a partir das disciplinas que compõem a estrutura curricular, a qual todas as pessoas que lidam com o processo ensino/aprendizagem precisam estar preparadas.

Este poderá ser o ponto crucial de toda discussão socioambiental: o de profissionais educadores ambientais preparados levantarem ou fomentar debates e/ou discussões acerca da dimensão socioambiental de maneira a elencar os componentes desta dimensão sem que o engessamento comum das propostas curriculares os domine de tal modo que não permitam a criticidade e a inovação tão necessária nos dias atuais.

O resultado seguinte será acerca do perfil das coordenações dos cursos, terceiro elemento investigado neste processo, no que se refere à formação desse profissional, o tempo em que o mesmo atua no âmbito do curso e a sua prática pedagógica em relação a dimensão ambiental.

Em relação à formação do coordenador, verificou-se que todas têm a mesma formação, ou seja, são pedagogas com mestrado em Educação. Esta análise torna-se importante, por entender que o profissional da educação está comprometido com a práxis pedagógica, com o fazer acontecer aquilo que está proposto nos projetos pedagógicos, nos livros didáticos, nos planos de ensino.

Neste perspectiva, temos a visão do autor da citação abaixo, afirmando que,

O campo de formação de professores está particularmente exposto a este efeito discursivo... E é difícil não sermos contaminados por este “discurso gasoso” que ocupa todo o espaço e que dificulta a emergência de modos alternativos de pensar e de agir. Mas é preciso fazer um esforço para manter a lucidez e, sobretudo, para

¹²⁵ TRAVASSOS. L. C. **Inteligências Múltiplas**. Revista de biologia e ciências da terra, 2001, p. 9.

construir propostas educativas que nos façam sair deste círculo vicioso e nos ajudem a definir o futuro da formação de professores.¹²⁶

Em relação ao envolvimento das coordenações na esfera ambiental, constatou-se que há significativas respostas, quando as mesmas se propõem a dar ênfase ao assunto de maneira clara, mostrando serem objetivas e comprometidas. Isto foi possível ser percebido mediante as respostas dadas não somente pelas próprias coordenações, mas, sobretudo, pelos professores entrevistados.

Em relação à pergunta: “*se a coordenação do curso interferia de maneira a sugerir ações pedagógicas nas disciplinas voltadas para a dimensão ambiental, e se faziam, de que maneira era realizado*”?, Todos os entrevistados responderam positivamente em relação à participação desses profissionais na efetivação das ações, seja na escolha criteriosa do docente para tais disciplinas, seja na elaboração de documentos para solicitação de espaço de investigação dos alunos e/ou desenvolvimento de atividades extraclasse, disciplinar ou não.

Segundo informação de uma professora, ao se referir a coordenação do curso onde atua, a mesma respondeu com as seguintes palavras:

A coordenação deste curso (pedagogia) é muito atuante, no que se refere ao diálogo acerca das atividades que envolvem o meio ambiente. Por ser uma atividade interdisciplinar, no início do semestre, ela se reuni com os docentes que irão trabalhar com as disciplinas, solicitando a participação dos demais nas atividades, principalmente, no momento das discussões e apresentações dos resultados colhidos nas escolas. Reuni também os alunos que vão fazer o diagnóstico, para reforçar as orientações acerca das atividades pedagógicas.¹²⁷

Infelizmente, entre as coordenações investigadas, uma apresentou dificuldade em relação às práticas pedagógicas, especificamente no curso de pedagogia. No caso da IES “B”, todos os cursos de licenciatura estão sob coordenação de apenas uma pessoa. Neste sentido, as práticas desta coordenação estão sendo realizadas no âmbito do curso de licenciatura em Biologia. Este curso trabalha especificamente com disciplinas relacionadas ao meio ambiente.

A constatação acima confirma-nos que nem sempre é possível estabelecer relação entre a teoria e a prática, e isto está diretamente ligado ao compromisso das IES, sendo a universidade uma instituição de investigação e centro de educação técnica superior, que:

Tem papel essencial na reconfiguração de mundo e, portanto, deve assumir a responsabilidade maior no processo de produção e incorporação da dimensão ambiental nos sistemas de educação e formação profissional. Deve também propiciar aos profissionais educadores ambientais fundamentos teórico-práticos

¹²⁶ NOVOA. António. 2009, p. 27 e 28.

¹²⁷ Palavra da professora de Saúde e Educação da IES “C”.

indispensáveis para que os mesmos possam compreender, analisar, refletir e reorientar seu fazer profissional numa perspectiva ambiental.¹²⁸

Neste sentido, as IES precisam se equipar de recursos pedagógicos, estruturais e humanos, capazes de consolidar os fundamentos da visão teórica e das ações práticas, que transformem a mentalidade, hoje atolada na racionalidade hegemônica que prevalece na sociedade. De acordo com Chauí¹²⁹ apud Morales, a universidade tem hoje um papel que alguns não querem desempenhar, mas que é determinante para a existência da própria universidade:

De criar incompetentes sociais e políticos, realizar com a cultura o que a empresa realiza com o trabalho, isto é, parcelar, fragmentar, limitar o conhecimento e impedir o pensamento, de modo a bloquear toda tentativa concreta de decisão, controle e participação, tanto no plano de produção material quanto no da produção intelectual.¹³⁰

Em relação ao papel da Educação, a mesma deveria estabelecer uma via de acompanhamento de todo o processo ambiental, deveria também estar à frente das discussões que se desenrolam no mundo, conhecer e entender as causas e, mais que isso, ser capaz de propor soluções.¹³¹

Afinal a educação é uma ferramenta criada com o objetivo de garantir a continuidade e expansão do conhecimento sobre nós mesmos e o universo em que vivemos e os profissionais da educação, devem ser responsáveis por formar, orientar e conduzir o desenvolvimento das atuais e novas gerações, transmitindo-lhes os conhecimentos adquiridos pela humanidade ao longo de sua existência e clareando os caminhos à frente na construção do futuro.

Prosseguindo o processo de análise dos resultados da investigação *in loco*, serão relatados a partir de agora, os resultados acerca da formação do profissional docente que trabalha com as disciplinas específicas da Educação Ambiental, ressaltando as ações que os mesmos realizam por meio das propostas das disciplinas ou fora delas.

A partir das entrevistas com os docentes foi possível detectar que os mesmos têm formação na área em que atuam. Ou seja, Mestrado e/ou Doutorado em Educação Ambiental e nas Ciências Biológicas. O ponto comum entre as instituições é a formação do professor.

¹²⁸ MORALES. Angela Góis. **A Formação do profissional educador ambiental**: reflexões, possibilidades e constatações, 2009 – p. 83.

¹²⁹ Chauí, M. **O poder da identidade**. São Paulo: UNESP, 2001, p. 46.

¹³⁰ Idem, 2001.

¹³¹ EFFTING. Tania Regina. **A Educação Ambiental nas escolas públicas**: realidade e desafios, 2007. UNIOESTE campusmarchalrondon. Disponível: WWW.diadiaeducacao.pr.gov.br/diadia . Acessado em 13 de novembro de 2011.

Outro fato a ser salientado é a maneira que os docentes elaboram suas ações, entre as quais podemos citar: visitas técnicas as escolas para fazer diagnóstico; os elementos investigados e a socialização destas atividades. Para uma melhor compreensão dos relatos das ações pedagógicas realizadas pelos docentes das IES “A” e “B”, serão descritos nos quadros abaixo.

QUADRO 05 – CORPO DOCENTE DA IES “A”
(Informações colhidas por meio de entrevistas e observação)

FORMAÇÃO DO DOCENTE	DISCIPLINA	AÇÕES
MSc. em Educação Ambiental Dra. em Educação.	Educação e Saúde	Além das atividades de leitura de textos, jornais e revistas atualizadas sobre o assunto, algumas ações são realizadas com os acadêmicos como as organizações de equipes que vão até uma escola pública identificar problemas trazem para a sala de aula para dar tratamento acadêmico e em seguida eles retornam à escola para tratar o problema junto com professores, alunos e os pais. A professora trabalha também, com os saberes e práticas tradicionais no que tange às plantas e ervas medicinal e alimentação saudável. Esse trabalho culmina com uma apresentação para todos os acadêmicos da faculdade.
	Educação Ambiental	Em relação às aulas teóricas a professora trabalha com leitura de textos, jornais e revistas atualizados. A professora incentiva os acadêmicos para atentarem aos noticiários locais, nacionais e globais no sentido de acompanharem o que está sendo apresentado sobre os problemas ambientais; Realizam visitas técnicas em Manaus para conhecimento <i>in loco</i> de degradação socioambiental, como por exemplo, o Igarapé do Quarenta para ver moradias e água poluída, as feiras, ocupação José de Alencar na região do Tarumã-Mirim, etc.

QUADRO 06 - CORPO DOCENTE DA IES “C”
(Informações colhidas por meio de entrevistas e observação)

FORMAÇÃO DO DOCENTE	DISCIPLINA	AÇÕES
Doutora em Biologia	Educação e Saúde	A professora trabalha a dimensão ambiental em 1\4 da disciplina. Como atividade prática, os alunos vão para a escola fazer diagnóstico para saber: luminosidade e ventilação das salas de aula; limpeza dos banheiros, cantina entre outros. Verifica se a escola possui algum projeto que trabalha a questão ambiental. Ao retornar, os alunos socializam e discutem as informações levantadas. O professor intermedia, levantando questões como: o que você faria se fosse trabalhar nesta escola que apresentou problemas. Funciona como orientação crítica, buscando alternativas. Esta professora trabalha na linha ecológica-preservacionista. O meio ambiente físico predomina neste contexto.

	Ciências da Natureza na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental	A professora desta disciplina é a mesma de Educação e Saúde, e as ações assumem as mesmas características da anterior. A diferença encontra-se na aplicação de ações de intervenção por meio do Estágio Supervisionado. Ou seja, no terceiro período, os alunos vão à escola fazer o diagnóstico por meio da disciplina Educação e Saúde. No momento do estágio, eles têm a oportunidade de realizar as ações já amadurecidas.
Doutora em Educação Ambiental	Educação Ambiental	A professora desta disciplina trabalha com a Educação Sócio-Ambiental, enfatizando os princípios que entrelaçam as relações que envolvem as questões ambientais. Trabalha ao mesmo tempo com alunos das demais licenciaturas, criando equipes multidisciplinares com grandes eixos temáticos. A interdisciplinaridade está presente nas ações da docente por levar os alunos a refletir acerca da relação do temas abordados com as demais disciplinas.

Após a averiguação das Ementas das disciplinas apresentadas acima e dos Planos de Ensino elaborados pelos docentes responsáveis pelas respectivas disciplinas, constatou-se que os mesmos conseguem ultrapassar as limitações dos ementários, quando apresentam e realizam ações que vão além do currículo. Isto está relacionado não somente com a área de formação dos docentes, mais acima de tudo, com o compromisso que evidenciam por meio dos resultados alcançados.

Neste sentido, foi possível perceber ao participar de algumas atividades realizadas pelas instituições “A” e “C”, que os acadêmicos estão se conscientizando e transformando seu modo de ver o mundo e suas necessidades, quando os mesmos saem de seu ambiente acadêmico e vai às comunidades adjacentes e/ou escolares e familiares fomentar e compartilhar de seu aprendizado.

Foi possível comprovar a importância das ações dos docentes ao visualizar as ações dos discentes, com a elaboração de palestras e projetos que perpassam pela: cidadania – resíduos sólidos – confecção de material utilizando-se os recicláveis (vassouras – bijuterias – artesanatos) – consumo de energia consciente – coleta seletiva. Muitas destas atividades foram realizadas dentro da academia (exposição dos materiais; salas temáticas; seminário de socialização) e em escolas por meio do Estágio Supervisionado.

Uma das perguntas realizadas aos docentes que trabalham com tais disciplinas foi “se há o compartilhamento do aprendizado com os demais acadêmicos da IES e se há, de como essa interação é desenvolvida”. A docente da IES “A” respondeu da seguinte maneira:

O que conseguimos fazer é articular com colegas professores do mesmo período para realizarmos o trabalho de modo interdisciplinar. Mas ainda assim esta atitude é mínima em relação das necessidades de trabalhos conjuntos. E se não fazemos mais

trabalhos em conjunto com outros professores é devido aos desencontros das nossas atividades e horários de aulas.¹³²

A afirmação acima suscita questionamento acerca de outra situação que corrobora para que as ações pedagógicas específicas de uma determinada disciplina, muitas vezes, deixam de ser elaboradas e/ou efetuadas. É a hiper-atividade docente. Os mesmos estão cada vez mais assumindo um número maior de disciplinas, que foge muitas vezes, de sua área de formação. Esta realidade, comum em muitas instituições, tem contribuído para a escassez das ações práticas.

É importante salientar que os docentes têm a seu dispor os PCNs da Educação Ambiental, podendo lançar mãos de tais parâmetros para elaborar as suas ações, pois os mesmos têm como função o auxílio do tecer da teia de comunicação entre as diversas disciplinas existentes e suas complexidades para a inserção da Educação Ambiental nos currículos escolares.

Isto se torna importante, visto que a prática interdisciplinar é ainda pouco desenvolvida na escola geralmente as questões ambientais só são trabalhadas em datas comemorativas em relação ao meio ambiente. Mesmo com os fenômenos da natureza presentes no dia-a-dia da sociedade, como as enchentes, as secas, os assenhoramento dos rios e igarapés, tais assuntos não são colocados trabalhados de maneira intensiva como parte do cotidiano do aluno e comunidade.

Pensando na abrangência e desdobramentos que tem a educação ambiental, foi elaborada uma questão aos docentes com a seguinte premissa: “*As ações são realizadas somente no âmbito institucional ou existe ações que contemplem a comunidade?*” A resposta das duas IES foi similar, afirmando que:

A sala de aula é apenas o ponto de partida para ações na comunidade. É o lugar de pensar a sociedade e os problemas que afetam a qualidade de vida da população, sempre na perspectiva da possibilidade de transformação a partir de pequenas ações. Por exemplo, no 2o. Período os estudantes são organizados em equipe e vai até uma escola pública identificar problemas, trazem para a sala de aula para dar tratamento acadêmico e em seguida eles retornam à escola para tratar o problema junto com professores, alunos e os pais. Ainda no 2o. Período trabalho os saberes e práticas tradicionais no que tange às plantas e ervas medicinal e alimentação saudável. Esse trabalho culmina com uma apresentação para toda a instituição.¹³³

¹³² - Fala da professora de Educação Ambiental da IES “A”, 2011.

¹³³ - Idem, IES “A”, 2011.

As ações citadas acima são desenvolvidas de maneira muito parecida pelas duas IES. A diferença está no período em que os acadêmicos se encontram e na maneira de socialização, que no caso da IES “C”, esta fica apenas na sala de aula, e posteriormente, servira como base para o Estágio Supervisionado. Momento em que os acadêmicos poderão colocar em prática, o conhecimento adquirido.

É preciso também considerar que o surgimento da Educação Ambiental está ligado ao agravamento dos problemas ambientais, e que a mesma possibilita a reflexão da manutenção dos recursos naturais e da construção de novos valores humanos. Daí a compreensão por parte de educadores e educandos, de que as questões ambientais decorrem de decisões humanas e a importância da atuação do indivíduo no sentido sociopolítico com ações práticas, e que não se trata apenas de proteger a natureza e sim de construir novos modelos de desenvolvimento, atitudes e valores. Neste sentido, a Educação Ambiental trabalha na reelaboração e reconstrução do ser humano e de sua responsabilidade com o meio ambiente.

Quando se defende a inclusão o quanto mais cedo, das questões ambientais debatidas entre as crianças, mais cedo os educadores estarão desenvolvendo o censo crítico dos educandos e construindo uma consciência ecologicamente correta. Pois olhar a Educação Ambiental apenas do ponto de vista ecológico é esquecer-se dos problemas sociais que causam o desequilíbrio ecológico, pois os efeitos danosos decorrentes da busca desenfreada pelo lucro são distribuídos socialmente na falta de moradia, de saúde, educação, entre outros.

De acordo com Dias¹³⁴, não se pode compreender uma questão ambiental sem suas dimensões políticas, econômicas e sociais. Analisar as questões ambientais apenas do ponto de vista ecológico seria praticar um reducionismo perigoso, no qual as nossas mazelas sociais não apareceriam. Essas mazelas, por sua vez, são criadas pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado, que visa apenas a exploração imediata, contínua e progressiva dos recursos naturais (e de pessoas) cujo lucro do uso predatório vai para as mãos de uma pequena parcela da sociedade.

É neste sentido que a Dimensão Socioambiental tem o seu embasamento. Quando se propõe a investigar como as Instituições de Ensino Superior de Manaus estão tratando um assunto tão relevante a Dimensão Socioambiental. Para tanto, a Educação Ambiental apresenta-se como um canal de sensibilização do indivíduo a se ver como parte do meio ambiente em que vive.

¹³⁴ DIAS, Genebaldo Freire, **Educação Ambiental: princípios e práticas**. Ed. 9, Ed. São Paulo – Gaia. 2004, p. 109.

É importante considerar que a Educação Ambiental, do ponto de vista da Educação Política deve ter por princípio desenvolver possibilidades de descobertas e vivências com os problemas ambientais, gerando discernimento e intervenção de pessoas nos problemas ambientais criados pelo próprio homem¹³⁵.

Por outro lado, deve-se lembrar que a Educação Ambiental é um processo em construção e como todo processo em construção, há equívocos, avanços e retrocessos. Portanto, a mesma vive um cenário de elaboração e reelaboração de posicionamento e idéias. Neste processo de construção, é importante que cada indivíduo se perceba parte do meio ambiente, pois certamente, essa compreensão resultará na mudança de valores e atitudes em relação à exploração do homem pelo homem.

Acredita ser importante o destaque dado acerca das vertentes que cada docente trabalha, visto que serão determinantes para o tipo de ações elaboradas e valorizadas por eles. Como apresentado no primeiro capítulo, a vertente ecológico/preservacionista, supervaloriza o ambiente físico. Sendo assim, suas ações se voltarão para a estrutura física das instituições ou comunidades, a fauna, a flora e assim sucessivamente. Ao mesmo tempo, a vertente sócio/ambientalista, elaboram ações que enfatizam temas como a cultura, os problemas sociais, os princípios da relação homem/natureza.

Vale ressaltar que embora o objetivo desta pesquisa esteja voltado para averiguar a dimensão socioambiental dentro dos currículos das IES de Manaus, foi possível constatar que dentro da Educação Ambiental, há o que denominamos de ‘vertentes ambientais’, ou seja, é quando os profissionais dão ênfase a determinados elementos estruturais ou ideológicos. Nestes casos avaliados, ainda sobressai, a vertente ecológica/preservacionista, que supervaloriza o ambiente físico.

Todavia, isto não foge a regra, pois os PCNs do Meio Ambiente está impregnado de propostas que contemplam tal dimensão e as instituições por sua vez não refletem de maneira contundente e eficaz tais propostas bem como as mudanças das mesmas, traduzindo para a realidade atual a emergente necessidade dos debates que envolvam a “Dimensão Ambiental”.

¹³⁵ REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. 2 ed. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado, é possível apresentar algumas considerações acerca das questões que norteiam a Dimensão Ambiental.

Para a realização do estudo acerca das questões ambientais e toda problemática que a envolve, é necessário considerar os elementos que constituem esse meio e que tem participação direta e indiretamente com o universo ambiental. Portanto, iniciaremos as considerações elencando os principais agentes degradadores.

Neste contexto encontra a população mundial que tem crescido assustadoramente a cada ano. A previsão é que em abril 2012 esta população atinja a casa dos 7 bilhões de pessoas¹³⁶ e a previsão é que em 2050, a população do planeta chegue a 9 bilhões¹³⁷ e para 2100, a projeção é de 15 bilhões, contrariando a previsão inicial que seria de cerca de 10 bilhões¹³⁸.

Este crescimento traz sérios problemas e preocupações no que diz respeito a relação ser humano/natureza. Neste sentido, seriam necessários três planetas iguais a Terra para suprir a população atual, mantendo-se padrões de consumo dos recursos e assimilação dos resíduos de uma determinada área habitada pela população humana¹³⁹.

Para minimizar a expansão dos problemas ambientais, tem-se levantado movimentos ecológicos e projetos ambientais para combater os danos causados pela degradação do ambiente. A questão é tais movimentos recebem apoio e financiamento de grandes corporações nacionais e multinacionais, tanto governamentais como privadas, que mais poluem o ambiente. Aqui está o princípio do *poluidor pagador* que move e sustenta a economia e o marketing ambiental, que Seabra¹⁴⁰ considera que sob esta ótica, o desenvolvimento sustentável permite poluir e degradar a natureza, desde que haja compensações financeiras.

¹³⁶ Site G1- Jornal O Globo. BUARQUE, Daniel. População mundial chega a 7 bilhões de pessoas, diz ONU. Disponível em www.g1.globo.com/mundo/noticia. acessado no dia 08 de dezembro de 2011.

¹³⁷ SITE: <http://www.h2oonline.com.br/component/content/article/65-informacoes-sobre-a-agua-no-mundo.html>, acessado em 08 de dezembro de 2011.

¹³⁸ SITE: <http://www.marcouniversal.com.br/upload/livreto.pdf>, acessado em 8 de dezembro de 2011.

¹³⁹ SEABRA, Giovane. Educação Ambiental: caminhos para conservação da sociobiodiversidade. 2011.

¹⁴⁰ Idem, p. 17 – 26.

Tendo conhecimento da realidade acima, a Educação Ambiental torna-se quase sem fundamento. Diante do potencial destruidor do ambiente globalizado e mundial, transferir a responsabilidade ambiental-educativa para as instituições familiar e escolar seria no mínimo, incoerente, haja vista a escassez de suporte da classe dominante. Falar acerca de Educação Ambiental para uma sociedade do individualismo, que segue os padrões de competitividade, desigualdades sociais e econômicos, é algo que soa aos ouvidos como utopia.

Nesta perspectiva, se comparar os programas de educação ambiental na família e na escola com o grau de comprometimento dos problemas ambientais, verá que os mesmos são quase nulos. Existe um grande abismo entre a educação realizada acerca da redução dos impactos ambientais e à destruição ambiental. Relaciona-se ao fato das ações educativas efetivas, com pequena capacidade de mobilização e curto raio de ação, ficando apenas no âmbito local, sem atingir a esfera global.

Para dificultar ainda mais o processo, no âmbito das reformas educacionais e curriculares conduzidas no Brasil, o campo ambiental parece ser um dos que gozam de menor prestígio. Conforme observado no capítulo I desta dissertação, a inclusão da “educação ambiental” na Constituição Federal de 1988 teve a contrapartida do silêncio absoluto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 (BRASIL, 2006), apesar das possibilidades abertas pela autonomia do projeto pedagógico de cada unidade escolar.

Para responder as inquietações acerca da dimensão socioambiental no Ensino Superior, empregou-se, conforme descrito na introdução deste trabalho, o aporte metodológico com enfoque no materialismo histórico-dialético, em Karl Marx, por entender que o mesmo embasaria plausivelmente tais questionamentos. Para Marx, o mundo determina e influencia o ser humano, desta forma, a escola pode libertar o indivíduo ou reproduzir a ideologia política da sociedade dominante, dependendo da atuação do educador no desenvolvimento do currículo em sala de aula.

O procedimento da pesquisa é o comparativo empregado por Tylor e considerado por Lakatos¹⁴¹ na utilização tanto para comparações de grupos no passado e no presente, quanto entre sociedades de iguais ou diferentes estágios de desenvolvimento para uma melhor compreensão do comportamento humano. E neste sentido, a comparação entre as IES foi inevitável visto as semelhanças encontradas entre duas IES, no que se refere às ações docentes

¹⁴¹ LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Maria de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. – 2. Reimpr. – S. Paulo: Atlas, 2010.

e também, as divergências entre as propostas e as ações. Para tanto, foi necessário o estudo acerca da história destas IES.

Quanto à abordagem, utilizou-se a de natureza qualitativa, que considera que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo e focos principais da abordagem. A técnica utilizada na pesquisa, segundo Prestes¹⁴² é de cunho bibliográfico. Elaborada principalmente a partir de livros; com consultas em revistas eletrônicas, artigos, baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs.

Em resposta ao assunto abordado no primeiro capítulo acerca da questão socioambiental no Ensino Superior: Mito ou Realidade?, constatou-se primeiramente que, ela deixa de ser um mito no momento em que algumas instituições demonstram preocupação com o assunto e promovem ações pedagógicas e ao mesmo tempo, não pode ser considerada como realidade, uma vez que na maioria das IES, uma vez em que o assunto se restringe a área das Ciências Biológicas.

Acredita-se que esta realidade está ligada a efetivação das políticas ambientais no âmbito da Educação Superior, que embora a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), Lei 9.795/99, reafirmar uma concepção da educação ambiental como prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino, tal Proposta sugere a inserção da “dimensão ambiental” nos diferentes cursos de graduação.¹⁴³, Conforme dito anteriormente no capítulo I, de maneira específica, no Curso de Pedagogia e nas diversas licenciaturas (formação inicial de professores), prevê que a educação ambiental seja incorporada como atividade curricular, disciplina ou projetos interdisciplinares, de modo que sejam acrescentados à formação não apenas conteúdos e relações com as diversas áreas do conhecimento, mas uma “[...] formação crítica que fortaleça a postura ética, política e o papel social dos docentes...”¹⁴⁴

¹⁴² PRESTES, Maria Luci. **A Pesquisa e a Construção do Conhecimento Científico – do planejamento aos textos, da escola à academia**. 3ª ed. 1ª. Reimpressão. São Paulo: Rêspel, 2007.

¹⁴³ Freitas, Denise et al. (2007). **A inserção da dimensão ambiental na formação de professores**, in Anete Abramowicz et al. (org), *Desafios e perspectivas das práticas em educação e da formação de professores*. São Carlos: Pedro & João Editores, 135-160.

¹⁴⁴ AMAZONAS. **Lei nº 3.222**, de 27 de maio de 2008. Dispõe sobre a Política de Educação Ambiental do Estado do Amazonas. Publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas em 02.01.08. Manaus, AM.

Em relação ao assunto do capítulo II acerca do Currículo, Interdisciplinaridade e Formação Profissional, foi necessário questionar qual a concepção de currículo adotada pelas Instituições de Ensino Superior de Manaus, uma vez que o currículo educacional é um fator fundamental para a formação dos sujeitos e representa a concepção de educação e sociedade que se pretendem hegemônicas.

Após a análise dos projetos dos cursos de Pedagogia das IES investigadas, foi possível detectar que, em pelo menos duas instituições, os currículos foram construídos a partir da problematização, análise e compreensão das relações de poder que fazem parte desse processo de seleção e de organização do conhecimento e a identificação dos conhecimentos considerados válidos para serem transmitidos à população.

No que diz respeito à interdisciplinaridade, o referencial teórico analisado possibilitou concluir que é preciso trabalhar no sentido da universidade possibilitar um planejamento em conjunto com todos os envolvidos no processo educacional, desde as mais simples até ao professor. Assim, é importante ouvir o que cada clientela anseia, o que os parâmetros educacionais e a sociedade recomendam para a educação propriamente dita.

Este procedimento não é tarefa simples, porque deve se levar em conta toda a diversidade sócio-econômica, política, cultural e ambiental da população escolar na Amazônia, haja vista ter que conciliar tudo, estabelecer um eixo integrador no qual seja possível articular todas as áreas do conhecimento, capaz de congrega as disciplinas com objetos comuns de estudos, para permitir que se estabeleça um diálogo do ponto de vista do trabalho pedagógico que por sua vez, também dialoga com as áreas.

Neste sentido, as IES de Manaus têm procurado trabalhar o paradigma exigido pelo presente século que está em considerar os objetivos da sociedade cada vez mais exigentes, tanto no aspecto social e econômico, visando determinadas competências e habilidades do ser humano. Como já mencionado anteriormente, trabalhar a interdisciplinaridade é um desafio para os profissionais da educação, pois a mesma exige reflexões e ações compartilhadas onde cada participante é algo ao mesmo tempo ator e autor do processo.

Vale frisar que tudo muda e se transforma, e a Educação Superior necessariamente inserida neste contexto, não pode fugir desta responsabilidade, que é a de acompanhar a evolução deste novo tempo.

No que se refere à Formação Profissional, Pode-se observar que não há como as Instituições de Ensino Superior na Amazônia possam escapar deste papel sob o risco de perder seu

vínculo com a produção de conhecimentos e com a formação de professores que fortalecerão as transformações impostas pela forma de produção dos mercados globais.

É notório que as IES já se aperceberam desta nova expectativa que a sociedade global lhes impõe: a formação de educadores ambientais conscientes de seu papel social. Tem se tornado cenário comum a combinação de forças, não só nas parcerias junto a outras instituições de ensino e pesquisa, mas principalmente, junto às organizações, aos agentes públicos e às mais diversas representatividades sociais de forma a encontrar soluções para problemas emergentes e permitir a análise de impactos contextualizados.

Neste sentido, considerando o contexto regional amazônico no qual está inserida, cada IES contribui de maneira única e de alguma forma, com propostas pedagógicas inseridas nos projetos ou não, para a preservação de um ambiente sustentável, pois para uma formação sólida de profissionais da educação ambiental tem que possuir esta visão de Sustentabilidade como conceito global, olhando as questões sociais e ambientais.

Embora as constatações acima, em que as instituições investigadas apresentaram propostas relevantes, que se levadas a sério, poderiam, apesar do pequeno raio de ação, fomentar por meio de núcleos de pesquisa, a elaboração de projetos, onde os acadêmicos se tornariam os principais agentes de transformação e propagação de elementos agregadores no processo educacional global.

Por conseguinte Seabra¹⁴⁵ considera que um projeto sustentável verdadeiro deve ser centrado nos valores tradicionais dos povos e suas conexões holísticas. Desse modo as desigualdades serão reduzidas e a qualidade de vida e ambiental universalizadas.

¹⁴⁵ Idem, p. 17 – 26.

REFERÊNCIAS

FONTES:

Referências Legislativa (Leis, Decretos, Portarias, Projetos)

AMAZONAS. **Estatística de resultado do IBGE de 2009 dos moradores na cidade de Manaus**, AM, de acordo com a Lei Orgânica do município do MP/AM. Ministério Público do Estado do Amazonas. Manaus, AM: MP/AM, 2009.

AMAZONAS. **Plano Estadual de Educação**. PEE/AM. Biênio 2008 a 2011. Governo do Estado do Amazonas. Gabinete do Governador.

AMAZONAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. Elaborado pela IES “A”, Manaus/AM. Quinquênio 1010 – 1014.

AMAZONAS. **Projeto Político Pedagógico**. Elaborados pelas IES “A”, “B” e “C” para os anos de 2008. Manaus/AM.

AMAZONAS. **Planos de Ensino**. Elaborados pelas docentes das IES “A” e “C” para o semestre letivo de 2011/2. Manaus/AM.

_____. **Lei nº 3.222**, de 27 de maio de 2008. Dispõe sobre a Política de Educação Ambiental do Estado do Amazonas. Publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas em 02.01.08. Manaus, AM.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

_____. **Lei nº. 4.471**, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal Brasileiro. Publicado no Diário Oficial da União em 16.09.65. Brasília, DF

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicada no Diário Oficial da União em 23.12.96. Brasília: DF.

_____. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Estabelece educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privada. Publicada no Diário Oficial da União em 28.04.99. Brasília: DF.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental - SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília, 1997.

_____, INEP/MEC – Instituto Nacional de Pesquisa em Educação Anísio Teixeira – **Censo do Ensino Superior**. Disponível em <http://www.inep.gov.br> – acesso em setembro de 2011.

Referenciais Bibliográficos

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação**. 2 ed. Ver. e atual. – São Paulo, Moderna, 1996.

BATISTA, Djalma. **O complexo Amazônico: análise do processo de desenvolvimento**. 2. ed. Manaus: Editoria Valer, Edua e Inpa, 2007.

BACCAGLINI, *apud* CUCHIARO; André Luiz. CARÍZIO, Walkíria Graick. **Ensino Superior, Currículo e Formação Profissional**. (Artigo eletrônico). Endereço: www.unifafipe.com.br/revistasonline/9/11155059.pdf, acesso em 20 de outubro de 2011.

BARBIERI, Aline Fabiane. Resenha do Livro: **Política Educacional do Brasil: introdução histórica**. Brasília: Liber Livro, 2007, de VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Silva. Resenha publicada na revista eletrônica Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB – ISSN 1809-0354, v. 5, nº 2, p. 294-305, maio\ago. 2010. Endereço eletrônico: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/search/results>, acesso em: Agosto/1011.

BELTRÃO, Jimena Felipe. BELTRÃO, Jane Felipe. **Educação Ambiental na Pan-Amazônia**. Organizadores. Belém: UNAMAZ, UFPA, 1992.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Reforma da Educação Superior no Brasil: análises sobre a transnacionalização e privatização**. Revista Diálogo Educacional, PUC/PR, Curitiba, vol. 7, núm. 21, pp. 103-123, maio-agosto, 2007.

CARVALHO, Isabel Cristina M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. 1ª ed. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2001.

CHERRYHOLMES, Cleo. H. **Um projeto social para o currículo: perspectivas pós-estruturais**, in Tomaz Tadeu da Silva (org.), *Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos*. Porto Alegre: Arte Médica, 1994, 143-172.

CUCHIARO, André Luiz. CARIZIO, Walkiria Graick. **Ensino Superior, Currículo e Formação Profissional**. (Artigo eletrônico). Endereço: www.unifafipe.com.br/revistasonline/9/11155059.pdf, acesso em 20 de outubro de 2011.

CUNHA Luiz Antônio. **Escola pública, escola particular e a democratização do ensino**. 3. ed, São Paulo: Cortez, 1989.

_____, *apud* CUCHIARO, André Luiz. Artigo: Ensino Superior, **Currículo e Formação Profissional**. Parte introdutória. (Artigo eletrônico). Endereço: www.unifafipe.com.br/revistasonline/9/11155059.pdf, acesso em 20 de outubro de 2011.

CUNHA, Maria Isabel. **Paradigmas científicos e propostas curriculares**. Interface – Comunicação, Saúde, Educação 2. 1998, p. 197-204.

CUNHA, Valdenice Henrique. JESUS, Edilza Laray. **A dimensão ambiental e os currículos de formação de professores**. Artigo publicado no livro eletrônico do II Congresso Nacional de Meio Ambiente e IV encontro Nordestino de Geografia. P. 1453-1458. www.cnea.com.br.

DIAS, Genebaldo Freire, **Educação Ambiental: princípios e práticas**. Ed. 9, Ed. São Paulo – Gaia. 2004.

EFFTING, Tania Regina. **A Educação Ambiental nas escolas públicas: realidade e desafios**, 2007. UNIOESTE campusmarechalrondon. Disponível: WWW.diadiaeducacao.pr.gov.br/diadia . Acessado em 13 de novembro de 2011.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridades: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1994.

_____. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 11^a ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FAVARÃO, N.R.L.; ARAÚJO. C.S.A. **Importância da Interdisciplinaridade no Ensino Superior**. EDUCERE. Umuarama, v.4, n. 2, p. 103-115, jul.\dez, 2004.

FERREIRA, M. E. M. P. **Ciência e interdisciplinaridade**. In: FAZENDA, I. Práticas interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE *apud* ROMÃO, José Eustáquio. **Educação**. Artigo que compõe o Dicionário Paulo Freire. Orgs. ESTRECK. Danilo R.; REDIM, Euclides e ZITKOSKI, Jaime José. Belo Horizonte; editora Autêntica, 2008. P. 151

_____, *apud* KRONBAUER. Luiz Gilberto. **Ação-reflexão**. Artigo que compõe o Dicionário Paulo Freire. Orgs. ESTRECK. Danilo R.; REDIM, Euclides e ZITKOSKI, Jaime José. Belo Horizonte; editora Autêntica, 2008.

FREITAS, Denise et al. **A inserção da dimensão ambiental na formação de professores**, in Anete Abramowicz *et al.* (org), *Desafios e perspectivas das práticas em educação e da formação de professores*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, 135-160.

FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano: o mundo globalizado no século XXI**. trad. Serra, Cristiana...(et al.). – 3. Ed. Atual. E ampliada – Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

FURNIEL, Ana Cristina da Matta. **Amazônia - A ocupação de um espaço: Internacionalização x Soberania Nacional (1960-1990)**. In: Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 1993.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Pedagogia da Terra**. 4^a edição. Ed. Petrópolis, 2000.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2009.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

GUTIÉRREZ, Francisco. **Ciudadania planetaria** (Heredia) mimeo, 1996.

LAUS, Sonia; MOROSINI, Marília Costa. **Internacionalización de la educación superior em Brasil**. Colômbia: Banco Mundial em coedición com Mayol Ediciones, 2005.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Maria de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. – 2. Reimpr. – S. Paulo: Atlas, 2010.

LEFF, Enrique. **Ambiente, interdisciplinarietà y currículum universitario: la educación superior en la perspectiva del desarrollo sustentable**, in Alicia Alba (coord.), El currículum universitario: de cara al nuevo milenio. México: Centro de Estudios sobre la Universidad/ UNAM/Plaza y Valdés Editores, 1997, p. 205-211.

_____. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 4ª edição, São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Racionalidade ambiental**. Conferência proferida no I Congresso Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, maio - 2010.

_____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, M. J. **Ecologia Humana: realidade e pesquisa**, Petrópolis-RJ, Vozes, 1984.

MEDINA, Naná Mininni. SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2 ed. 1999.

MORALES, Angélica Góis. **A formação do profissional educador ambiental: reflexos, possibilidades e constatações**. Ponta Grossa: Ed. UERP, 2009.

MORIN, Edgar. **Ciência e consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

NEIVA, Claudio Cordeiro. COLLAÇO, Flávio Roberto. **Temas atuais de educação superior: proposições para estimular a investigação e a inovação**. Brasília: ABMS, 2006.

NOVOA, António. **Professores: Imagens do futuro presente**. Ed. Lisboa/ 2009.

OLIVEIRA, Maria Regina Celi de. (UNIPAR). NOGUEIRA, Maria do Carmo de Oliveira. (UNIPAR). Anais da XI semana de Pedagogia e I Pedagogia e I Encontro de Pedagogos da Região Sul Brasileira da UNIPAR. Akrópolis, 10 (4), out\dez...2002.

PACHECO, José. Teoria curricular crítica: os dilemas (e contradições) dos educadores críticos. In: **Revista Portuguesa de Educação**, 2001, 14(1), (49-71).

PRESTES, Maria Luci. **A Pesquisa e a Construção do Conhecimento Científico – do planejamento aos textos, da escola à academia**. 3ª ed. 1ª. Reimpressão. São Paulo: Rêspel, 2007.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. 2 ed. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

SALAZAR, Admilton Pinheiro. **Amazônia – Globalização e sustentabilidade**. 2 ed. Manaus: Editora Valer, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Elizabeth Conceição dos. **Educação Ambiental e ensino das ciências**: a transversalidade e a mudança de paradigma. In VII encontro nacional de pesquisa em educação em ciências- Enpec, Florianópolis, 2009.

_____. **Educação Ambiental**. PROFORMAR. **Educação ambiental**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas - UEA Edições, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SATO, Michèle. **Formação em Educação Ambiental** – da escola à comunidade. In Panorama da Educação Ambiental no ensino fundamental. Brasília: MEC; SEF, 2001.

SATO, Michèle. **Educação Ambiental**. São Paulo: RiMa, 2002.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**: LDB trajetórias limites e perspectivas, 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. **Ensino público e algumas falas sobre Universidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1991.

_____. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2005.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL UNIVERSIDADE XXI: Novos Caminhos para a Educação. **Documento síntese**. Brasília, 2003.

SESSÃO PLENÁRIA1: **Desenvolvimento sustentável** – novos Padrões de Desenvolvimento via Inovação. **Material impresso da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação** – CNCTI, ocorrida em maio de 2010.

SEABRA, Giovane. **Educação Ambiental**: caminhos para conservação da sociobiodiversidade. Organizador livro: Educação Ambiental no Mundo Globalizado-João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. 7. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

STALLIVIERI, Luciane. O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectivas. Artigo Disponível em <http://www.inep.gov.br> – acessado em setembro de 2011.

TRAVASSOS, L. C. **Inteligências Múltiplas**. Revista de biologia e ciências da terra, 2001.

VEIGA, José Eli da. **A emergência Socioambiental**. Ed. Senac, São Paulo, 2007.

WEIGEL, Peter. **Educação para que ambiente?** Desafios teóricos para a educação na Amazônia. Manaus: INPA, 2009.

ANEXOS